



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI

**DILEMAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: entre a
geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência**

**Campinas
2014**



NÚMERO: 222/2014
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI

**DILEMAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: entre a geoestratégia da
contenção e a geoeconomia da concorrência**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

**ESSE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO VITOR STUART GABRIEL DE PIERI, ORIENTADO PELA
PROFA. DRA CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE**

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

P612d Pieri, Vitor Stuart Gabriel de, 1978-
Dilemas da integração sul-americana : entre a geoestratégia da contenção e a
geoeconomia da concorrência / Vitor Stuart Gabriel de Pieri. – Campinas, SP :
[s.n.], 2014.

Orientador: Claudete de Castro Silva Vitte.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências.

1. Integração Regional. 2. Geografia economica. 3. América do Sul -
Geografia. I. Vitte, Claudete de Castro Silva, 1962-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Dilemmas of south american integration : between the geostrategic
of restraint and geo-economics of competition

Palavras-chave em inglês:

Regional integration

Economic geography

South America - Geography

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Claudete de Castro Silva Vitte [Orientador]

André Roberto Martin

Eli Alves Penha

Charles Pereira Pennaforte

Edu Silvestre de Albuquerque

Data de defesa: 10-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Vitor Stuart Gabriel de Pieri

“DILEMAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência”

ORIENTADORA: Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Aprovado em: 10 / 02 / 2014

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Prof. Dr. André Roberto Martin

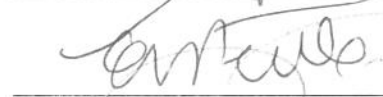
Prof. Dr. Eli Alves Penha

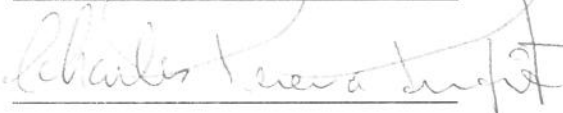
Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte

Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque


_____-Presidente









Campinas, 10 de fevereiro de 2014.

DEDICATÓRIA

À minha amada avó Maria Stuart Ferreira e a seu filho Núbio Stuart Ferreira

(in memorian)

Ao eterno Mestre Leonel Itaussú

(in memorian)

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo imensamente à minha querida orientadora Claudete Vitte, aos membros da banca e suplentes, André Martin, Eli Penha, Charles Pennaforte, Edu Silvestre, Elói Senhoras e Maurício Santoro e a todo o pessoal da secretaria do IG, especialmente à Val e à Gorete.

Agradeço muito também às minhas centenas de companheiras e companheiros da turma 99/1 da Geografia - UFRJ, do mestrado na ENCE e na UNIBO, do doutorado no IG, do CENEGRI, do corpo docente e discente da EACH e da ECA, do LAGEOPO, do PNUD e do curso de relações internacionais da UNIP.

Quero deixar registrado um agradecimento especial às minhas queridas amigas Fabiana de Oliveira e Suhayla Khalil.

E um muitíssimo obrigado a toda a minha família brasileira e argentina, especialmente aos meus amadíssimos pais Sueli e Eliseu e à minha esposa, grande fonte inspiradora, Jimena.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**DILEMAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: entre a geoestratégia da contenção e a
geoeconomia da concorrência**

RESUMO

Tese de Doutorado

Vitor Stuart Gabriel de Pieri

A referente tese de doutorado busca revelar algumas situações *sui generis* no processo de integração sul-americano. Ao mesmo tempo se identifica, por meio da securitização conjunta dos ativos estratégicos comuns, um movimento convergente caracterizado por geoestratégias da contenção voltadas a atores extrarregionais e, por outro lado, um processo divergente de integração regional, relacionados aos conflitos intermésticos latentes e à questões genuinamente geoeconômicas, como as assimetrias intra-bloco, às similaridades e competições em torno da pauta de exportação, à disputa pela atração de capitais financeiros e a sobreposição de acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio com alguns países centrais. Além disso, esta tese contribui com mais duas constatações: a primeira é que o subcontinente sul-americano, apesar do aumento da cooperação militar via Conselho de Defesa Sul-Americano, não pode ser classificado como um Complexo Regional de Segurança, em razão de diversos temas relacionados, dentre outros, às militarizações das fronteiras e às diferentes definições de ameaças por parte dos países da região; outro processo revelador relaciona-se à manutenção de conflitos clássicos ou convencionais no subcontinente, mesmo a partir da década de 1990, comprovando assim, que a tese liberal de extinção dessa tipologia de conflito com o limiar da globalização, não se aplica ao caso da América do Sul.

Palavras Chaves: Integração Sul-americana; Conflitos Intermésticos; Geoestratégia da Contenção; Geoeconomia da Concorrência.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**DILEMMAS OF THE SOUTH AMERICAN INTEGRATION: between the
geostrategic of restraint and geo-economics of competition**

ABSTRACT

PhD Thesis

Vitor Stuart Gabriel de Pieri

This thesis seeks to reveal some sui generis situations in the South American integration process. At the same time identifies, through joint securitization of common strategic assets, a converging movement characterized by geo-strategic restraint focused on extra-regional actors and, on the other hand, a divergent regional integration process, related to intermestics latent conflicts as well as genuinely geo-economic issues, such as sub-regional asymmetries, the similarities and competitions around the exportation market, the dispute to attract financial capitals and the overlapping of bilateral and multilateral free trade agreements with some central countries. Moreover, this thesis aims to contribute two other things: the first is that the South American subcontinent, despite increased military cooperation via the *Conselho de Defesa Sul-Americano*, cannot be classified as a Regional Security Complex, due to several related issues, among others, the militarizations of borders and the different definitions of threats from countries in the region; another revealing process is related to the persistence of traditional or conventional conflicts in the subcontinent, even after the 1990s, thereby proving that the liberal theory of extinction of this typology of conflict with the emergence of globalization, does not apply to the case of South America.

Key Words: South American Integration; Intermestic Conflicts; Geostrategy of Containment; Geoeconomics of Competition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 1. PERSPECTIVAS GEO-HISTÓRICAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: DA LATINO-AMERICANIZAÇÃO À SUL-AMERICANIZAÇÃO	7
1.1. As Raízes Históricas da Busca por Unidade na América Latina	9
1.1.1. O Pan-Americanismo de Simón Bolívar	10
1.1.2. A Integração como Destino Manifesto da América Latina	14
1.1.3. Primeiras Tentativas de Integração Latino-Americanas	16
1.2. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)	18
1.3. A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	22
1.4. A Comunidade Andina de Nações	24
1.5. As propostas contemporâneas de integração da América Latina, rumo à sul-americanização.....	27
1.5.1. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	27
1.5.2. A Aliança do Pacífico	31
1.5.3. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)	33
1.5.4. A União de Nações Sul-americanas (UNASUL).....	35
1.5.5. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)	38
 2. ENTRE A GEOESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO E A GEOECONOMIA DA CONCORRÊNCIA: aspectos teórico-conceituais da integração sul-americana	41
2.1. O Paradoxo entre a securitização dos ativos estratégicos comuns e os conflitos intermésticos latentes	44
 3. GEOESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO: a cooperação interméstica sul-americana a partir da securitização dos ativos estratégicos comuns	57
3.1. Defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns: as posições políticas dos países sul-americanos	66
3.2. Os Macrocenários geoestratégicos de contenção e a influência externa na América do Sul	71

4. OS CONFLITOS INTERMÉSTICOS LATENTES: PERSISTÊNCIAS NA GEO- HISTÓRIA DA AMÉRICA DO SUL.....	89
4.1. Conflitos territoriais interestatais latentes: seus impactos nas relações políticas entre os países sul-americanos.....	95
4.2. Conflitos interestatais de âmbito não territorial na américa do sul: repercussões geopolíticas	105
4.3. Conflitos domésticos latentes na américa do sul e seus riscos à estabilidade política regional.....	109
4.4. Evolução e persistência dos conflitos intermésticos na América do Sul (do final do século XIX ao século XXI)	117
 5. A GEOECONOMIA DA CONCORRÊNCIA: os sete pontos divergentes da integração sul-americana	 167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 179
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 187

FIGURAS

Figura 1. Países pertencentes à ALALC em 2013	20
Figura 2. Países pertencentes à ALADI em 2013	22
Figura 3. Países pertencentes à COMUNIDADE ANDINA em 2013.....	25
Figura 4. Países membros permanentes da ALIANÇA DO PACÍFICO em 2013	32
Figura 5. Mortes geradas por conflitos intermésticos (1945-2000).....	50
Figura 6. Mortes geradas por violência doméstica, exceto guerra (1945-2000).....	50
Figura 7. Distribuição espacial de recursos naturais na América do Sul.....	64
Figura 8. Concentração regional/territorial de Ativos Estratégicos Comuns na América do Sul	73
Figura 9. Países pertencentes à UNASUL	77
Figura 10. Eixos de Integração Física na América do Sul (IIRSA-COSIPLAN)	80
Figura 11. Países da América do Sul signatários da ALBA.....	83
Figura 12. Proposta de macrocenários geoestratégicos persuasivos da integração sul-americana na atualidade (no plano endógeno)	86
Figura 13. Diferentes manifestações de conflitos intermésticos latentes na América do Sul, 2010	91
Figura 14. Arcos de integração e fragmentação do complexo de segurança regional na América do Sul	104
Figura 15. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no final do século XIX e no início do século XX	120
Figura 16. Principais conflitos intermésticos na América do Sul na primeira metade do século XX	123
Figura 17. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no contexto de ordem internacional bipolar (século XX).....	128
Figura 18. Principais conflitos intermésticos na América do Sul nos anos 1990	130
Figura 19. Principais conflitos domésticos na América do Sul no século XXI	132
Figura 20. Principais conflitos político-diplomáticos na América do Sul no século XXI	137
Figura 21. Principais conflitos interestatais na América do Sul no século XXI	140
Figura 22. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no século XXI	142

Figura 23. Territórios perdidos pela Bolívia desde 1825	145
Figura 24. Território em controvérsia entre Peru e Chile.....	148
Figura 25. A Guerra do Pacífico e seus desdobramentos	150
Figura 26. Divisão físico-natural da Colômbia.....	151
Figura 27. Conflito Colombiano e seus desdobramentos	161
Figura 28. Conflito Peru versus Equador e seus desdobramentos	163
Figura 29. Relações diretas entre conflitos na América do Sul	165
Figura 30. Macrocenários geoeconômicos da integração sul-americana em 2013.....	174
Figura 31. Do Atlântico ao Pacífico: os macrocenários geopolíticos da integração sul-americana na atualidade	181

TABELAS

Tabela 1. Disponibilidade de recursos naturais estratégicos em 2010 na América do Sul	59
Tabela 2. Oferta sul-americana dos principais minerais em relação às reservas mundiais em 2008	62
Tabela 3. Terras aptas para a agricultura na América do Sul em 2000	63
Tabela 4. Documentos oficiais de defesa e concepções estratégicas dos países sul-americanos na década de 2010	69
Tabela 5. Principais guerras, conflitos e crises interestatais na América do Sul motivadas por disputas territoriais e/ou fronteiriças (Séculos XIX, XX e XXI)	98
Tabela 6. Principais crises políticas interestatais recentes na América do Sul por razões não territoriais	107
Tabela 7. Principais conflitos e tensões internas recentes e/ou latentes nos países sul-americanos a partir da segunda metade do século XX	111
Tabela 8. Evolução do PIB por país sul-americano (2000-2012)	176
Tabela 9. Os vetores geoeconômicos divergentes à integração na América do Sul para o ano de 2013	177

QUADROS

Quadro 1. Efeitos do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001 na atuação norte-americana na Ordem Internacional.....	75
Quadro 2. Geopolítica, geoestratégia e geoeconomia da integração sul-americana na atualidade.....	183

GRÁFICOS

Gráfico 1. Produção de cocaína em países sul-americanos (em toneladas), 2010.....153

DILEMAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência

INTRODUÇÃO

Antes de aprofundar no objeto de estudo e no consequente recorte espacial e temporal do trabalho, é importante refletir sobre a integração latino-americana e seus desdobramentos para a escala sul-americana.

Por compartilhar de um mesmo passado e de desafios políticos, econômicos e sociais similares, o tema da integração sempre esteve em pauta e na atualidade, como nos tempos de Bolívar, San Martín e Martí, é defendida por todos aqueles que entendem as fronteiras que dividem a América Latina como dotadas de enorme artificialidade.

Como é possível perceber mais adiante, a história da integração latino-americana não pode ser contada de maneira linear. Foram muitos os esforços, mas esses não estiveram isentos de avanços e retrocessos. De fato, nossos povos, levados pela desconfiança e rivalidade, tomaram as armas e lutaram entre si por diversas vezes. Em outras ocasiões, escolhemos o caminho da aliança e da dependência com potências extrarregionais.

MERCOSUL, CAN, ALBA, Aliança do Pacífico, UNASUL etc., são alguns dos muitos acrônimos que representam os diferentes modelos de integração sul-americanos na atualidade. Porém, existem diversas questões geo-históricas, geopolíticas, geoestratégicas e geoeconômicas na fundamentação desses acordos que, por um lado, contribuem na convergência de agendas entre os países do subcontinente e, por outro, dificultam o diálogo regional em torno de uma ampla integração em âmbito político, econômico, físico, social, cultural e ambiental.

Dessa forma, pode-se apontar que o título desse trabalho – *Dilemas e Potencialidades da Integração sul-americana: entre a geoestratégia¹ da contenção e a geoeconomia² da concorrência* - explicita o objeto de estudo, as problemáticas que foram discutidas ao longo de cinco capítulos propostos e as categorias de análise que respondem pelos fenômenos apontados.

Para uma melhor compreensão de como os diferentes conflitos domésticos e interestatais configuram e influenciam nos níveis de instabilidade política interna dos países e nas relações entre os diferentes Estados sul-americanos e, a partir daí, refletir sobre os impactos nos diferentes acordos de integração e cooperação regional; os objetivos específicos deste trabalho se desdobraram em responder as seguintes questões: Quais são os padrões históricos de amizade e inimizade entre os países sul-americanos? Quais são os principais conflitos interestatais ainda latentes na região? Pode-se dizer que a América do Sul na atualidade apresenta características de um Complexo de Segurança³? Como os países da região se configuram em termos de estabilidade política interna na atualidade? Até que ponto as tensões e conflitos intermésticos⁴ influenciam nas agendas de integração dos países da região? Pode-se dizer que os conflitos intermésticos latentes na

¹ Entendida como a política de um país com base em fatores geográficos e contextos políticos internacionais, “Brzezinsky considera a geoestratégia como a gestão estratégica dos interesses geopolíticos, fazendo todo o sentido, não só porque a maioria desses interesses se insere nos domínios da competitividade e da hostilidade (Dias, 2005: 65), mas também, principalmente, porque sendo a geopolítica indispensável para exercício do poder político e para a definição de uma estratégia, esta reveste amiúde o caráter de geopolítica aplicada, menos teorizada e mais vocacionada para coisas práticas” (ESCORREGA, 2010, p. 7). Nesse sentido, ao analisar os movimentos geoestratégicos entorno da integração sul-americana, nota-se uma preocupação conjunta dos países com temas relacionados aos recursos naturais transfronteiriços e uma consequente geoestratégia de contenção contra ações e intervenções de atores extrarregionais.

² Conceito que se fundamenta na logística das redes, transcendendo assim, a análise puramente do controle estratégico dos lugares (EGLER, 2006). Nessa perspectiva, a geoeconomia da concorrência busca revelar diversos fenômenos relacionados à dinâmica de integração sul-americana pautada, dentre outros fatores, na influência do sistema financeiro nas decisões nacionais e nas relações entre os países da região.

³ A noção de complexo de segurança busca relacionar a força da interdependência e preocupação comum sobre a segurança, geralmente entre países vizinhos. Nesse sentido, as percepções de segurança doméstica estão diretamente relacionadas com a da segurança regional, a partir da perspectiva dos interesses compartilhados (BUZAN, 1991).

⁴ Neologismo entre doméstico e interestatal, criado por Manning (1977) que define o termo como “questões que são por conseguintes, simultaneamente, profunda e inseparavelmente tanto internacionais como domésticas” (MANNING, 1977, p.4, t.n.). Nesse contexto, ao utilizar o termo “conflitos intermésticos” entende-se que engloba as diferentes manifestações de conflitos, interestatais e domésticos.

região rompem com a perspectiva liberal das relações internacionais, que defende a tese de que os conflitos clássicos no mundo foram superados com o limiar da globalização? Quais são os principais problemas e desafios relacionados à segurança e à defesa regional conjunta? A securitização conjunta dos ativos estratégicos comuns pode ser considerada um potencial vetor que favorece a integração política entre os países da região? Do ponto de vista geoeconômico, quais são os principais fatores que colaboram e prejudicam no aprofundamento da relação política entre os países da região?

Nesse sentido esta tese teve como hipótese de pesquisa a constatação e revelação no processo de integração sul-americano de uma situação *sui generis*; na qual ao mesmo tempo se identifica, por meio da securitização⁵ conjunta dos ativos estratégicos comuns⁶, um movimento convergente caracterizado por geoestratégias da contenção voltadas a atores extrarregionais e, por outro lado, um processo divergente de integração regional, relacionado a questões de cunho geopolítico, como os conflitos intermésticos latentes, e de cunho geoeconômico, como as assimetrias intra-bloco, as similaridades e consequentes competições na pauta de exportação, os interesses econômico-financeiros de grandes corporações e aos acordos bilaterais de livre comércio de alguns países, especialmente com os Estados Unidos.

Além disso, esta tese de doutorado pretendeu contribuir com mais duas comprovações. A primeira revela que o subcontinente sul-americano, apesar do aumento da cooperação militar via Conselho de Defesa Sul-Americano, não pode ser classificado como um Complexo Regional de Segurança⁷ em razão de diversos temas relacionados, dentre outros, as militarizações das fronteiras e às

⁵ A definição de Securitização parte da ideia do uso do discurso da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da política normal, o que, em situações extraordinárias, abriria possibilidades de adoção de procedimentos para além do eixo político-diplomático, ou seja, por meio do uso da força (BUZAN *et al*, 1998).

⁶ Termos utilizados na Declaração de Assunção dos ministros de Defesa. Assunção, 6 de abril de 2009.

⁷ Desenvolvida por Barry Buzan e Ole Waever, os *complexos regionais de segurança* são conjuntos estratégicos multipolares, “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente” (BUZAN & WAEVER *apud* CEPIK, 2005).

diferentes definições de ameaças por parte dos países da região. Outro processo revelador relaciona-se à manutenção de conflitos clássicos ou convencionais no subcontinente mesmo a partir da década de 1990, indicando, assim, que a tese liberal de extinção dessa tipologia de conflito com a globalização⁸, não se aplica ao caso da América do Sul.

Portanto, pode-se dizer que toda essa dinâmica favorece a implementação de diversos modelos de integração regional com diferentes perspectivas e, ao mesmo tempo, completamente desconectados entres eles, formando, como apontado por Martin (2010), uma verdadeira “sopa de letrinhas” de acrônimos na região.

No que tange ao tratamento das questões que envolvem o tema da segurança e defesa regional, relacionados com a abordagem geoestratégica aplicada à análise da integração sul-americana, buscou-se, além de revisar a bibliografia que retrata a evolução das relações entre os Estados sul-americanos, apoiar-se, conceitualmente, no entendimento e aplicação dos diferentes modelos de segurança, que se respaldam nos mecanismos de segurança coletiva como pontos centrais, baseado na Carta das Nações Unidas e nas organizações regionais de segurança coletiva (ELIZONDO, 2006).

Deve-se acrescentar que o objetivo de trabalhar com os diferentes modelos de segurança (segurança coletiva, perspectiva de segurança em âmbito bilateral ou multilateral; segurança com finalidade defensiva, transcendendo os temas da segurança; segurança cooperativa, com acordos de cooperação militar; segurança democrática, com maior influência em assuntos domésticos; e comunidade de segurança, com regras comuns de jogo na política de segurança em âmbito regional) foi para resgatar as bases teóricas no entendimento sobre as origens, evolução e desafios do novo regionalismo sul-americano. Vale apontar, de antemão, que a América do Sul não vive uma fase de Comunidade de Segurança, a qual requer algumas prerrogativas como Multilateralismo a partir de

⁸ A perspectiva liberal considera, basicamente, que nos anos 1990 os conflitos, em um contexto de interdependência complexa,- no qual os Estados passam a perder poder de decisão frente à emergência de atores não estatais, são contidos por interesses econômicos impulsionados por acordos de cooperação e abertura comercial. Nessa dinâmica, observa-se uma menor preponderância dos poderes militares nas relações internacionais (KEOHANE & NYE, 2011).

personalidade jurídica; desmilitarização de fronteiras; planejamento estratégico; linguagem comunitária para definições de ameaça e identidade no tratamento das questões relacionadas à estabilidade regional.

É importante assinalar também alguns elementos metodológicos deste trabalho, cuja ideia central, a partir do método dedutivo - do geral para o particular - é, basicamente, sistematizar todos os questionamentos destacados na pesquisa a partir de fontes secundárias, as quais criaram a base, em conjunto com os aspectos teóricos, da configuração e interpretação dos processos e fenômenos aqui apresentados.

A pesquisa foi desenvolvida fundamentalmente a partir de levantamento bibliográfico e documental, os quais os dados qualitativos extraídos e criados geraram maior consistência às determinações históricas discutidas na presente tese.

Portanto, a análise e a contribuição esperada se deram mediante a sistematização e reflexão dos processos averiguados, conjuntamente com o suporte teórico-conceitual. Sendo assim, esta tese foi organizada em cinco capítulos.

No capítulo um, intitulado *Perspectivas geo-históricas da integração regional: da latino-americanização à sul-americanização*, buscou-se traçar a evolução geo-histórica da integração sul-americana, partindo da perspectiva latino-americanista à sul-americanista. Nesse sentido, foram analisados diferentes modelos de integração, muitas vezes antagônicos do ponto de vista ideológicos e sobrepostos entre si.

No capítulo dois, intitulado *Entre a Geoestratégia da Contenção e a Geoeconomia da Concorrência: aspectos teóricos-conceituais da integração sul-americana*, se buscou fazer uma breve discussão teórico-conceitual sobre alguns mecanismos de funcionamento da economia internacional, relacionando-o com o contexto histórico e um debate introdutório sobre a relação entre os vetores convergentes e divergentes da integração sul-americana.

No capítulo três, intitulado *Geoestratégia da contenção: a cooperação interméstica sul-americana a partir da securitização dos ativos estratégicos*

comuns se buscou sistematizar os vetores que potencialmente podem contribuir para a integração política entre os países sul-americanos. Ao considerar a segurança e defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns como condicionantes geoestratégicos de contenção contra atores Extrarregionais, refletiu-se, a partir do levantamento dos principais recursos naturais concentrados na América do Sul, na análise da securitização política em âmbito regional e sua influência no aprofundamento das relações políticas interestatais entre os países sul-americanos.

Por sua vez, no capítulo quatro intitulado: *Os conflitos intermésticos latentes: persistências na geo-história da América do Sul* se buscou identificar e sistematizar os diferentes conflitos intermésticos motivados por diversos condicionantes geo-históricos. Nessa perspectiva, se distinguiu alguns elementos que dificultam a ampliação dos laços políticos entre os países sul-americanos. Nesse sentido, por meio de um esforço analítico sobre as tipologias de conflitos, foi possível apontar três casos de conflitos latentes na região (um interestatal motivado por disputas territoriais, outro doméstico e outro interestatal por razões de disputas não territoriais). Portanto, as diferentes manifestações de instabilidades e contenciosos impactam diretamente nas perspectivas de ampliação e de aprofundamento da integração política em escala subcontinental.

Já no capítulo cinco, se buscou por meio de levantamento e caracterização de fatores econômicos, tais como; a similaridades na pauta de exportação, a dependência dos agentes financeiros no equilíbrio das contas nacionais, a competição nas disputas por mercados intrarregionais e extrarregionais e as assimetrias econômicas entre os países da região, traçar especificamente um debate sobre a geoeconomia da concorrência apontando assim, os diferentes atores e suas estratégias caracterizadas como vetores divergentes da integração sul-americana.

Por fim, nas considerações finais procurou-se apontar a partir de uma construção cronológica dos capítulos anteriores, os principais dilemas e as principais potencialidades da integração sul-americana.

1. PERSPECTIVAS GEO-HISTÓRICAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: DA LATINO-AMERICANIZAÇÃO À SUL-AMERICANIZAÇÃO

O que se propõe neste primeiro momento é um debate sobre as raízes históricas do sentimento latino-americanista e sul-americanista e a influência deles nas diversas tentativas de integração que foram experimentados pelos países da região até o presente momento. Antes de entrar na discussão sobre em que consistiram as propostas de integração da América Latina e América do Sul, quais as vantagens para os países da região em integrarem-se e quais são as principais dificuldades que este processo tem enfrentado, é preciso definir *o que* é a América Latina, até mesmo como argumento para explicação de uma análise sobre a dinâmica geoestratégica e geoeconômica da integração em recorte sul-americano.

Por muito tempo, a América Latina recebeu nomes que lhe foram impostos por seus colonizadores. Índias, Índias Ocidentais, Novo Mundo foram apenas algumas das denominações escolhidas por europeus para referirem-se ao novo continente que, por acaso, foi encontrado quando eles buscavam uma rota mais curta para chegar às especiarias asiáticas.

Atendendo aos mais distintos interesses geopolíticos, ainda é utilizado o termo Ibero-América, atribuído pela Espanha, que abarcava somente aos países das Américas que já estiveram sob a condição de colônias da Península Ibérica⁹. Posteriormente, a elite *criolla*¹⁰, desenvolvendo a consciência nacional e regional, passou a utilizar denominações que representavam a oposição entre os naturais das colônias e os colonizadores europeus. Um exemplo disso é o termo Indo-

⁹ Está geograficamente localizada na região sudoeste do continente europeu e inclui três países: Portugal, Espanha e Andorra, além de Gibraltar e de uma pequena fração do território francês.

¹⁰ Era a elite nascida no continente americano, mas de origem europeia. O movimento liderado por filhos de espanhóis nascidos na América pela construção de uma identidade genuinamente latino-americana, através de símbolos próprios e da valorização das línguas nativas, recebeu o nome de *criollismo*.

América, que esteve muito presente no pensamento de Haya de la Torre¹¹ e de Mariátegui¹² e remete-se à ideia de reconhecimento do elemento nativo, devido aos povos originários, que habitavam o continente americano antes da chegada dos europeus.

Haya de la Torre (1985) dedicou muitos de seus textos à discussão sobre o nome mais adequado para a região que convencionalmente chama-se América Latina. Para ele, termos como Ibero-América ou Hispano-América eram fortemente referenciados no período colonial e já não explicavam o que era a região a partir das guerras de independência. A América Latina, por sua vez, seria um termo também com considerável limitação histórica, ainda que mais amplo, por melhor adequar-se às repúblicas instauradas no século XIX. A ideia de Pan-Americanismo, no entanto, é entendida como a mais clara expressão do "imperialismo *yankee*".

Assim, o termo Indo-América seria o mais adequado, pois compreenderia os elementos pré-colombianos (as diversas civilizações indígenas) e aqueles que aqui foram inseridos após o início da colonização (o europeu, o africano, o mestiço). O autor acima trata de aclarar que está consciente do denso peso político que existe por trás do termo e afirmava que este é o que melhor representa o momento revolucionário que a região experimentava.

A ideia de Indo-América também está presente no pensamento de Mariátegui (2007), quando este advogou um modelo de socialismo que se adequasse à realidade e à estrutura de classes da região que se encontrava abaixo do Rio Bravo, denominando como "socialismo indo- americano".

De uma forma geral, terminou-se por aceitar que é latino-americano aquele país que se encontra nas regiões das Américas e do Caribe, cuja população fale línguas de origem latinas, mais especificamente o português, o espanhol e o francês. Como é fácil perceber, esta definição, que provavelmente teve sua origem a partir da perspectiva imperialista francesa, exclui países como Estados Unidos e

¹¹ Victor Raúl Haya de la Torre, importante político peruano. Foi o fundador e o líder histórico da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), um dos principais partidos de massa do Peru.

¹² José Carlos Mariátegui foi um dos principais pensadores do marxismo latino-americano e fundador do Partido Comunista Peruano.

Canadá (ainda que este último tenha regiões francófonas) e inclui outros como México que do ponto de vista físico, localiza-se na América do Norte, e o Haiti, dotado de elementos essencialmente africanos e de colonização francesa (MIGNOLO, 2007).

O conceito de América Latina e Caribe corresponde, então, a uma região que se estende do México à Argentina e engloba uma população de aproximadamente 610 milhões de habitantes, divididos em 46 países, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe¹³ (CEPAL).

1.1. As Raízes Históricas da Busca por Unidade na América Latina

Resultado da expansão marítima experimentada pelas potências europeias do século XV, as colônias americanas já nasceram capitalistas. Como recorda Bethell (1990), não se tratavam de simples feitorias ou entrepostos comerciais, mas elas sofreram um processo de invasão, exploração e saque:

No entanto, a expansão em Ultramar podia significar algo mais que a criação de praças comerciais, como realmente sucedia com os portugueses nas ilhas do Atlântico e, mais tarde, no Brasil. Estabelecendo plantações de açúcar, como nos Açores, sendo necessária a sua colonização. Aqui, o método mais barato, do ponto de vista da Coroa, era fomentar a responsabilidade para colonizar e explorar o território por uma pessoa individual que seria recompensada com amplos privilégios. Este sistema, segundo o qual o donatário, o senhor proprietário, era também o capitão e o chefe supremo, combinava perfeitamente os elementos capitalistas e militar-senhorial da sociedade medieval mediterrânea. Este foi usado pela coroa portuguesa no século XV para explorar tanto Madeira como Açores e, em 1534 se estenderia ao Novo Mundo, quando João III dividiu o litoral brasileiro em doze capitanias hereditárias (p. 130, t.n.).

A rápida dissolução do edifício colonial a partir do início do século XIX fez com que em 1825 Portugal já não possuísse territórios americanos e que restasse à Espanha apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico. Isto se deveu às ânsias internas por um novo pacto colonial que garantisse as reformas comercial e político-administrativa (DONGHI, 2005). Uma vez independentes, as novas nações

¹³ Criada em 25 de fevereiro de 1948, a CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo principal objetivo geral é de contribuir com o desenvolvimento econômico dos países da região da América Latina e do Caribe.

latino-americanas permaneciam unidas pelos laços históricos da colonização, por características socioculturais comuns e por uma considerável interdependência política e econômica.

Desde então, foram muitas as experiências e as iniciativas executadas para que a construção da união latino-americana ocorresse.

1.1.1. O Pan-Americanismo de Simón Bolívar

Um elemento comum em todas as guerras de independência das ex-colônias espanholas foi o surgimento de uma relativa consciência hispano-americana. Bueno (2001) afirma que a “alternativa hispanista”, que associava o elemento europeu e o indígena, não sofria grandes questionamentos na América do Sul, situada logo abaixo do Rio Bravo.

Neste período, era comum que a elite *criolla* enviasse os seus filhos para que esses estudassem em universidades europeias. Uma vez lá, muitos deles tiveram contato com as novas ideias do pensamento iluminista, principalmente de Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. Quando regressaram aos seus países de origem, alguns desses jovens passaram a integrar e a liderar guerrilhas independentistas, defendendo a autonomia, o liberalismo e a instauração de Repúblicas. Somado a isso, o contexto internacional, no qual os Estados Unidos da América haviam vencido a guerra de independência contra a Grã-Bretanha e, na Europa, as invasões napoleônicas fragilizavam as metrópoles, também favoreciam a proliferação destas ideias no Novo Mundo.

A preocupação com a natureza expansionista estadunidense foi outro elemento que esteve presente no pensamento dos grandes ideólogos da região neste período. Ao discorrer sobre os “campechanos”, habitantes do estado mexicano de Campeche, José Vasconcelos (2000) afirmava: “O perigo ianque, preocupação da minha infância, não lhes afetava. Eles não tinham nenhuma ideia da vida na fronteira e o tenso conflito que esta provoca com o vizinho forte.” (VASCONCELOS, 2000, p. 115, t.n.).

Assim, foi natural que, tão logo conquistaram a sua soberania, os novos países mostrassem certa disposição de criar uma confederação que os agregasse. Para os grandes líderes independentistas, essa seria a melhor estratégia para evitar que a Europa recuperasse os territórios que, por séculos, havia ocupado e que, até mesmo, eclodissem guerras entre as novas nações.

Uma das principais lideranças no subcontinente foi o venezuelano Simón Bolívar¹⁴, quem promoveu a fundação da República da Colômbia, em 1819, integrando os territórios da Venezuela e Nova Granada, antigas colônias espanholas. Posteriormente, também passaram a integrar a chamada Grã-Colômbia os territórios de Quito, Santo Domingo e Panamá (ALEIXO, 2000).

Mais que a fragmentação da América Hispânica, haveria, então, de falar, para o período posterior à independência, da incapacidade de superá-la. Esta incapacidade se manifesta através do fracasso das tentativas de reorganização que se tentaram a partir do marco estreito dos novos Estados, herdeiros do marco territorial dos velhos vice-reinados, presidenciais e capitânias: a mais importante é, de longe, a de Bolívar (DONGHI, 2005, p. 169, t.n.).

A contribuição mais importante de Simon Bolívar foi a convocação dos governos independentes das antigas colônias espanholas para o Congresso do Panamá. Várias foram as missões que percorreram o subcontinente para formalizar o convite e firmar tratados de amizade. O Brasil, no entanto, ainda que formalmente convidado, era visto com desconfiança por seus vizinhos por ser a única monarquia em meio a uma série de repúblicas e, também, por ainda manter boas relações diplomáticas com sua ex-metrópole. Nesse sentido, o país terminou por não comparecer ao evento (CERVO & BUENO, 2002).

¹⁴ Conhecido como *El Libertador*, este venezuelano entrou para a história da América Latina. Ele nasceu em Caracas em 24 de julho de 1783. Filho da aristocracia colonial, ele estudou em Madri. Após conhecer os trabalhos de pensadores como Jean-Jacques Rousseau e John Locke, além de ter como tutor Simon Rodriguez, Bolívar retornou à América do Sul e coordenou as lutas de independência da Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador. O Libertador ficou eternizado pelo célebre discurso: “Juro pelo amor do Deus de meus pais. Juro pela minha honra e juro pela minha pátria que não darei descanso a meu braço, nem repouso a minha alma, até que haja rompido as correntes que nos oprimem por vontade do poder espanhol.” Bolívar, no entanto, morreu em Santa Marta, na Colômbia, no ano de 1830, sem que muitos dos seus esforços tivessem resultado em sucesso (ALEIXO, 2000).

O Congresso do Panamá ocorreu em 1826 e contou com a presença de delegações do que então era a Grã Colômbia, o Peru, as Províncias Unidas de Centro-América e o México. As reuniões que foram posteriormente convocadas, no entanto, já não obtiveram o número mínimo de participantes. As novas nações latino-americanas, devido a uma série de fatores, tais como as disputas internas por poder e a pouca complementariedade de suas economias, terminaram por dividir-se. Assim, não obteve sucesso na sua tentativa de criar a unidade hispano-americana, pois até mesmo os territórios integrados no que então era a Grã Colômbia terminaram por se fragmentar. No entanto, o *pensamento integracionista* de Bolívar, como o exposto na *Carta da Jamaica*¹⁵, seguiu ecoando após a sua morte.

Todavia, é importante apontar que Bolívar não esteve sozinho na luta pela emancipação da América Latina. Entre outras personalidades importantes, contou com a ajuda do venezuelano Antonio José de Sucre. Com suas tropas, o general Sucre venceu a batalha de Pichincha, assegurando a independência do Equador e a incorporação deste território à Grã-Colômbia.

A vitória do exército patriota sobre os realistas na importante batalha de Ayacucho (1824) também foi liderada pelo general Sucre. Este feito selou as lutas pela libertação da América Latina, resultando na independência do Peru. Posteriormente, Sucre foi também designado como o primeiro presidente da Bolívia e a capital daquele país recebeu seu nome em homenagem a ele. Seu governo durou apenas três anos (1825-1828), mas foi marcado por amplas

¹⁵ Datada de 1815, foi uma resposta de Simon Bolívar a um inglês que vivia em Kingston, capital da Jamaica. Nela, Bolívar afirma que a integração latino-americana não era uma utopia inalcançável, mas uma realidade tangível e concreta. Para ele, países que compartilhavam elementos fundamentais, como uma mesma língua e costumes, deveriam compartilhar também de um mesmo governo, capaz de confederar as novas nações. Disse Bolívar: “Eu desejo, mais que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, não apenas por sua extensão e riqueza, mas também pela sua liberdade e glória. É uma ideia grandiosa pretender fazer de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue as suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, costumes e uma religião em comum, deveriam, então, ter um só governo que confederasse os diferentes estados que terminem por formar-se. Que belo seria que o Istmo do Panamá fosse para nós o que o Corinto foi para os gregos! Espero que algum dia tenhamos a fortuna de instalar ali um augusto congresso.”

políticas públicas na área da educação e pela manifestação de respeito aos povos indígenas (DONGHI, 2008).

Por outro lado, o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva também se destaca como um líder importante na região, pois esteve diretamente envolvido no processo que resultaria na independência do Brasil e na proclamação de Dom Pedro I como imperador do país. Importante articulador político, Bonifácio liderou as principais negociações para o reconhecimento internacional da nova condição da ex-colônia portuguesa, além de estabelecer laços com os governos sul-americanos.

[...] o mesmo Senhor [príncipe D. Pedro], como Regente do Brasil, não deseja nem pode adotar outro sistema que não o Americano, e se acha convencido de que os interesses de todos os Governos da América, sejam quais forem, devem se considerar homogêneos, e derivados todos do mesmo princípio, ou seja: uma justa e firme repulsa contra as imperiosas pretensões da Europa (SILVA, Geraldo E. N. *apud* ALEIXO, 2000, p. 175).

Além deles, foram muitos os outros líderes independentistas da América Latina que ansiavam pela integração dos novos países. O argentino José de San Martín, por exemplo, servia ao exército espanhol quando teve início a guerra de independência argentina. Ele, então, seguiu para lutar em Buenos Aires, pois acreditava que a soberania argentina só estaria garantida se todos os países vizinhos se libertassem das amarras coloniais, o que o motivou a empenhar-se na guerra de independência do Chile e do Peru.

1.1.2. A Integração como Destino Manifesto da América Latina

O Pan-Americanismo Monroísta¹⁶ traduziu a emergência do expansionismo dos Estados Unidos e o caráter imperialista da nova potência. O *grande vizinho do Norte*, que anteriormente havia servido de referência para os movimentos emancipacionistas da América Latina, terminou por promover uma série de ofensivas contra os territórios do México, Nicarágua, Porto Rico, Cuba e outros.

Mais fortemente atingido pelo expansionismo estadunidense, o México perdeu mais da metade do seu território, que antes incluía o Texas, Novo México, Califórnia, Nevada, Utah e partes do Arizona, Colorado, Kansas, Oklahoma e Wyoming.

Já no final do século XIX, os Estados Unidos promoveram uma série de intervenções em territórios de países da América Central e Caribe. Na busca desenfreada pela manutenção de suas zonas de influência, fontes de matérias-primas, garantias de mercados para as suas manufaturas e por conservar os privilégios que os países latinos garantiam às suas empresas, os Estados Unidos fizeram uso de uma série de ações militares na região.

No final de junho de 1954, a “Operação Êxito”, idealizada, organizada, financiada e dirigida pela CIA, atinge seus objetivos com a renúncia de Jacobo Arbenz à presidência da Guatemala e sua substituição por uma junta militar. O acontecimento representa a segunda intervenção de envergadura da CIA com resultados diretos na mudança de governo em favor de setores aliados dos Estados Unidos, após a derrocada do primeiro-ministro Mossadeh, do Irã, em 1953 (AYERBE, 2002, p.103).

¹⁶ A Doutrina Monroe no século XIX tinha como base o presumido predomínio dos Estados Unidos sobre os países vizinhos da América Latina e pode ser facilmente resumida pela frase “América para os americanos”. Tratou-se do suporte ideológico ao expansionismo estadunidense, por meio do qual o país sinalizava à Europa que a sua influência sobre o território americano já não seria tolerada. Também justificou a anexação de territórios até então pertencentes à França, Inglaterra, Rússia, Espanha e México por parte dos Estados Unidos e o estabelecimento de uma relação de tutela com seus vizinhos ao sul do continente.

A United Fruit Company, empresa estadunidense que comercializava frutas tropicais produzidas na América Central e no Caribe, devido ao enorme poder econômico que tinha sobre os países da região, ajudou na implantação de uma série de ditaduras nas pejorativamente chamadas “Repúblicas de Bananas”.

A única atitude do governo Arbenz passível de ser considerada como sinônimo de mudanças que contrariavam interesses dos Estados Unidos foi a reforma agrária de 1952, que atingiu parte das propriedades da United Fruit Company (UFCO). Os laços existentes entre a empresa e setores influentes, tanto dentro do governo como nos meios políticos do país, pesarão decisivamente no processo que transformou a Guatemala num alvo de ataque direto dos Estados Unidos [...]. (AYERBE, 2002, p. 104)

Foi nesse novo cenário que José Martí¹⁷ recuperou os antigos pensamentos integracionistas, de forma a conter o pan-americanismo estadunidense (SANTOS, 2011). Martí denunciou o projeto integracionista estadunidense, que visava submeter a América Latina aos interesses imperialistas do seu vizinho do norte e criou, então, seu próprio conceito de integração da *Nossa América*, denominação utilizada por ele para diferenciar a “nossa” América – indígena, negra, católica, subdesenvolvida – da “outra” América – anglo-saxônica, protestante, desenvolvida. Neste sentido, Martí propunha a integração de todas as nações que se encontravam abaixo do Rio Bravo (MARTÍ, 2005).

Nossas terras são agora, precisamente, motivo de preocupação para os Estados Unidos. México e América Central os preocupam. A América Central? Quem sabe o que será da América Central! México? Quem sabe o que será do bravo México! O Sunday Herald de Washington dizia, através de um membro do governo, o que terá mais ou menos que fazer com as miras do Presidente sobre a América Central: - “É melhor que saiba desde já” – disse o membro do governo, sem que os periódicos o

¹⁷ José Martí foi um político e escritor cubano e esteve, desde muito jovem, envolvido na luta pela emancipação de Cuba. Exilado nos Estados Unidos, fundou o Partido Revolucionário Cubano e a Revista Prensa. Sua vida esteve norteadada pelo ideal de promover a unidade dos cubanos em uma só nação, pondo fim à condição colonial da ilha, e de evitar a expansão estadunidense. Por ter vivido “nas entranhas do inimigo”, Martí rapidamente percebeu o perigo que os Estados Unidos poderiam representar para as novas nações latino-americanas e defendeu em diversos dos seus escritos – sendo o clássico “Nossa América” o mais importante deles – a união dos povos hispano-americanos e a reapropriação da identidade americana que nos estavam usurpando os estadunidenses, a quem se referia como o “tigre de fora”. O “apóstolo da pátria cubana” morreu em combate contra o exército espanhol, em 1895 (SANTOS, 2011).

hostilizem ou o questionem – “que ainda que não se projete nenhum plano de anexação, nem que o governo tenha tomado conhecimento de guarnições militares permanentes na América Central, seja o que for que as circunstâncias demandem isso será feito. A política exterior dos Estados Unidos será, por sua vez, guiada pelos princípios mais humanitários e em acordo com as necessidades da civilização anglo-saxônica.” (MARTÍ, 2005, p. 17, t.n.).

Posteriormente, já no século XX, o combate à expansão do comunismo soviético era outra das motivações que levavam os Estados Unidos a violarem os princípios mais básicos do direito internacional. Algumas destas intervenções terminaram por fomentar violentas disputas por poder entre os grupos internos dos países invadidos, resultando em sangrentas guerras civis, como foi o caso da Nicarágua e de El Salvador.

1.1.3. Primeiras Tentativas de Integração Latino-Americanas

A partir do século XX, os contrastes entre os Estados Unidos e a América Latina acentuaram-se profundamente, pois o país norte-americano se convertia em uma grande potência industrial e substituíu a hegemonia inglesa em toda a região. Enquanto isso, a América Latina permanecia dividida por desconfianças e rivalidades e, em consequência disso, estava fragilizada e inserida de forma subalterna no sistema internacional.

A partir de 1930, quando a América Latina começou a experimentar o que se convencionou chamar de *Populismo*, estas ideias integracionistas voltaram a estar presentes na agenda e nos discursos dos então presidentes do Brasil, Getúlio Vargas, do México, Lázaro Cárdenas e da Argentina, Juan Domingo Perón, ainda que muito pouco das suas intenções efetivamente tivessem se efetivado. Este último, inclusive, é o autor da famosa frase: “o século XXI nos encontrará unidos ou dominados”.

Naquele momento foi retomado o *Pacto ABC*, um tratado firmado pela Argentina, Brasil e Chile, em 1915 e que foi o resultado de esforços principalmente do presidente argentino Juan Domingo Perón. A tentativa de ressuscitar o acordo nasceu de um contexto de maior convergência na agenda de política externa de

Brasil e Argentina. No entanto, Ferreira (2001) lembra que “convém, desde o início, esclarecer que as políticas externas do Brasil e da Argentina, se coincidiram em alguns pontos, nunca foram idênticas – nem mesmo no que se poderia chamar ‘o principal’” (FERREIRA, 2001, P. 75).

A proposta foi retomada pelo argentino Juan D. Perón, em 1953. Ele pretendia, por meio do que ele chamava de “terceira posição”, afastar a América do Sul do combate que o contexto de Guerra Fria havia estabelecido entre o socialismo e o capitalismo.

Em um primeiro momento, o acordo tinha o objetivo de estabelecer mecanismos de solução de controvérsias que eventualmente pudessem surgir entre os membros e não possuía qualquer caráter comercial. Para aquele momento histórico, a iniciativa representava um avanço bastante considerável, pois o diálogo entre os países da região era escasso e todos buscavam o estabelecimento de relações especiais com os Estados Unidos.

Em relação ao Brasil, Perón adotou atitude positiva, favorável à integração, no âmbito da tentativa de reedição do ABC. Essa proposta desperta desconfianças do Brasil, que suspeita que o peronismo, como promotor da integração, visava na verdade o proselitismo regional. Getúlio Vargas é em princípio simpático à iniciativa, mas finalmente decide não aderir ao novo ABC. Frustrado com a negativa, Perón acusa o Itamaraty de instituição “supergovernamental” apegada à “política imperial de zonas de influência”, por julgar a aproximação com a Argentina como ato inamistoso frente aos Estados Unidos (CANDEAS, 2005, p. 195).

O Pacto, então, não foi suficiente para que as relações entre os seus membros sofressem significativa melhora. Isto se deveu, em grande medida, ao fato de que o Brasil já havia optado por ter aos Estados Unidos como principal aliado, principalmente por razões econômicas, já que a potência norte-americana lhe comprava a maior parte da sua produção de café. Também os Congressos da Argentina e do Chile não aprovaram o tratado (CERVO, 2007). A Argentina, devido à acentuada disputa com o Brasil pela liderança do Cone Sul, que implicava em grande instabilidade conjuntural e o Chile, por sua histórica tradição de comprometer-se demasiado com os projetos de integração regional. Por parte do Brasil, a forte oposição interna que enfrentava Getúlio Vargas impediu a

retomada do projeto nesses novos moldes e, antes do suicídio de Vargas e do exílio de Perón, a proposta já havia sido novamente abandonada. A chegada de Eurico Gaspar Dutra ao poder, por sua vez, foi outro elemento que aprofundou as divergências nas relações entre os dois maiores países da América do Sul (CAVLAK, 2008).

De uma forma geral, pode-se afirmar que os principais líderes nacionalistas defendiam, em maior ou menor grau, a integração dos países da América Latina como forma de superar os desafios que enfrentavam. Os primeiros esforços realizados, no entanto, fracassaram em suas tentativas de estabelecer laços de cooperação e confiança entre as nações da região. O próprio contexto geoeconômico, marcado pela adoção de modelos econômicos com claro caráter desenvolvimentista e traduzidos pelas políticas de substituição de importações, não era propício para que a integração se desse na região, uma vez que os países se tornaram competidores pela atração de capital externo e, ao mesmo tempo, protegiam os seus mercados contra as importações. O pensamento cepalino, por sua vez propunha um modelo de desenvolvimento introspectivo que criava obstáculo conceitual ao incremento do comércio entre os países da região e, assim, contribuía para mantê-los afastados uns dos outros (CERVO, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, um novo cenário na busca pela integração surgiu na região. Sob a influência do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e de sua teoria sobre a deterioração dos termos de troca, importantes iniciativas visando à integração regional começaram a ser efetivamente aplicadas.

1.2. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)

Já na segunda metade do século XX, as três mais importantes economias da América Latina – Argentina, Brasil e México - se encontravam em clara situação de vantagem com relação aos seus vizinhos por terem completado a política de substituição de importações, sugerida pela CEPAL. As recomendações daquela organização tinham como base a Teoria da Deterioração dos Termos de

Troca, segundo a qual a valorização dos preços das matérias-primas comercializadas pelos países subdesenvolvidos não acompanhava a velocidade com que aumentavam os preços dos produtos industrializados e de alto valor agregado, exportados pelos países desenvolvidos. Desta maneira, a única forma com que contariam as nações do chamado Terceiro Mundo para que superassem a sua condição de subdesenvolvimento seria por meio da modernização e industrialização das suas economias, adotando políticas protecionistas com o fim de proteger as indústrias nacionais nascentes (CERVO, 2008).

Foi nesse contexto que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) foi criada, como resultado do pensamento cepalino e se mostrando de grande interesse para países como Brasil, Argentina e México, principalmente por representar o estabelecimento de um mercado consumidor para as manufaturas produzidas por estes três países. Segundo Cavlak (2012), “em sua época, foi considerada um marco na diplomacia sul-americana, até pelo fato de se constituir como o primeiro esquema de integração econômica que contemplou países não europeus” (CLAVAK, 2012, p.38)

O acordo nasceu com a assinatura do Tratado de Montevidéu, em 1960, pelo Brasil, Argentina, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Nos anos seguintes, também aderiram ao tratado Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

Figura 1. Países pertencentes à ALALC em 2013



FONTE: Associação Latino-Americana de Integração.

O objetivo era utilizar-se da integração comercial para promover o desenvolvimento econômico. Estabilizando e ampliando as trocas comerciais, esperava-se que os países do bloco poderiam desenvolver novas atividades produtivas, aumentar a sua produção e substituir as importações de origem Extrarregional.

À época da ALALC, tanto o Brasil quanto a Argentina, os países líderes do movimento, encontravam-se com um endividamento externo irrisório se comparado à conjuntura do MERCOSUL, proporcionando margem de manobra no cenário diplomático. Além disso, a existência da União Soviética era sempre uma possibilidade de parceria alternativa. A industrialização dos países do Cone Sul se acelerava e a estrutura econômica de Brasil e Argentina tendia para a complementação, com o primeiro especializando-se numa industrialização pesada e exportação de alimentos de clima tropical, o segundo, numa indústria leve com exportação de alimentos de clima temperado. O mercado interno e o movimento do capital produtivo estavam numa trajetória ascensional, enfim, todos os elementos que poderiam conspirar, dependendo da correlação de forças, a favor da construção de um mercado comum e de um bloco político no sul do continente (CAVLAK, 2012, p.39).

A proposta previa, ainda, o estabelecimento de uma zona de livre comércio no prazo de 12 anos. Para isso, os avanços deveriam ser graduais e as negociações a respeito de redução ou eliminação de impostos alfandegários, realizadas produto a produto.

A iniciativa, no entanto, se mostrou demasiado ousada por tentar integrar, naquele momento histórico, a economias tão desiguais e países tão divergentes entre si, do ponto de vista político. A aliança terminou se flexibilizando e se afastando cada vez dos objetivos iniciais. Em consequência disso, ela perdeu importância. Além disso, os interesses que levaram os países membros a associarem-se aos blocos eram distintos e, por vezes, conflitivos: enquanto que Brasil, México e Argentina buscavam mais fácil acesso aos mercados vizinhos para as suas mercadorias, os sócios menores buscavam um desenvolvimento associado às economias mais avançadas da região.

As frustrações e a instabilidade político-institucional que os países-membros passaram a experimentar, a partir da década de 1960, terminaram por esgotar a iniciativa e a associação terminou por ser abandonada em 1980, dando espaço para a sua conversão em uma nova proposta de integração, a ALADI.

1.3. A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é o resultado da reformulação do Tratado de Montevideu, em 1980. A Associação é composta por Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, o que totaliza um mercado de 500 milhões de habitantes espalhados por um território de mais de 20 milhões de metros quadrados, sendo que esta Organização regional substituiu o acordo de constituição da ALALC.

Figura 2. Países pertencentes à ALADI em 2013



FONTE: Associação Latino-Americana de Integração.

A ALADI nasceu ainda menos audaciosa, sem nem ao menos estabelecer prazos para o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos. Tratava-se, de fato, de uma flexibilização do Tratado de Montevideu (TM) de 1960, com o fim de melhor adaptar-se ao novo cenário econômico internacional – que, naquele momento, encontrava-se marcado pelo esgotamento do modelo cepalino de substituição de importações e pela abertura de mercados em toda a região. O novo paradigma que norteia as propostas de integração da América do Sul passou a ser o regionalismo aberto, pautado em acordos meramente comerciais e marcado pela busca de inserção internacional altamente competitiva em um mercado já globalizado.

No próprio texto do TM80, a flexibilidade aparece como um dos cinco princípios levados em conta para a sua elaboração e apresentados no Artigo 3, ainda que no citado texto ela se refira não a ausência de prazos e de metas, mas da mudança do caráter exclusivamente multilateral que tinham as negociações e acordos desenvolvidas na ALALC e esta, em consequência, estreitamente relacionada com outros dois princípios também mencionados neste Artigo: a multiplicidade, que significava o aceitar como componentes do processo global aos distintos acordos que foram surgindo entre os países membros; e a convergência, que implicava em desenvolver esforços para que estes acordos parciais fossem confluindo através de uma “multilateralização progressiva”. (ESTAY, 2013, t.n.)¹⁸.

O novo acordo trazia, então, novos elementos, tais como a previsão de tratamento diferenciado para os países menos desenvolvidos do bloco. A ALADI também permitia que as concessões realizadas a um país não necessariamente se estendesse a todos os demais membros, assim como também permitia que acordos comerciais fossem firmados com países não membros do bloco.

O contexto de crise da dívida, no entanto, terminou por frear a plena continuidade deste novo esforço de integração.

Durante a maior parte da década dos oitenta, a grave crise econômica pela que atravessaram os países da América Latina empurrou a um notório retrocesso dos esforços integradores, deteriorando-se inclusive aqueles esquemas e âmbitos nos quais se haviam obtido avanços significativos nas décadas anteriores. Para os anos oitenta, a decisão dos

¹⁸ ESTAY, Jaime. La ALADI en la integración latinoamericana. Disponível em: <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/artigos/La%20Aladi%20en%20la%20integracion%20latinoamericana%20-%20Jaime%20E%20Estay%20R.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2013.

governos latino-americanos de diminuir importações, aumentar exportações e gerar, assim, importantes superávits na balança comercial para servir aos interesses da dívida externa, se constituiu em um freio objetivo para o desenvolvimento dos esquemas de integração e para a sobrevivência dos organismos regionais de cooperação financeira. Nesse contexto, o comércio entre os países membros de cada esquema sofreu uma aguda deterioração, se multiplicaram os incumprimentos dos objetivos fixados, as reticências aumentaram e, em definitivo, a integração regional foi relegada por completo no cenário de crise que dominava a região. (ESTAY, 2013, t.n.)¹⁹.

As economias necessárias para disponibilizar recursos para o pagamento das dívidas externas levaram os países a contraírem as suas importações. Com dificuldades em se reunirem a fim de promover a renegociação da dívida externa de maneira conjunta, os países terminaram por isolarem-se uns dos outros.

1.4. A Comunidade Andina de Nações

A Comunidade Andina de Nações, também chamada de Pacto Andino, nasceu com a proposta de superar a estagnação da ALALC e foi o resultado do Acordo de Cartagena, firmado em 1969 entre a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru, o Chile e a Venezuela (estes dois últimos se retiraram do pacto em 1977 e em 2006, respectivamente).

¹⁹ ESTAY, Jaime. La ALADI en la integración latinoamericana. Disponível em: <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/artigos/La%20Aladi%20en%20la%20integracion%20latinoamericana%20-%20Jaime%20E%20Estay%20R.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2013.

Figura 3. Países pertencentes à COMUNIDADE ANDINA em 2013



FONTE: Site da Comunidad Andina de Naciones.

Os seus membros trataram, portanto, de estabelecer objetivos menos audaciosos, mas que também visassem o fortalecimento da substituição de importações, a formação de uma área de livre comércio sem restrições e de uma união aduaneira ²⁰.

A CAN, então, se propôs consolidar a substituição de importações dos países signatários, protegendo sua produção, mas liberando barreiras em seu interior para fortalecer a transformação produtiva. Inspirou-se na experiência da Comunidade Econômica Europeia, depois União Europeia, e foi a primeira iniciativa que apontava a uma integração profunda entre os países subdesenvolvidos por meio de dois objetivos fundamentais: a união aduaneira e o mercado comum. (PUERTAS, 2013, t.n.)²¹.

²⁰ Área de livre comércio aprofundada por meio da inserção de uma tarifa comum externa.

²¹ PUERTAS, Jaime A. La desintegración andina. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3361_1.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2013

Além de efetivamente promoverem o livre trânsito de uma série de mercadorias produzidas na região andina, os membros também firmaram acordos que permitem a livre circulação de cidadãos dos quatro países que formam o bloco.

A Comunidade Andina, no entanto, começou a apresentar consideráveis dificuldades a partir dos anos 1980. A falta de liderança para impulsionar a integração, o limitado comprometimento de alguns dos governos de países membros e as crises decorrentes das diferentes orientações ideológicas seguidas por estes começaram a corroer a institucionalidade que havia sido criada.

Se consideramos como exemplo o caso da Colômbia, é preciso recordar que o governo de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970), que impulsionou o Pacto Andino, implementou reformas econômicas coerentes com a integração. No entanto, os seguintes não aperfeiçoaram e nem consolidaram estas políticas como objetivo de desenvolvimento de longo prazo. O mesmo se pode dizer do resto dos países sócios, em sua maioria afundados em uma enorme crise política nos anos imediatamente posteriores ao surgimento da iniciativa. Em um ambiente político precário, os governos posteriores a aqueles que firmaram o Acordo de Cartagena não conseguiram consolidar o processo e nem preservaram a integração como um poderoso instrumento para aperfeiçoar a substituição de importações e avançar em direção ao desenvolvimento (PUERTAS, 2013, t.n.)²².

As decisões políticas e econômicas tomadas pelos membros do grupo terminaram por levar à sua erosão. A assinatura de novos acordos antes mesmo do aperfeiçoamento da CAN, mandatos dos órgãos internos que não eram cumpridos por alguns de seus membros foram os resultados da tentativa de conciliar a criação de um espaço de integração sub-regional com os objetivos de melhor inserir-se em um sistema internacional já dotado de claro caráter neoliberal.

A tentativa de conciliar a proposta de integracionista com os preceitos do Consenso de Washington²³ se mostrou inviável e as negociações de tratados de livre comércio que Colômbia, Equador e Peru faziam com os Estados Unidos

²² PUERTAS, Jaime A. La desintegración andina. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3361_1.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2013.

²³ Conjunto de medidas neoliberalizantes de ajuste macroeconômico, adotadas por alguns países no início dos 1990, mas cujos primeiros experimentos se deram no Chile sob a ditadura de Pinochet (1973-1990). Dentre elas estão: abertura indiscriminada dos mercados, menor atuação do Estado para regular a economia, políticas de atração de capital financeiro especulativo.

levaram à saída da Venezuela do bloco em 2006. A deterioração da economia interna dos Estados membros, por sua vez, também fez com que este esquema sub-regional se esvaziasse.

1.5. As propostas contemporâneas de integração da América Latina, rumo à sul-americanização

Durante os vinte anos que se estenderam entre os anos de 1964 a 1984, a integração latino-americana apresentou tímidos avanços. Em alguns momentos de maior repressão e violência por parte dos Estados, as relações entre os países da região quase se resumiam à Operação Condor, operação secreta desenvolvida pela CIA (agência de inteligência dos Estados Unidos) e pelas ditaduras militares no subcontinente. Por meio desta aliança político-militar, os regimes ditatoriais estabelecidos na América do Sul intercambiavam informações e cooperavam entre si, com a finalidade de eliminar grupos de esquerda estabelecidos na região e, assim, conter o avanço das ideias socialistas.

A redemocratização da América Latina, especialmente da América do Sul, ocorrida no decorrer da década de 1980, recuperou o consenso sobre a necessidade de que a integração da região voltasse a ser promovida. Foi nesse contexto, então, que uma série de iniciativas acabou sendo levadas a cabo, algumas delas prioritariamente comerciais, enquanto que outras trataram de manter o conteúdo político e estratégico, além de recuperarem o ideal emancipacionista herdado de personagens de enorme importância histórica, como José Martí e Simón Bolívar.

1.5.1. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

A redemocratização da Argentina, em 1983 e do Brasil, em 1984, assim como a redução das rivalidades e desconfianças entre ambos os países, criou o contexto necessário para que os seus líderes civis pudessem dar início à

reaproximação destas nações²⁴. Já em 1985, o então presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, se encontraram em Foz do Iguaçu e redigiram uma declaração de intenções, a Ata de Iguaçu. Este acordo implicava na criação de uma comissão mista para a integração do Brasil e da Argentina e serviu de base para o projeto que depois se consolidaria como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabelecia como meta a criação de um mercado comum no prazo de até 10 anos (CERVO & BUENO, 2002).

Mais uma vez fatores políticos e também econômicos impediram que as negociações avançassem, porém, em 1986, os presidentes Raúl Alfonsín (1983-89), da Argentina, e José Sarney (1985-1990), do Brasil, decidiram unificar os dois países em um mercado comum, aberto a outras nações da região, da América do Sul, renovando, sem que o conhecessem, o Tratado de 21 de novembro de 1941. Esse objetivo foi confirmado, em 29 de novembro de 1988, pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, por intermédio do qual os dois países se comprometeram a formar um espaço econômico comum, no prazo de dez anos, que os presidentes Carlos Menem (1989-95 e 1995-99) e Fernando Collor de Melo (1990-92) decidiram reduzir para cinco anos, ou seja, para consumação em 31 de dezembro de 1994, adaptando os objetivos do Tratado de 1988 às políticas de abertura econômica e de reforma alfandegária, de modo a acelerar o ritmo da liberação comercial nos dois países (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 276).

Posteriormente, foi firmado, em 1991, o Tratado de Assunção, durante os governos de Fernando Collor e Carlos Menem. Este documento formalizava a criação do MERCOSUL e contava com a adesão do Uruguai e do Paraguai.

Nascido em um contexto de hegemonia neoliberal, o MERCOSUL ainda sofria as influências do regionalismo aberto e concentrava os seus esforços em promover a integração econômico-comercial entre os países membros, permitindo a livre circulação de mercadorias, capital e mão de obra.

²⁴ Foram várias as situações que contribuíram para a redução das desconfianças, tais como a atuação do Brasil diante da Guerra das Malvinas, com o Brasil defendendo os interesses argentinos em Londres após a ruptura das relações do país platino com a Inglaterra e a aliança estratégica que Brasil e Argentina articularam no campo da cooperação nuclear.

O projeto do MERCOSUL não era formar uma simples área de livre comércio, mas constituir o núcleo de um futuro mercado comum, base de um Estado supranacional, como a União Europeia, sobre o lastro geográfico da América do Sul. Por isso, o Brasil, na coordenação do chanceler Celso Amorim, começou, em 1993, as negociações visando celebrar uma série de acordos de livre comércio com os estados da Comunidade Andina de Nações (CAN) e criar em dez anos a Área da América do Sul (ALCSA). Este projeto desenvolveu e ampliou a Iniciativa Amazônica, que o Brasil lançou em 1992, depois da realização do *North American Free Trade Agreement (Nafta)*, pelos Estados Unidos, Canadá e México. E, provavelmente, seu anúncio pelo presidente Itamar Franco (1992-95), em outubro de 1993, convergiu, entre outros fatores, para que o presidente William Clinton (1993-96 e 1997-2001) procurasse revitalizar *The Enterprise for the Americas Initiative*, lançada pelo presidente George Bush (1989-94), em 1990, e que, até então, não havia tido um desenvolvimento mais amplo, e propusesse aos chefes de governo das repúblicas americanas, no final de 1994, a formação da área de livre comércio das Américas (Alca), de fato, uma ampliação da Nafta, que abrangeria todo o hemisfério (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 277).

Em 1994, firmou-se o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, que garantia ao bloco uma estrutura institucionalizada e estabelecia um novo objetivo: implementar uma Tarifa Externa Comum (TEC), por meio da qual os membros do bloco passariam a compartilhar de uma mesma política comercial, definindo conjuntamente a tarifa aduaneira que seria cobrada sobre os produtos importados de origem extrarregional. O Parlamento do MERCOSUL e o FOCEM (Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL), destinado a financiar projetos que visem diminuir as assimetrias ainda existentes entre os membros do bloco, por sua vez, são algumas das estruturas criadas a partir do Protocolo Adicional para aprofundar a integração do Cone Sul.

A partir de 1996, o MERCOSUL passou a contar também com uma cláusula democrática (*Protocolo de Ushuaia*), importante para garantir a consolidação e a estabilidade democrática entre os países membros. Esta cláusula tem se mostrado útil para controlar instabilidades políticas que surgiram na região desde a sua vigência, ainda que não tenha sido suficiente para impedir que em 2012 uma crise política no Paraguai afastasse o país do bloco, quando o então presidente Fernando Lugo sofreu um *impeachment* e os demais membros do MERCOSUL entenderam que a forma como se deu o processo de julgamento não garantiu a Lugo as mais básicas condições para sua defesa, caracterizando-se então, como um golpe no Governo.

A expansão do bloco ocorreu pela primeira vez desde a sua fundação em 1991, com a admissão da Venezuela (que sofria oposição por parte do senado paraguaio e que foi possível apenas após a suspensão do país do bloco) e com as solicitações de adesão da Bolívia e do Equador.

A entrada da Venezuela gerou controvérsias, porém foi de grande importância para o bloco, pois o país não apenas representa a quarta economia da região, como possui as maiores reservas de petróleo do mundo, como também possui uma localização bastante estratégica, garantindo que a presença do MERCOSUL não se limite unicamente ao espaço geográfico do Cone Sul, mas também à região andina e ao Caribe. Além disso, o bloco passa a representar cerca de 70% da população da América do Sul, 80% do PIB da região e, ainda, se consolida como peça central para questões ligadas à segurança energética e alimentar.

Uma importante questão acerca do MERCOSUL é a necessidade de que o grupo evolua de uma integração comercial para uma integração de cadeias de produção. Além disso, a aproximação da China e a sua proposta de firmar acordos de livre comércio com os países membros do bloco é um importante desafio, já que o gigante asiático vem substituindo os Estados Unidos como principal parceiro comercial dos países do Cone Sul. O bloco também sofre com a aparente falta de compreensão, por parte de seus membros, de que o MERCOSUL pode ser o promotor do desenvolvimento na região, principalmente por meio de políticas que visem a diminuição das assimetrias entre os seus sócios.

Embora o discurso pró-MERCOSUL tenha sido renovado com a eleição, no Brasil, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, na Argentina, de Néstor Kirchner, podemos dizer que as agendas de política externa ainda se guiam por objetivos divergentes. Se depender da Argentina, envolvida nos problemas da crise doméstica que começou em 1999, o projeto de integração não deve mudar de posição, mantendo-se em segundo plano, a não ser que houvesse uma percepção clara de que o MERCOSUL traria benefícios materiais de forma mais imediata (ONUKI, 2006, p. 313-314).

Desta maneira, um dos principais desafios que enfrenta hoje a integração sul-americana no âmbito do MERCOSUL é a adoção de uma política que aprofunde a complementariedade dos sistemas produtivos dos países membros, além de cooperar com o fortalecimento da indústria dos países de economia menos desenvolvidas. O ingresso recente da Venezuela ao bloco e a possível associação do Equador e da Bolívia devem seguir-se também de maiores investimentos em cooperação técnica, da abertura de diálogos acerca de outras questões que vão mais além do livre mercado, mas que abarquem temas estratégicos, como defesa e desenvolvimento tecnológico, e de uma política industrial e de serviços comum a todos os membros.

O processo de integração do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), embora marcado por crises domésticas e internacionais que o afetaram, passou a ser uma marca da política externa do governo brasileiro ao longo dos anos 1990, e manteve-se no discurso diplomático como uma das prioridades da agenda externa do governo Lula, que vem insistindo na expansão do projeto de integração para os demais países andinos, na perspectiva de ampliar a integração sul-americana, na sua liderança (ONUKI, 2006, p. 299).

É por todas essas potencialidades que o MERCOSUL ainda é a principal proposta de integração da América Latina e, diferente dos modelos adotados por outros países da região, parte de uma concepção, especialmente a partir do declínio do modelo neoliberal adotado nos anos 1990, de que se deve chegar ao crescimento e ao desenvolvimento econômico a partir da ação direta do Estado na economia.

1.5.2. A Aliança do Pacífico

Pode-se dizer que região latino-americana atualmente se encontra dividida entre dois projetos antagônicos de desenvolvimento. Alguns países da América Latina optaram por fazer parte de um eixo geoeconômico mais alinhado ao Norte, em especial aos Estados Unidos. Países como México, Colômbia, Chile e Peru, que possuem tratados de livre comércio com os EUA e que têm o mercado deste

país como o principal destino para suas exportações, acordaram, sob a liderança do então presidente peruano, Alan García, que 90% dos produtos comercializados entre os membros estarão livres de impostos alfandegários, o que deve aumentar o intercâmbio comercial em 30%. Desta iniciativa resultou também o MILA²⁵ (Mercado Integrado Latino-Americano), que integra os mercados de valores da Colômbia, Peru e Chile.

Figura 4. Países membros permanentes da ALIANÇA DO PACÍFICO em 2013



FONTE: Alianza del Pacífico, 2013.

O bloco, definido por García como “uma integração realista”, tem, como princípio, a promoção da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas e possui como requisitos para a adesão de novos membros a vigência do Estado de direito, da democracia e da ordem constitucional.

²⁵ O MILA é o resultado dos acordos firmados entre a Bolsa de Comércio de Santiago, a Bolsa de Valores da Colômbia e a Bolsa de Valores de Lima, firmado em 2009, iniciando o processo de criação de um mercado de valores regional. Entrou em operação em 2011, permitindo que os investidores possam comprar ou vender as ações nos três mercados, utilizando apenas um intermediário.

A plataforma sobre a qual seu Acordo marco está redigido é composta dos tratados de livre comércio (TLCs) existentes entre estes países. México e Chile, por exemplo, já iniciaram mudanças na direção do aprofundamento dos acordos já existentes. Em 2011, o primeiro ampliou a abrangência do TLC que possui, desde 1996, com a Colômbia e substituiu o Acordo de Complementação Econômica com o Peru por um TLC. Já o segundo, possui, desde 2009, um TLC com o Chile e mantém suas relações comerciais com o Peru sob a direção da Comunidade Andina de Nações (CAN), tendo expandido nos últimos anos suas trocas comerciais em termos de serviços e de cooperação alfandegária (MOREIRA, 2013)²⁶.

Somando 215 milhões de habitantes e representando o que seria a nona economia mundial e o quinto maior mercado do mundo, a Aliança do Pacífico é também uma agrupação estratégica, pois objetiva, dentre outras coisas, fazer um contraponto ao MERCOSUL. Ainda assim, os países membros integram outros esforços de integração subcontinental muito mais amplos, tais como a UNASUL e a CELAC.

O risco para os países participantes desta iniciativa, como discutiremos mais adiante, é que a opção por alianças desta natureza e pelo aumento de dependência com relação a um único mercado apresente benefícios bastante limitados e que dificilmente seja capaz de promover uma mudança na pauta de exportação que, para os países de economia menos desenvolvida, se limita a uma série de produtos de baixo valor agregado.

1.5.3. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)

Diferente e mais ousado, se comparado às integrações que foram levadas a cabo na América Latina até o presente momento, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) propõe um acordo que vai muito além da tradicional integração de mercados. Sob uma clara visão de desenvolvimento econômico inclusivo, o projeto bolivariano procura basear as relações de seus membros em laços de solidariedade e de cooperação.

²⁶ MOREIRA, Paula G. Iniciativas integracionistas na América Latina: breves considerações sobre o caso da Aliança do Pacífico. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/05/23/iniciativas-integracionistas-na-america-latina-breves-consideracoes-sobre-o-caso-da-alianca-do-pacifico-por-paula-gomes-moreira/>. Acesso em 29 de novembro de 2013.

A aliança, que se intitula como “grã-nacional” está composta por Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Equador, Dominica, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda e foi criada em 2004, sob a ideia do “socialismo do século XXI”.

A ALBA foi uma iniciativa do presidente venezuelano Hugo Chávez e nasceu com a proposta de contrabalancear a influência estadunidense na América Latina e no Caribe. Em oposição à Área de Livre Comércio das Américas²⁷ (ALCA), a ALBA se apresenta como um projeto alternativo e endógeno, que visa à construção de um bloco de poder capaz de garantir a defesa dos interesses geoestratégicos dos povos latino-americanos e de possibilitar o enfrentamento da influência política e econômica dos Estados Unidos. Para tanto, a aliança de opõe às reformas de redução da participação do Estado na economia e defende a harmonização das relações deste com o mercado.

Seguindo uma lógica própria, a ALBA tem possibilitado aos seus membros mais vulneráveis o acesso ao petróleo venezuelano com baixo custo, enquanto que Cuba oferece a seus aliados seus serviços nas áreas de saúde e educação.

Financiada principalmente com os recursos obtidos pela Venezuela com a exportação de petróleo, a ALBA já apresenta como resultado concreto a criação da Telesur, canal de televisão criado com a proposta de ser um contrapeso aos tradicionais meios de comunicação da América Latina, além de promover a integração cultural da região, em evidente contraponto com a realidade da mídia internacional, conforme atestam Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006):

Deve-se acrescentar ainda a relevância da produção e do controle da informação em sentido mais estrito como fator de distinção entre espaços centrais e periféricos. Assim, o poder também se define a partir de quem controla a informação, distinguindo os que a produzem e transmitem (quatro grandes companhias sediadas nos EUA e na Europa são responsáveis pela quase totalidade das notícias em circulação) e aqueles

²⁷ O objetivo da ALCA era estabelecer no continente americano uma área de livre comércio que se estendesse do Canadá à Argentina. Na prática, a iniciativa tinha como alvo consolidar a influência política e econômica dos Estados Unidos sobre toda a região, ressuscitando, em termos, a Doutrina Monroe e a ideia de “América para os americanos”. A ALCA foi rejeitada pelas nações latino-americanas em 2005, na cúpula de Mar del Plata, quando muitas delas estavam representadas por lideranças progressistas que haviam assumido o poder logo após a crise neoliberal que assolou toda a região no fim dos anos 1990.

que se tornam simples “terminais” receptores. Algo semelhante acontece, muitas vezes, com a produção cultural e, em consequência, com os valores e os hábitos culturais populares globalizados. (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 45).

Reivindicando os ideais de San Martín e de Bolívar, a ALBA pode efetivamente representar um novo modelo de integração para a América Latina, promovendo um desenvolvimento mais igualitário e combatendo a pobreza. Terá, no entanto, que enfrentar as suas debilidades naturais, como a dependência que se criou com relação à renda obtida com o petróleo venezuelano.

1.5.4. A União de Nações Sul-americanas (UNASUL)

Impulsionada pelo Brasil, Argentina e Venezuela, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é um projeto de maior alcance, que propõe uma integração mais ampla, de caráter principalmente político e que se converteu em espaço para a resolução de muitos dos conflitos da região, desde quando foi criada em 2008.

A UNASUL integra os 12 países da América do Sul (excluindo apenas a Guiana Francesa) e é uma iniciativa, fundamentalmente, estratégica, uma vez que propõe, entre outros objetivos, o desenvolvimento de uma indústria de defesa latino-americana, cujo objetivo é terminar com a dependência militar da região de indústrias extras regionais. Além disso, o bloco, que atua nas mais diferentes frentes, criou o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que reúne os ministros de defesa dos Estados membros, com o propósito de colocar fim à desconfiança que possa existir na região a respeito de potencial militar ou de estratégias nacionais de Defesa, promovendo a cooperação militar e a transparência. Outra iniciativa importante é o Banco do Sul, ainda em formação, que possui sua sede em Caracas e que propõe a substituição de organismos financeiros externos, tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

Como afirmou Bachelet, a UNASUL constitui um “poderoso instrumento de integração” que responde a uma visão de multilateralismo em concordância com a ONU e que busca a criação de um novo instrumento de coordenação política entre os países da América do Sul, incluindo Guiana e Suriname, em torno de questões de infraestrutura, finanças, políticas sociais, energia e defesa (sendo os dois últimos temas tomados como prioritários). Apesar disso, ainda carece de uma estrutura funcional instalada e enfrenta numerosas tensões entre seus membros. (SERBIN, 2013)²⁸

Como principal desafio, a UNASUL deverá consolidar um espaço de paz na América do Sul. As constantes tensões que existem na região, como as contestações de delimitações de fronteiras (entre a Venezuela e a Guiana ou entre a Venezuela e a Colômbia, por exemplo), seja por conflitos não resolvidos, tais como a reivindicação da Bolívia por uma saída para o mar; a invasão de militares colombianos ao território equatoriano, em 2008; ou o contencioso entre Argentina e Uruguai no caso das empresas de celulose, em 2010, podem evoluir para conflitos generalizados e fazem da UNASUL um fórum importante de solução de controvérsias.

Nos últimos anos, a América do Sul experimentou mudanças significativas no âmbito da defesa. Os Estados Unidos militarizaram sua agenda de segurança para a região, uma tendência que se manifesta, por exemplo, no fortalecimento do Comando Sul, no Plano Colômbia, na reativação da IV Frota e no envio de tropas e equipamentos militares a bases colombianas. A implementação destas medidas gerou apreensão e desconfiança entre os países sul-americanos, e o efeito de transbordamento do conflito aumentou a tensão com os países vizinhos, especialmente Equador e Venezuela (BATTAGLINO, 2009, p.80).

Reconhecendo o enorme potencial que a América do Sul possui, principalmente nos setores energético, de mineração e de produção de alimentos, a UNASUL também se propõe como um mecanismo que possibilite que toda a região tenha uma melhor inserção no sistema internacional, com o fim de garantir a todos os países do bloco melhores condições para que negociem temas de seu interesse.

²⁸²⁸ SERBIN, Andrés. A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa? Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-1_1.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2013.

Os países líderes da UNASUL têm interesses e agendas divergentes que, até o momento, não têm dado um impedimento maior para avançar em uma agenda de segurança devido à lógica de balanços de poder internos. De fato, para o líder regional – Brasil – a UNASUL é uma forma de legitimar as suas aspirações globais, enquanto que para os países intermediários, representa uma forma de limitar uma possível supremacia desmedida do Brasil (FLEMES, NOLTE & WEHNER, 2011, p. 123-124, t.n.).

Muitas das nações da região ainda não lograram construir instituições sólidas e incorporar a todos os setores sociais à vida política. Assim, a UNASUL, mas também o MERCOSUL e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) desempenham um papel muito importante na questão da defesa da democracia, em substituição à OEA (Organização dos Estados Americanos)²⁹. A organização conta com uma cláusula democrática que prevê a suspensão de qualquer país que viole a ordem democrática, tornando-se, assim, importante para o fortalecimento das instituições.

Apesar de representar uma iniciativa muito recente, a UNASUL já tem se mostrado um instrumento de coordenação política entre os membros do bloco e, em diversas situações, substituiu a atuação de organismos regionais liderados pelos Estados Unidos e que ainda possuíam estrutura e discurso que refletiam o combate ideológico característico da Guerra Fria, tais como a OEA (VILLA, 2009), contabilizando importantes sucessos como mediador de conflitos no âmbito da América do Sul.

²⁹ A OEA era tradicionalmente o organismo encarregado de solucionar pacificamente os conflitos e tensões no hemisfério americano. Ferramenta da política externa estadunidense, a OEA esteve envolvida na suspensão de Cuba da organização logo que a ilha declarou o caráter socialista de sua revolução, assim como atuou em cumplicidade às intervenções dos Estados Unidos na República Dominicana e em Granada. Tais práticas terminaram por comprometer a eficácia de sua atuação e, até mesmo, sua própria institucionalidade (VILLA, 2009), resultando no surgimento de uma série de iniciativas que buscavam a autonomia da América do Sul e da América Latina com relação aos EUA e em um relativo enfraquecimento da OEA.

Entre os agentes do desenvolvimento, do planejamento e integração regional, além dos diversos países sul-americanos operando individualmente ou em acordos bi ou multilaterais, citem-se as organizações regionais, dentre as quais se destaca a UNASUL, uma organização regional supranacional que ambiciona constituir um fórum de integração política que abarca energia, infraestrutura, segurança e cidadania e prega a participação popular. Ela possui envergadura para propor e pensar políticas públicas e reformas estruturais sob o prisma regional. Em sua estrutura institucional, além dos órgãos centrais responsáveis pela orientação política da organização e a supervisão do processo de integração, há os Conselhos Ministeriais Setoriais, tais como o Conselho Energético, o de Saúde, o de Defesa, de Desenvolvimento Social, de Problema Mundial das Drogas, de Educação e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). (VITTE, 2013; p. 16)

Nesse sentido, é importante apontar que na lógica da integração física e infraestrutural da região se implementou, no início dos anos 2000, a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), rebatizada em 2011 de Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL, cujo objetivo se apoia no desenvolvimento dos eixos de integração e desenvolvimento conjunto dos países da região.

1.5.5. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

Ainda que a estratégia estadunidense de impulsar a Aliança do Pacífico não possa ser ignorada, ela é incapaz de frear aos impulsos naturais gerados pela geografia. As nações da América Latina compartilham mais que fronteiras. Questões políticas, econômicas e sociais necessariamente exigem uma constante concertação por parte dos países da região. Por esta razão, os antigos membros do Grupo do Rio ³⁰ e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) conformaram um novo organismo de caráter regional, a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), excluindo deste novo espaço os Estados Unidos e Canadá. Além das diferenças ideológicas, esta iniciativa é um projeto político estratégico necessário para fazer frente aos três centros de poder

³⁰ O Grupo do Rio é um mecanismo de consulta permanente criado em 1986, em decorrência do exitoso trabalho de intermediação desenvolvido por México, Colômbia, Venezuela e Panamá (Grupo de Contadora) e Argentina, Brasil, Peru e Uruguai (Apoio), que resultou nos acordos de paz na América Central. O Grupo foi, no entanto, se enfraquecendo devido às dificuldades para estabelecer uma agenda comum e de articular distintos interesses regionais.

global, os Estados Unidos, a União Europeia e a China, com o objetivo de gerar concertações sobre temas que afetam diretamente a América Latina.

No âmbito das relações internacionais, os interesses da maior parte das nações da América Latina também caminham para a integração. Quase que em única voz, rejeitam o bloqueio comercial contra Cuba, a implantação de bases estadunidenses na região, a ativação da IV Frota naval estadunidense no Atlântico Sul, a ocupação britânica das Ilhas Malvinas, a invasão à Líbia e a ingerência em assuntos internos de países como Irã ou Síria.

Desse modo, inclusive para garantir a defesa do território e para defender aos interesses de longo prazo da região, é indispensável que a América Latina pense a integração também pela perspectiva política e militar. O sistema internacional tem se mostrado cada vez mais instável, violento e arbitrário, o que torna essenciais os esforços consistentes e persistentes por cooperação em favor da construção de uma ordem política global verdadeiramente multipolar, pois somente assim a região poderia constituir-se como um dos polos de poder, saindo, desta maneira, da esfera de influência das grandes potências. Esta estratégia necessariamente exige que qualquer tipo de política que possa submeter à região aos interesses dos Estados Unidos seja rejeitado. Isolados uns dos outros, os países da América Latina estariam em situação de grande fragilidade e incapacitados de defender os seus próprios interesses (GUIMARÃES, 2005).

O surgimento desta nova forma de regionalismo, ainda que tenha uma clara ênfase regional, ao mesmo tempo parece apontar para a promoção à escala global do desenvolvimento do multilateralismo cooperativo. Sob essa nova lógica, se desenvolvem os esforços em torno da criação da Comunidade dos Estados Americanos (CELAC) como forma de potencializar o próprio regionalismo latino-americano para que este alcance a concertação e cooperação intrarregional, mas que, além disso, posicione a América Latina e o Caribe como ator político global (ARAVENA, 2013, t.n.)³¹.

O resultado deste novo modelo de integração é o que tem garantido os altos níveis de popularidade que gozam a maioria de seus líderes políticos e resultados como crescimento econômico conciliado com políticas sociais e melhor

³¹ ARAVENA, Francisco R. La Celac y la integración latinoamericana y caribeña. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3877_1.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2013.

distribuição da riqueza. Além disso, as economias latino-americanas, com exceção das que optaram pela integração econômica com os Estados Unidos por meio de tratados bilaterais de livre comércio, foram pouco afetadas pela crise econômico-financeira de 2008 e seguem apresentando reduzidas taxas de desemprego até o momento³².

A CELAC, no entanto, precisa desenvolver esforços significativos para que a integração comercial não se sobreponha à política e desfazendo-se, na medida do possível, de laços desiguais com as grandes potências. A proposta, de iniciativa das duas principais economias da região, Brasil e México, para garantir sua viabilidade, deve gerar mecanismos que ampliem os laços de interdependência e aumente a qualidade das relações comerciais entre os seus membros.

Por responder à esfera superior da arquitetura de regionalismos que se criou na América Latina, a CELAC enfrenta, ainda, o desafio de construir o consenso na região sobre temas centrais para a atuação conjunta das nações e defender os interesses de seus membros no nível global. Para isto, se faz necessário uma alta dose de pragmatismo para que se possa avançar nas metas e objetivos comuns a todos.

É inegável que até então, do ponto de vista da relação política entre os países, a integração sul-americana, às vezes transbordando para propostas que abrangem também o Caribe, a América Central e o México, como é o caso da CELAC, vive na primeira década do século XXI uma fase de nova intensidade. O ambiente político e a conjuntura internacional, marcados pela chegada ao poder de governos de cunho progressista e pela crise econômica do Norte, parecem ser novamente favoráveis à integração sul-americana, ainda que persistam as barreiras estruturais, diplomáticas e operacionais para que esta efetivamente se dê, conforme abordaremos no capítulo seguinte.

³² A região deve apresentar uma taxa de desemprego situada entre 6,2% e 6,3% em 2013, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Os dados encontram-se disponíveis em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/2/51422/P51422.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/prensa/tpl/top-bottom.xsl>

2. ENTRE A GEOESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO E A GEOECONOMIA DA CONCORRÊNCIA: aspectos teórico-conceituais da integração sul-americana

Esse capítulo visa basicamente estabelecer relações entre conceitos basilares ao entendimento dos interesses e perspectivas dos diversos países da América do Sul no que tange à integração subcontinental.

O desenvolvimento da integração sul-americana seguiu, ao longo da segunda metade do século XX, diversas tendências guiadas a partir das ordens mundiais vigentes. Pode-se, basicamente, pensar na dinâmica política interna dos países sul-americanos e na avaliação das relações políticas e econômicas interestatais, a partir de quatro períodos fundamentais da história contemporânea internacional:

1- O sistema bipolar (com as doutrinas de segurança impostas pelos regimes militares, predominantemente nos países do cone sul).

2- O desmantelamento da URSS (com o auge do modelo neoliberal e as regras do Consenso de Washington difundidas entre muitos dos países sul-americanos).

3- O episódio de 11 de setembro de 2001 em Nova York e a unilateralidade dos Estados Unidos (com o afastamento político da maioria dos países da região) como reação;

4- Os efeitos do colapso do modelo financeiro-econômico mundial proposto pelo Consenso de Washington (com a eleição de governos de esquerda na região e a busca de uma maior aproximação político-ideológica entre a maior parte dos países sul-americanos).

Assim, no contexto bipolar, a maioria dos países sul-americanos vivia em condições de grande isolamento externo, com regimes militares nacionais que seguiam e sustentavam os preceitos da doutrina de segurança nacional proposta pelos Estados Unidos, cujo objetivo central era impedir a proliferação de regimes comunistas, considerado o inimigo prioritário a ser combatido. Nesse cenário,

tinha-se, do ponto de vista geopolítico, um continente completamente fragmentado e com sérios dilemas de segurança.

No início da década de 1990, com a queda da URSS e a hegemonia incontestável dos Estados Unidos, o neoliberalismo surgiu com força e as regras desenhadas pelo Consenso de Washington de redução do papel do Estado, foram adotadas por grande parte dos países sul-americanos. Nesta época, o aprofundamento da integração política e econômica entre esses países foi limitado por um modelo de competição econômico-financeiro entre os Estados. Um dos exemplos de competitividade pode ser expresso nas ações políticas de *Balancing*³³ por parte do Brasil, cuja condição de primeira ordem na balança de poder fazia com que o país buscasse aprofundar e garantir sua influência política e geoeconômica no plano regional. Por outro lado, a Argentina, como poder de segunda ordem, tinha o objetivo de aproximar-se dos Estados Unidos e, a partir disso, balancear o poder em nível regional, por meio da prática *Bandwagoning*³⁴ (WALTZ, 1979).

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a política externa estadunidense se transformou profundamente, convertendo o terrorismo, os grupos insurgentes e as armas de destruição em massa, concentradas principalmente nos chamados Estados débeis, nas principais ameaças à segurança internacional. Desta forma, toda a concepção de defesa e segurança em nível global foi repensada.

A partir da busca da primazia, preservando e ampliando a supremacia política, econômica e militar, o poder hegemônico estadunidense implementou a guerra preventiva como estratégia para derrotar aos novos inimigos. Este cenário gerou uma grande agitação em termos políticos, diplomáticos e militares no subcontinente sul-americano, já que passou a ganhar força, na maioria dos países da região, tanto nos governos quanto em importantes setores da sociedade civil, a

³³ Segundo o teórico neorrealista Kenneth Waltz, o sistema internacional é caracterizado por uma balança de poder e as grandes potências costumam a contraporem-se umas as outras, o que chama de “comportamento de *balancing*”.

³⁴ O conceito de *bandwagoning* pode ser entendido como a estratégia adotada por pequenos Estados, que, diante da impossibilidade de contraporem-se às grandes potências, tendem a alinhar-se com essas (WALTZ, 2002; WALT, 1987).

grande preocupação por controlar e manter a soberania sobre as reservas de recursos naturais estratégicos.

Portanto, pode-se considerar que os desgastes do modelo de abertura econômica e de diminuição do papel dos Estados propostos pelo Consenso de Washington na década de 1990, com a priorização das políticas cambiais e monetárias em detrimento das políticas fiscais, bem como a indiferença estratégica dos Estados Unidos em relação ao subcontinente, em parte pela doutrina “expansionista” do então presidente Bush Jr., possibilitaram que houvesse uma *onda* de eleições de chefes de Estado progressistas no início dos anos 2000, cujas agendas e ações buscavam corrigir os efeitos econômico-sociais gerados pelo modelo de desenvolvimento das décadas anteriores e proteger os interesses nacionais.

A ideia de aprofundamento político da integração entre os Estados sul-americanos tinha como um dos principais objetivos afastar-se dos preceitos da nova ordem que os Estados Unidos estavam tentando impor ao mundo até o fim do governo Bush Jr., mudando, assim, a geoestratégica mundial e impondo novos desafios às soberanias nacionais, já que se multiplicaram pelo mundo os conflitos preventivos e, fato ainda mais grave, a guerra *preemptiva* que é aquela contra o princípio de legítima defesa estipulado pelo direito internacional.

Por outro lado, pode-se dizer que o fato de que os anos 2000 foram caracterizados, de certa forma, pela busca de autonomia pela maioria dos países sul-americanos e pelos agentes geoeconômicos dominantes nos anos 1990, contraditoriamente dificultou de alguma maneira a ampliação e o aprofundamento das relações políticas em âmbito regional.

2.1. O Paradoxo entre a securitização dos ativos estratégicos comuns e os conflitos intermésticos latentes

Nesse contexto, os conceitos como integração regional, geoestratégia e geoeconomia se colocam como fundamentais para dar base às problemáticas apontadas e que justificam a relevância dessa tese, uma vez que diferentes movimentações em torno dos diversos modelos de integração na América do Sul se manifestam de variadas maneiras e emergem como condicionantes ao que se pode chamar de vetores convergentes e divergentes a toda essa dinâmica, os quais dinamizam essa complexa rede de relações, que, de certa forma, se sobrepõem e impedem um aprofundamento efetivo nas relações entre os países da região.

A partir de diversas variáveis analisadas, é possível observar que o subcontinente sul-americano possui duas forças opostas atuando na integração política regional. Uma delas, convergente, medida principalmente pelo interesse dos países em cooperar para a *defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns*³⁵, tarefa que, nos últimos anos, tem despertado e sustentado o interesse da maioria dos países sul-americanos para um novo regionalismo, por meio da formulação e formalização do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em sua abordagem no campo da segurança e da defesa. E outra força, que é divergente ou fragmentadora, observada por um lado, por meio das diferentes manifestações de conflitos intermésticos latentes de origem local, doméstica e interestatal, clássicos, potencializados em diferentes percepções de ameaças, as quais impossibilitam um maior grau de cooperação e proximidade política entre os países da região e por outro, por condicionantes geoeconômicos como as assimetrias e as disputas comerciais e financeiras entre os países da região.

³⁵ Termos utilizados na *Declaração de Assunção dos Ministros de Defesa* (Assunção, 06 de abril de 2009) e que dizem respeito à formulação de uma política comum e conjunta de defesa dos recursos naturais considerados estratégicos existentes na região.

Portanto, pode-se dizer que a integração sul-americana apresenta outra situação *sui generis* que contraria o paradigma liberal das relações internacionais contemporâneas, que considera que os conflitos clássicos estão superados no pós-globalização. Nesta pesquisa, muitos dos conflitos intermésticos ocorridos na região, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, não foram totalmente superados e ressurgem como *memórias militares*³⁶, criando ressentimentos que obstaculizam o processo de integração regional, seja pela opção por parte de alguns países de aproximação político-econômica com parceiros Extrarregionais ou por meio de respostas domésticas de diversos atores de cunhos nacionalistas.

Nesse sentido, é fundamental para ampliação e aprofundamento da integração sul-americana, além da busca da atenuação das assimetrias socioeconômicas e territoriais, o reconhecimento de que os conflitos intermésticos latentes criam um clima de desconfiança e inimizade com sérias repercussões nas relações multilaterais em âmbito regional. Nessa perspectiva, este trabalho pretendeu contribuir no entendimento sobre as relações políticas entre os países sul-americanos por meio da sistematização e do destaque de alguns fatores geopolíticos fundamentais na cooperação interestatal, abrindo, assim, a possibilidade para o planejamento e efetivação de um modelo de integração que privilegie a construção de mecanismos regulatórios que deem prioridade à resolução de conflitos e controvérsias. Busca-se, dessa maneira, sistematizar, apontar e analisar os diferentes vetores que orbitam em torno da cooperação e dos conflitos na América do Sul, os quais colocam em jogo as estratégias da defesa e segurança regional, primordiais em um subcontinente caracterizado por importantes reservas de recursos naturais e por um enorme potencial de produção de alimentos, frente a um mundo marcado por crise alimentar e por um exponencial aumento da demanda por *commodities*.

Ainda que não exista consenso em relação às definições conceituais de Geoestratégia, Geoeconomia e Geopolítica pode-se sublinhar algumas definições que foram basilares neste estudo e que serão aprofundadas nos capítulos

³⁶ Termo utilizado por André Martin em 2013 para se referir às heranças e recordações dos contenciosos pelas forças armadas dos países envolvidos.

referentes à sua aplicação. Uma delas é de Martins (1996, p.36), que, no esforço de diferenciar a Geopolítica da Geoestratégia, define que:

Geopolítica é o estudo diacrônico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as relações internacionais embora não omitindo questões relevantes da política interna, (as que sofrem variações importantes devido à distribuição territorial) dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição, e o emprego do Poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos.

Martins (1996 p.36) também busca definir o conceito de Geoestratégia, entendida por ele como:

O estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos à escala regional e mundial, procurando deduzir a influência dos fatos geopolíticos (econômicos, geográficos, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objetivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a percepção e análise de conflitos (atuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos.

Já ao comparar a Geopolítica da Geoeconomia, Egler (2006 p.3) expõe que:

A geopolítica e a geoeconomia não são campos excludentes. Se, de um lado, a geopolítica se ocupa no controle estratégico dos lugares, a geoeconomia se ocupa sobre as logísticas das redes. É essa relação que define as relações espaciais de poder entre domínios e fronteiras, que redesenham constantemente os contornos do mapa do mundo atual.

É importante apontar que, uma vez que os processos de integração regional na América do Sul compõem o tema central desta pesquisa foi imprescindível fazer uso das contribuições da teoria da integração regional no debate que se propõe estabelecer ao longo dos capítulos subsequentes.

Dessa forma, a presente tese pretendeu oferecer um conjunto de reflexões que buscou apontar e entender a dinâmica da integração sul-americana, especialmente, a partir das perspectivas geoestratégica e geoeconômica.

Percebe-se, nos últimos anos, movimentos geopolíticos de diferentes ordens e direções, alguns convergentes, outros dispersos e outros, ainda, no limite do antagonismo (COSTA, 2007).

Nessa perspectiva, a partir das definições conceituais aplicadas, pode-se considerar que a integração sul-americana caracteriza-se por *movimentos geoestratégicos convergentes*, pautados na defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns e na consequente expansão da integração subcontinental, em uma perspectiva de cooperação político-militar, a exemplo da formação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Por outro lado, *processos divergentes* acabam por dificultar o aprofundamento das relações entre os países do subcontinente, influenciados por questões geopolíticas, como os conflitos intermésticos latentes e questões geoeconômicas, como o descaso por parte dos principais países às assimetrias econômicas e infraestruturais na região; a competição no âmbito do comércio e das finanças internacionais entre os principais atores regionais e os diferentes acordos econômicos assinados entre atores intrarregionais, a exemplo da Alternativa Bolivariana para as Américas, e extrarregionais, como a Aliança para o Pacífico.

Para isto, se buscou analisar a evolução dos conflitos intermésticos latentes considerados como vetores que fragmentam e dificultam as relações políticas entre os países sul-americanos. As fragilidades geradas pela não resolução de determinados contenciosos interestatais latentes e a expansão dos conflitos domésticos, especialmente aqueles que ultrapassam as fronteiras nacionais e transbordam em nível subcontinental, surgem como um desafio, do ponto de vista político e territorial à integração e à segurança sul-americana, permitindo trazer à luz a questão sobre os obstáculos existentes à integração regional.

Neste momento, é importante observar que a grande maioria dos conflitos intermésticos latentes no subcontinente envolve disputas por determinados recursos naturais, o que evidencia que o reconhecimento da importância estratégica destes como elementos divergentes é fator determinante para a aproximação e o aprofundamento das relações políticas entre os países da região.

Também é relevante a sistematização dos principais recursos naturais encontrados na região, porque eles são vetores considerados potencialmente favoráveis na aproximação política entre os Estados sul-americanos. Nesta etapa

da investigação, buscou-se caracterizar os recursos naturais que compõem os chamados ativos estratégicos comuns, importante instrumento de convergência dos países do subcontinente em torno da unificação das agendas, baseadas na securitização política destes recursos.

É importante esclarecer que as diferentes manifestações de conflitos em âmbito subcontinental foram abordadas nesta tese por meio da análise de três diferentes casos de conflitos intermésticos latentes que serão caracterizados adiante e que atualmente repercutem nas relações políticas dos países sul-americanos como paradigmáticos dos tipos de conflitos na região.

A possibilidade de que novas ameaças surjam no contexto sul-americano se assenta sobre o crescente aumento das porosidades fronteiriças provocadas pela interdependência global nos seus diversos âmbitos, o que repercute na fluidez das zonas de contato e no problema de demarcação sobre o que é interno ou externo. Desta forma, uma série de conflitos intermésticos surge permeada por novas ameaças que tornam mais complexa a percepção sobre o que seriam temas internacionais ou domésticos (DOMINGUES, 1998). Sobre estas novas ameaças assevera Marques (2003),

Os temas considerados – pelas potências ocidentais – como novas ameaças à segurança internacional depois do fim da União Soviética – narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, devastação ambiental, corridas armamentistas regionais, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, desrespeito aos direitos humanos e proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa – consolidavam a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul. (MARQUES, 2003, p. 69)

Assim, a falta de concertação sobre os assuntos internos e externos transformam os espaços e os temas intermésticos em uma nova ameaça latente, bem como quando os conflitos interestatais se sobrepõem aos conflitos domésticos ou vice-versa, produzindo um complexo campo de tensões que se estende ao longo de diferentes territórios.

De maneira geral, pode-se dizer que o conceito convencional de segurança envolvia ameaças provenientes de fora das fronteiras dos Estados e que eram de natureza primordialmente militar. Mas, nos países instáveis desde o ponto de vista

político, as novas ameaças, de um modo geral, são geradas domesticamente e só ocasionalmente transbordam para os Estados vizinhos (AYOOB, 1995; BUZAN, 1991).

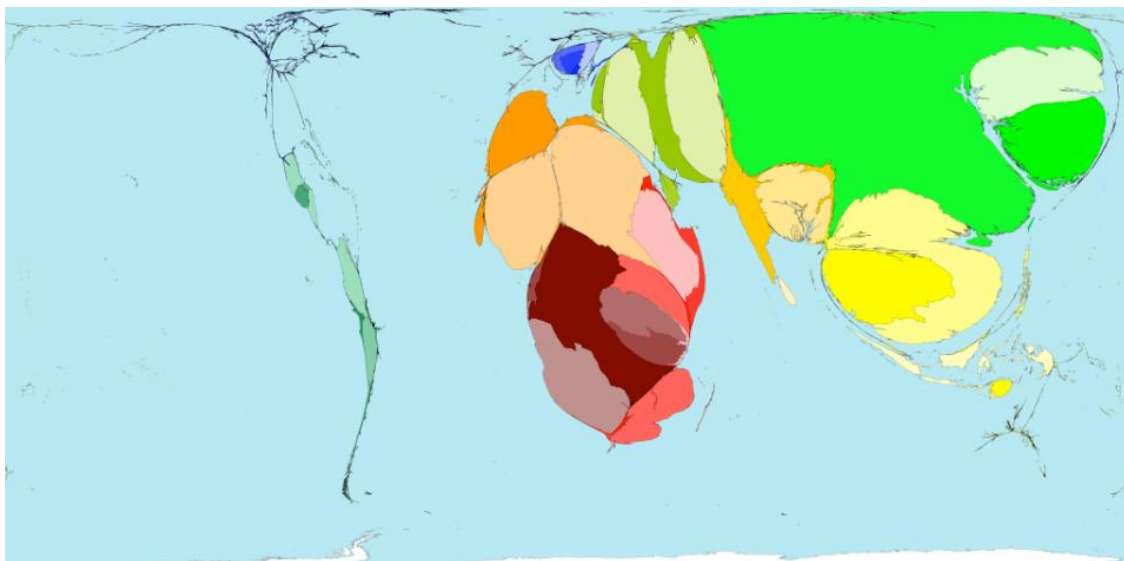
Desde o ponto de vista da segurança internacional, imediatamente depois da Guerra Fria, a *microsecuritização* foi classificada como parte das novas ameaças. (HIRST, 2008, p.434).

Neste sentido, a ideia de *microsecuritização*, definida abaixo, surgiu diretamente relacionada à complexidade de realidades e cenários que ameaçam a segurança pública nos países sul-americanos, já que a região concentra 45% do tráfico mundial de cocaína e lidera o índice mundial de homicídios cometidos com armas de pequeno calibre (HIRST, 2008).

Em contraposição à *macrosecuritização*, a *microsecuritização* se baseia em manifestações locais de ameaça e violência. Enquanto seu alcance é limitado, sua força e capacidade para causar impacto devem-se à sua vinculação a outros pontos de irradiação, que, por sua vez, reproduzem novas manifestações de violência (HIRST, 2008, p.433).

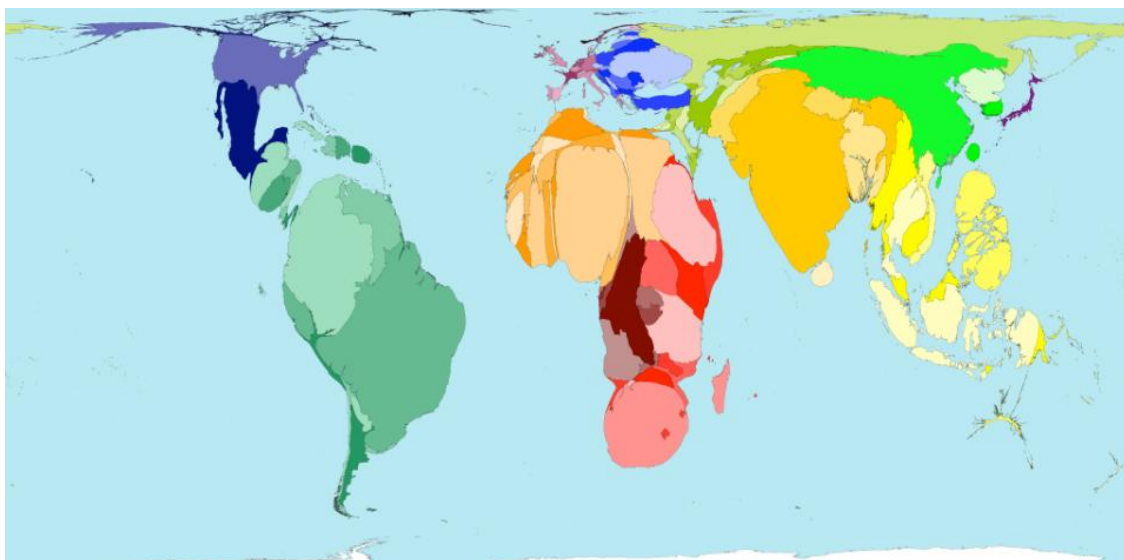
Nessa perspectiva, ao se comparar, em uma escala global as mortes causadas por guerras intermésticas e as causadas por violência doméstica, percebe-se, conforme as figuras abaixo, que a América do Sul se destaca em temas relacionados à *microsecuritização*.

Figura 5. Mortes geradas por conflitos intermésticos (1945-2000)



FONTE: World Mapper (2002), In: <http://www.worldmapper.org/> (Acessado em 24/09/2013).

Figura 6. Mortes geradas por violência doméstica, exceto guerra (1945-2000)



FONTE: World Mapper (2002), In: <http://www.worldmapper.org/> (Acessado em 24/09/2013).

Esse fenômeno se destaca na pesquisa feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicada em 2013:

Se revela um paradoxo na América Latina: na última década, a região foi palco de duas grandes expansões: a econômica, mas também a criminal. Apesar das melhorias sociais, a região continua a ser a mais desigual — e a mais insegura do mundo. Enquanto a taxa de homicídios diminuiu em outras regiões, o problema tem aumentado na América Latina, que registra mais de 100 mil homicídios a cada ano, chegando a mais de um milhão de assassinatos entre 2000 e 2010. Embora a taxa de homicídios tenha se estabilizado e até diminuído em alguns países, ela ainda é alta: em 11 dos 18 países analisados, a taxa é superior a 10 homicídios por 100 mil habitantes, um nível considerado epidêmico. (Relatório de Desenvolvimento Humano Regional, PNUD – 2013-2014)³⁷

Assim, as deformações nas figuras 1 e 2 demonstram claramente os impactos destas formas de violência no mundo e no caso sul-americano os impactos das mortes por violência doméstica são gritantes. Por outro lado, ao se pensar nos conflitos sob o prisma da integração regional, são recorrentes os temas relacionados à *macrosecuritização*, expressas por um lado, nos conflitos intermésticos latentes e por outro, nas hipóteses de ameaças construídas a partir da presença de atores extrarregionais na região.

Neste contexto de securitização, ganha força a ideia de defesa conjunta dos recursos naturais no âmbito subcontinental – transformados em ativos estratégicos comuns.

A tentativa mais ousada de integração regional deu-se com a criação, em dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações, rebatizada formalmente como União das Nações Sul-Americanas em 2008. Conforme já mencionado, em dezembro de 2008, firmou-se o acordo de constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano, cujo objetivo principal fundamenta-se em ampliar os espaços de diálogo e de negociações, a fim de aprofundar as relações políticas no âmbito da segurança e defesa regional, com o propósito de encontrar uma solução conjunta aos conflitos intermésticos latentes na região, afastando, assim, a interferência de países extrarregionais em assuntos internos.

³⁷In: <http://www.latinamerica.undp.org>

Ao observar a dinâmica geopolítica, geoestratégica e geoeconômica sul-americana atual, se vislumbra um continente altamente heterogêneo do ponto de vista das percepções de cada Estado em relação às ameaças às seguranças nacionais e regionais.

É importante apontar que a maioria³⁸ dos países sul-americanos, a partir da primeira década do século XXI, vinha sendo governada por “uma heterogeneidade de governos de esquerda que representa um questionamento às proposições liberais do final do século XX, o que confere, até certo ponto, unidade a este movimento em relação à sua diversidade” (LIMA E COUTINHO, 2006).

Por outro lado, muitas das visões e dos planos estratégicos dos países da região fundamentam-se em processos relacionados a conflitos e tensões domésticas e interestatais ainda latentes, questão que desenvolveremos com maior profundidade nos capítulos que seguem. Pode-se considerar que, neste contexto de fragmentação de agendas políticas, torna-se inviável o aprofundamento e o alargamento da integração regional, especialmente no âmbito da segurança conjunta.

Portanto, com a ideia de refletir sobre os limites e desafios que o subcontinente apresenta diante da tentativa de integração política que tenha uma agenda comum, especialmente no campo da segurança e defesa, analisou-se o subcontinente sul-americano, condicionado pela dinâmica geopolítica interna à região, partindo da conformação e constituição da maioria dos Estados nacionais desde o final do século XIX, período após as independências, até a atualidade. É importante observar que a análise sobre os níveis de conflagrações intermésticas e sua relação com as etapas da integração sul-americana está centrada em um recorte temporal que abarca especialmente as últimas três décadas (período de redemocratização da maioria dos países da região).

Buscou-se, a partir da análise sobre a evolução das relações entre os Estados da região e da reflexão sobre os processos que derivaram em

³⁸ Com exceção da Colômbia, em menor grau, o Peru e posteriormente o Chile, com a eleição de Sebastián Piñera em 2010.

instabilidades políticas interestatais, apontar e identificar elementos que ao longo da história geraram e/ou ainda geram diferentes níveis de conflagrações de ordem política, econômica, territorial e cultural no âmbito doméstico e interestatal, que fragilizam e fragmentam as relações entre os países sul-americanos.

Privilegiou-se o estudo sobre a evolução dos conflitos internos e externos na região, gerados por disputas territoriais e/ou fronteiriças, na sua maioria vinculada ao domínio sobre certos recursos naturais estratégicos, muitos deles distribuídos em zonas transfronteiriças, em âmbito continental ou oceânico e em disputa por diversos atores e agentes sociais, políticos e econômicos.

Ao securitizar os recursos naturais no âmbito regional, transformando-os em temas prioritários das agendas políticas dos países da região, torna-se fundamental ampliar os níveis de concertação política entre os países sul-americanos, com o fim de que o tema seja considerado pelas estratégias de defesa regionais e se coordene de forma mais eficaz uma agenda aberta ao diálogo e à negociação, do ponto de vista da segurança e da defesa.

Para refletir sobre o nível de conflagrações no subcontinente, é válido destacar que são muitos os conflitos interestatais latentes e com repercussão considerável nesta primeira década do século XXI, direta ou indiretamente vinculados ao domínio e gestão sobre certos recursos naturais.

Neste contexto, é importante dizer que também existe uma série de conflitos domésticos latentes na América do Sul relacionados, em diferentes níveis, ao domínio dos recursos naturais. Pode-se considerar que estes tipos de conflitos envolvem uma grande diversidade de atores sociais e econômicos e são gerados por diversos fatores, como debilidades institucionais, falhas no sistema representativo e a fragilidade dos interesses nacionais diante dos interesses externos.

Nesse sentido, torna-se importante debater sobre a mudança do paradigma em relação à integração regional. Sendo assim, observa-se que depois de um período de *regionalismo aberto* (especialmente nos anos 1990), caracterizado pela obediência dos governos da região aos valores neoliberais promovidos pelo

Consenso de Washington e a consequente predominância de uma forma de integração superficial, baseada no comércio e no livre mercado, passou-se, nos anos 2000, com as eleições de vários presidentes de certo leque de partidos de esquerda, a um *regionalismo baseado na integração física e produtiva da região*, fortalecendo, assim, os laços políticos e territoriais entre os países do subcontinente (LIMA E COUTINHO, 2006).

Identificada e rebatida nessa tese como uma região de baixa ocorrência de conflitos interestatais ao longo do século XX, a América do Sul, segundo a contestada Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, caracteriza-se, em termos de padrões de amizade-inimizade, como um regime de segurança, entendido como uma estratégia multipolar, caracterizada por acordos internos de cooperação político, diplomático e militar, contra as ameaças extrarregionais (LIMA E COUTINHO, 2006).

Entre algumas importantes características que definem e modelam a situação de segurança na região, encontram-se: a ausência de grandes potências no Complexo Regional de Segurança; a multipolaridade com baixo grau de polarização; a aspiração do Brasil como grande potência capaz de estruturar o Complexo Regional de Segurança por meio, especialmente, do aparato da UNASUL; a baixa integração em termos territoriais; a presença de instabilidades políticas internas e os diferentes níveis de influência e intervenção por parte dos EUA (CEPIK, 2005). Porém como já foi apontado, o tema da militarização das fronteiras para a contenção dos tráficos de drogas e armas não condiz, do ponto de vista geoestratégico, com o amplo entendimento dos países da região no tratamento de certos temas intermésticos. Isto pode ser percebido, por exemplo, pelos esforços da UNASUL para a criação de um órgão regional de combate principalmente ao narcotráfico (o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas) e a expulsão de agentes da DEA (*Drug Enforcement Administration*) da Bolívia em 2013.

Neste sentido, o subcontinente sul-americano mostra-se como uma região complexa, que incorpora de maneira paradoxal, na trajetória de construção de uma comunidade regional de segurança, processos ao mesmo tempo de

integração e de fragmentação, onde persistem velhas desconfianças no atual regime de segurança e defesa (PIERI & SENHORAS, 2010).

Portanto, a combinação entre fatores históricos que apontam os níveis de conflitividades intermésticas na América do Sul e os conceitos que aportam os modelos de segurança coletiva, foi de fundamental importância nos questionamentos sobre a viabilidade do regionalismo que se está buscando construir no continente.

Neste contexto, esta pesquisa buscou comprovar que existem diferentes elementos que potencialmente podem apontar, por um lado, uma maior aproximação e coesão política entre os países da região, como a ideia de defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns e, por outro lado, elementos que fragmentam as relações políticas entre os Estados sul-americanos, causando, assim, maior risco à integração em escala subcontinental e à própria segurança regional, que são impactadas pelas diferentes manifestações de conflitos, especialmente aqueles de ordem política e geoeconômica.

Além disso, estes processos envolvem uma grande diversidade e multiplicidade de atores e agentes nacionais e/ou internacionais, que particularizam e tornam mais complexos os níveis de governabilidade e de fragilidade política de determinados Estados sul-americanos.

Ao pensar na evolução dos conflitos interestatais na América do Sul, observa-se que existe uma tendência a ocorrer menor ingerência de agentes externos e de se resolvê-los no âmbito político-diplomático. Isto representa menor risco à estabilidade política e às relações entre os países da região.

3. GEOESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO: a cooperação interméstica sul-americana a partir da securitização dos ativos estratégicos comuns

Após uma breve relação entre os vetores convergentes e divergentes de todo processo discutido, é importante analisar especificamente aqueles que colaboram no sentido de unir elementos em torno de uma agenda comum à integração sul-americana.

Ao securitizar os recursos naturais transfronteiriços em torno do conceito de ativos estratégicos comuns, pode-se afirmar que passa a existir, em âmbito subcontinental, a retórica da ameaça existencial protagonizada por atores extrarregionais. Nesse sentido, como consequência de uma série de episódios geopolíticos internacionais como, por exemplo, a reativação da IV Frota estadunidense no Atlântico Sul, surge ao longo da primeira década dos anos 2000, um movimento de cooperação geoestratégica convergente em torno de uma maior aproximação entre os países da América do Sul com o objetivo de conter a influência e eventual expansão da presença de atores de outros subcontinentes na região, a exemplo, da implementação do Conselho de Defesa Sul-Americano e até mesmo, do Conselho de Luta contra o Narcotráfico como resposta a presença da Agência de Antidrogas dos Estados Unidos, ambos no âmbito da União de Nações Sul-Americanas.

Nessa perspectiva, esse capítulo objetivou sistematizar e examinar os principais recursos naturais estratégicos existentes na América do Sul; compará-los com a oferta internacional nos últimos anos e apontar de maneira objetiva os vetores convergentes da integração regional e os consequentes cenários geoestratégicos contrários à presença de atores extrarregionais que giram em torno dessa dinâmica.

Para isso, se buscou estabelecer quais são os principais recursos naturais estratégicos na região e, a partir dos indicadores, entender a distribuição e o grau de relevância da região em relação ao resto do mundo.

Por outro lado, num segundo momento, por meio do levantamento e da análise dos diferentes conflitos intermésticos latentes, buscou-se apontar alguns vetores divergentes no processo de integração regional, os quais impactam diretamente na geoestratégia da contenção e contribuem com a fragmentação de agendas convergentes no tratamento do aprofundamento dos laços políticos e econômicos entre os países da região.

É importante salientar que os dados e indicadores levantados e discutidos provêm de diversas instituições e organizações supranacionais e nacionais, de forma que possuem variadas datas e metodologias de produção e contabilização, fato esse que não prejudica a análise da sistematização.

Tabela 1. Disponibilidade de recursos naturais estratégicos em 2010 na América do Sul

País	População aproximada em 2010	Águas [1] Volume (Km3/año) [2]	Florestas [3] (Milhares de hectares) (1000 Hás) [4]	Gás [5] (Trilhões de metros cúbicos)	Minérios [6] (Toneladas)	Petróleo [7] (bilhões de barris)	Pesca [8] Peixes, crustáceos, Moluscos, etc (Toneladas)	Biodiversidade [9] Plantas, mamíferos, aves e répteis conhecidos (quantidade de espécies)
Argentina	40.665.732	814	33021 (12.1%TTN)	0.44 (0.2%TM)	-	2.6 (0.2%TM)	933902	10823
Bolívia	10.030.832	623	58740 (54.2%TTN)	0.77 (0.4%TM)	-	-	7090	18911
Brasil	190.755.799	8233	477698 (57.2%TTN)	0.33 (0.2%TM)	-	12.6 (1.0%TM) [10]	1008066	58333
Chile	17.134.708	922	16121 (21.5%TTN)	-	-	-	5028539	5761
Colômbia	46.300.196	2132	60728 (21.5%TTN)	0.11 (0.1%TM)	-	1.4 (0.1%TM)	181072	53872
Equador	13.774.909	424	10853 (39.2%TTN)	-	-	3.8 (0.3%TM)	486023	21432
Guiana	761.442	241	15104 (76.7%TTN)	-	-	-	53980	7290
Paraguai	6.459.727	336	18475 (46.5%TTN)	-	-	-	23100	8832
Peru	29.496.120	1913	68742 (53.7%TTN)	0.33 (0.2%TM)	-	1.1 (0.1%TM)	9416130	20606
Suriname	524.345	122	14776 (94.7%TTN)	-	-	-	40191	5952
Uruguai	3,372.222	139	1506 (8.6%TTN)	-	-	-	125953	2597
Venezuela	29.043.555	1233	47713 (54.1%TTN)	4.84 (2.6%TM)	-	99.4 (7.9%TM)	492210	23019
Total América do Sul [11] (sem Guiana Francesa e Ilhas Malvinas)	364000000 (5.74%TM)	17132 (28 %TM)	823477 (47.7%TTC) (20.83%TM)	-	-	-	17308968 (12.24%TM)	(Alrededor de 40 % del TM)
Total América Latina	-	-	924163 (44.96%TTR)	-	61503 (Alrededor de 24 % del TM)	-	-	-
Total mundial (TM)	6,335,000000 (100%TM)	Aprox. 61185 (100%)	3952025 (29.45%TTM)	185.02 (100%TM)	248089 (100%TM)	1258.0 (100%TM)	141403138 (100%TM)	-

[1] É importante apontar que a região possui aproximadamente 28% das reservas mundiais de água.

[2] Fonte: FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Programa de Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais (FRA), 2005.

[3] É importante observar que existe uma grande diversidade de recursos estratégicos nos diferentes biomas florestais.

[4] Fonte: FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Programa de Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais (FRA), 2005.

[5] Fonte : BP Statistical Review of World Energy –Junho de 2009.

[6] Soma dos minerais (Bauxita, alumínio primário, cobre mina, cobre refinado, ouro mina, chumbo mina, chumbo refinado, níquel mina, níquel refinado, prata, estanho mina, estanho refinado, zinco mina, zinco refinado), dados aproximados adaptados do World Metal Statistics Yearbook 2003 apud: Albavera, F. Série recursos naturais e infraestrutura, CEPAL, dezembro de 2004 .Mais especificado na tabela abaixo.

[7]Porcentuais referentes às reservas dos países. Fonte: BP Statistical Review of World Energy – Junho de 2009.

[8] Fonte: FAO: Departamento de pesca aquicultura – *capture production 2005 - FAO Yearbook of Fishery Statistics Vol.100/1*, 2007. Online: ftp://ftp.fao.org/fi/stat/summary/summ_05/a-0a.pdf

[9] Fonte:World Resources Institute (WRI), World Resources 2000-2001 apud: Albavera, F. Série recursos naturais e infraestrutura, CEPAL dezembro de 2004.

[10] Sem o Pré-sal.

[11] É importante apontar que a América do Sul concentra 28% dos recursos hídricos mundiais, segundo Shiklomanov: World water Resources at the Begining of the 21 st Century, 1999.

TM – TOTAL MUNDIAL, TTN – TOTAL DO TERRITÓRIO NACIONAL (ocupado por florestas), TTC – TOTAL DO TERRITÓRIO CONTINENTAL (ocupado por florestas), TTR – TOTAL DO TERRITÓRIO REGIONAL (ocupado por florestas), TTM – TOTAL DO TERRITÓRIO MUNDIAL (ocupado por florestas).

Organizado por PIERI (2013).

Antes de realizar uma análise da tabela, é importante observar que exploração e o tamanho das reservas de muitos dos recursos naturais apontados são responsáveis por grande parte do PIB dos países, ou seja, a importância mundial ou regional está diretamente relacionada com o peso que estes recursos possuem na balança de pagamentos de cada país.

Em uma breve interpretação da tabela 1, pode-se dizer que a América do Sul se destaca em alguns recursos naturais que possuem uma relação mais direta com respeito ao tamanho territorial, ao grau de ocupação do território, à preservação natural e à dimensão da biodiversidade, como é o caso dos recursos hídricos.

A reserva de água é um dos recursos naturais da América do Sul que tem um peso bastante importante no cenário mundial. Responsável por aproximadamente 28% do total mundial de recursos hídricos em níveis superficiais e subsuperficiais, destacando-se reservas como a do Aquífero Guarani, Alter do Chão, os rios da região amazônica e as geleiras dos Andes.

Em relação às florestas, o continente sul-americano concentra aproximadamente 29,45% das reservas florestais do mundo. Deste total, grande parte são reservas localizadas em zona de clima tropical e equatorial, com uma importante quantidade de espécies animais e vegetais que correspondem a aproximadamente 40% da biodiversidade mundial. Os biomas como a região amazônica, o Cerrado, a Patagônia e o Pantanal destacam-se entre as grandes reservas continentais.

Em relação aos hidrocarbonetos se constata que a América do Sul concentra importantes reservas em nível regional. O subcontinente possui relevância mundial em termos de reservas petrolíferas, concentradas especialmente na Venezuela. Com o desenvolvimento da exploração de petróleo em águas profundas, o Brasil passou a se destacar como referência mundial, ao descobrir novos poços na sua costa, em uma região conhecida como *Pré-sal*.

Em relação aos minérios, o subcontinente possui grandes reservas dos importantes minerais, sendo responsável por aproximadamente 24% das reservas mundiais. Na tabela 2, a seguir, buscou-se apontar, de modo mais específico, a relevância dos países da região em relação à reserva mundial dos principais minerais.

Já em relação à pesca, a região não tem tanta relevância, já que é responsável por aproximadamente 12% da produção mundial. Neste recurso, o Peru se destaca como o segundo produtor mundial, muito favorecido pelas águas geladas da sua costa, diretamente influenciada pela Corrente de Humboldt que favorece a atividade pesqueira.

Por fim, é importante destacar o potencial agrícola da América do Sul. Com imensas terras férteis e desocupadas, a região já é a responsável por grande parte dos alimentos produzidos no mundo, em especial a produção de grãos como a soja; o trigo; o milho; de frutas; de lácteos e de carne bovina e de frango. Na tabela 3 houve um esforço de sintetizar o potencial agrícola dos países da região por meio dos dados da qualidade dos solos, fornecidos pela Central Intelligence Agency (CIA).

Tabela 2. Oferta sul-americana dos principais minerais em relação às reservas mundiais em 2008

	Alumínio (Produção 2008)	Bauxita (Reservas 2008)	Cobre (Reservas 2008)	Estanho (Reserva base- potencial)	Ouro (Reservas 2008)	Lítio (Reservas base- potencial)	Níquel (Reservas 2008)	Prata (Producción 2008)	Chumbo (Reservas 2008)	Nióbio (Reservas 2008)	Zinco (Reservas 2008)
Argentina											
Bolívia						49%					
Brasil	4,20%	7,00%		22,70%	10,60%	8,20%	6,40%			96%	
Chile			2,90%		4,20%	27,20%		9,50%			
Colômbia							2,00%				
Equador											
Guiana											
Paraguai											
Peru			1,10%	0,90%	2,98%			17,20%	4,40%		10%
Suriname											
Uruguai											
Venezuela	1,44%	1,18%					0,80%				

Fonte: *Mineral Commodity Summaries*, 2009. Online: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/>
Organizado por PIERI (2013).

A tabela 2 ilustra a variedade de minerais existentes na América do Sul para se destacar a importância do continente em nível mundial. A concentração dessa imensa diversidade pode ser notada na América do Sul ao assinalar as reservas mundiais de alguns dos principais minerais na atualidade. Cabe destacar dois minerais menos conhecidos, o Nióbio e o Lítio.

Um dos minerais de maior relevância aos avanços na área de telecomunicação é o Nióbio e aproximadamente 95% das reservas mundiais estão concentradas na região Amazônica brasileira, o que constitui um motivo de muita preocupação para as autoridades do país, especialmente para os militares.

Outro mineral que chama a atenção por sua concentração na região e que é motivo de grande preocupação geoestratégica é o Lítio, sendo que a Bolívia possui aproximadamente 49% de todas as reservas desta matéria-prima, essencial para as baterias mais modernas no mundo.

Pode-se dizer que, em geral, se notam importantes reservas dos minerais em países como Brasil, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

Tabela 3. Terras aptas para a agricultura na América do Sul em 2000

	Terras aráveis (hectares) [1]	Superfície com solo sem restrição geomorfológica [2] – ‘apto’ para a agricultura– 1000 Km2 [3]	Porcentual de solo ‘apto’ para a agricultura [4]
Argentina	27.900.000	922	33%
Bolívia	3.050.000	298	27%
Brasil	59.000.000	741	9%
Chile	1.982.000	135	18%
Colômbia	2.004.000	304	27%
Equador	1.348.000	105	37%
Guiana	480.000	36	17%
Paraguai	3.040.000	115	28%
Peru	3.700.000	186	15%
Suriname	58.000	32	20%
Uruguai	1.370.000	73	39%
Venezuela	2.600.000	192	21%

[1] Fonte: CIA 2003 e 2005. Online: www.nationmaster.com/country/region

[2] Fonte: FAO 2000.

[3] É importante observar que o total de áreas sem restrições não consideram solos que possam ser trabalhados de maneira a torná-los férteis e sem problemas ou falhas pedo-geomorfológicas.

[4] Fonte: FAO 2000.

Organizado por PIERI (2013).

Devido às dificuldades para obter os dados necessários para a medição do total de superfícies aptas para a agricultura, buscou-se analisar este tema a partir dos indicadores fornecidos pela FAO em 2000, que trata dos solos sem restrições geomorfológicas.

É importante salientar que nesta tese foi feita a opção de analisar os dados, em função de suas características de difícil alteração e da relevância dos indicadores no que tange à crescente demanda de alimentos no plano internacional.

Nesse sentido, observou-se o enorme potencial de produção de alimentos em toda a região, especialmente na Argentina e no Brasil, com seu território continental.

Figura 7. Distribuição espacial de recursos naturais na América do Sul



TM – TOTAL MUNDIAL, TTN – TOTAL DO TERRITÓRIO NACIONAL (ocupado por florestas)
 TTC – TOTAL DO TERRITÓRIO CONTINENTAL (ocupado por florestas)
 TTR – TOTAL DO TERRITÓRIO REGIONAL (ocupado por florestas)
 TTM – TOTAL DO TERRITÓRIO MUNDIAL (ocupado por florestas)

FONTE FAO (2000), CIA (2005), BP (2008).

Organizado por PIERI (2013).

Do esforço em espacializar os dados salientados, pôde-se observar e comparar o potencial e a concentração de recursos naturais estratégicos no subcontinente, por meio da figura acima. Neste sentido, pode-se dizer que a alta dotação de determinados recursos naturais desencadeia uma grande diversidade de conflitos, seja de âmbito doméstico, em razão da fragilidade institucional, seja em âmbito interestatal, por discórdia entre limites fronteiriços, terrestres ou marítimos.

Com o objetivo de identificar quais são os fatores que levam à securitização de determinados recursos naturais em detrimento de outros, é revelador apontar o caso do conflito entre Chile, Peru e Bolívia. Nele, o principal recurso natural chileno, o cobre, não é motivo de disputa interestatal, mas, sim, a parte do território perdido pelo Peru e pela Bolívia na época da Guerra do Pacífico³⁹. É importante recordar que, no final do século XIX, a região em disputa possuía grandes reservas de minerais, em especial de Nitrato. Ainda que a concentração desse mineral não continue sendo o motivo do conflito que se estende até os dias atuais, pode-se afirmar que permanece daquelas disputas uma série de pendências históricas que desencadearam questões como a *mediterraneidade* boliviana e a questão da demarcação fronteiriça entre Peru e Chile, com disputa por arbitragem internacional.

Portanto, ao pensar na sistematização dos ativos estratégicos comuns e no consequente esforço de formulação de uma agenda de defesa conjunta entre os países sul-americanos, torna-se fundamental, antes de tudo, avaliar a gênese dos conflitos interestatais latentes no subcontinente, discutidos mais à frente, especificamente aqueles que originariamente evoluíram em torno do domínio sobre determinados recursos naturais transfronteiriços.

³⁹ Conhecida também como Guerra do Salitre, este conflito ocorreu no final do século XIX, como será debatido mais adiante.

3.1. Defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns: as posições políticas dos países sul-americanos

Como já foi mencionado, desde a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) na estrutura institucional da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, tornou-se crescente o debate sobre a securitização dos recursos naturais em âmbito regional, em função do interesse generalizado por parte dos países sobre o tema. É importante apontar também que um dos objetivos da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa foi o de mediar conflitos entre os países andinos.

Em uma breve análise dos diferentes documentos e planos nacionais de defesa dos países sul-americanos, percebe-se que existem diferentes níveis de prioridades e de posturas internas assumidas por cada país, em relação à defesa dos seus territórios e recursos naturais. Nessa perspectiva, torna-se revelador, para este estudo, apontar àqueles países que consideram a possibilidade efetiva de conflitos e que fazem referências diretas à defesa dos recursos naturais estratégicos, como sistematizados na Tabela 4, a seguir.

Com relação às percepções unilaterais existentes ou dos contenciosos e dilemas de segurança fronteiriça existentes na América do Sul, é possível empreender uma macrovisão sobre a problemática da securitização dos ativos estratégicos comuns relacionados aos recursos naturais em função das concepções estratégicas presentes nos documentos oficiais de defesa.

A problemática da securitização dos recursos naturais na América do Sul pode ser compreendida a partir do grau de envolvimento e de prioridade que os países da região estão dando à esfera da defesa, o nível de instabilidade interestatal no âmbito sul-americano e a posição de cada Estado em relação à defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns.

A securitização dos recursos naturais como ativos estratégicos na América do Sul não se trata de um processo linear, nem tampouco simples, já que a análise dos principais documentos de defesa nacional dos países sul-americanos

revela uma grande diversidade de pontos de vista, níveis de prioridades e estratégias de defesas entre os Estados da região.

Observa-se, portanto, a existência de uma convergência mínima dos discursos sobre a necessidade de defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns na América do Sul, por meio de uma clara securitização dos recursos naturais estratégicos entre todos os países da região, desde os que adotam a *concepção socialista bolivariana*, como a Venezuela, Equador e Bolívia; os países mais independentes e não alinhados, como Argentina e Brasil; até os países mais alinhados comercialmente e em alguns casos militarmente aos Estados Unidos, como o Chile, Colômbia e Peru⁴⁰. Enfim, pode-se afirmar que todos eles, de certa forma, se apoiam nessa arquitetura da integração sul-americana, especialmente por dois vetores que tratam da questão da segurança e da defesa regional, o Conselho Sul-Americano de Defesa e o Conselho de Luta Contra o Narcotráfico.

Ao observar a adesão dos distintos países à securitização dos recursos naturais, percebe-se claramente que é possível a construção de uma agenda que busque fortalecer a integração sul-americana a partir da noção de ativos estratégicos comuns no projeto da UNASUL.

O mais claro passo nessa direção se deu em maio de 2013, com a I Conferência da UNASUL sobre Recursos Naturais e Desenvolvimento Integral da Região, quando foi debatida a criação de um Centro de Altos Estudos da UNASUL, encarregado da elaboração de um mapa das riquezas naturais da América do Sul. Oportunamente na reunião, a assessora da Secretaria Geral da UNASUL, Mônica Bruckmann, apontou que a iniciativa da criação do centro “terá como objetivo aprofundar o estudo, a produção de informação, em uma perspectiva transversal, o que significa o aproveitamento soberano dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social dos povos de maneira sustentável”⁴¹.

⁴⁰ É importante apontar que, com a eleição de Ollanta Humala em 2010 no Peru, por ser ele o principal líder da esquerda daquele país, poderia se esperar mudanças na diplomacia mais direcionadas ao Brasil ou aos países bolivarianos, porém não se observou nenhuma alteração significativa até o momento de finalização desta tese.

⁴¹ In: <http://www.isags-unasursalud.org/>

Por outro lado, outros temas mais específicos reforçam a preocupação conjunta com o controle e com a gestão dos recursos naturais em âmbito subcontinental. Como exemplo, pode-se apontar o encontro da UNASUL em novembro de 2013 para se discutir a importância estratégica do lítio na América do Sul. No documento final, como apontado na citação a seguir, se levantam possíveis e preocupantes cenários geopolíticos em torno da exploração desse minério.

A disputa global pelo lítio, devido ao crescimento abrupto e sustentado de sua demanda como consequência de uma inovação tecnológica na produção de baterias recargáveis, tenderá a criar novas tensões na região andina de América do Sul. Os interesses em jogo são enormes⁴².

Nesse sentido, percebe-se claramente que existe um movimento convergente em torno do tema dos recursos naturais, transformados em ativos estratégicos comuns, os quais se expressam e/ou tendem a se expressar nos documentos oficiais de defesa, como apontado abaixo e nos documentos dos encontros dos diversos conselhos setoriais da UNASUL.

⁴²In:<http://www.unasursg.org/inicio/centro-de-noticias/archivo-de-noticias/la-importancia-estrat%C3%A9gica-del-litio-y-am%C3%A9rica-del-sur>

Tabela 4. Documentos oficiais de defesa e concepções estratégicas dos países sul-americanos na década de 2010

	Principal documento oficial de defesa e ano da última atualização[1]	Contempla hipótese de conflitos?	Faz referências diretas à defesa dos recursos naturais estratégicos?
Argentina	Livro Branco de Defesa –1999, com revisão em 2001	Não	Sim (capítulo V.3)
Bolívia	Livro Branco de Defesa –2004	Sem informação	Sem informação
Brasil	Estratégia Nacional de Defesa –2008 [2]	Sim, especialmente de um ator com capacidade militar muito maior	Sim, especialmente à Região Amazônica (Ponto 10)
Chile	Livro da Defesa Nacional –2002	Sim. (Parte I, Capítulo II.4) [3]	Sim, (Parte IV, Capítulo III.1) [4]
Colômbia	Política de Consolidação da Segurança Democrática –2007	Não [5]	Não
Equador	Livro Branco de Defesa –2006	Sem informação	Sim [6]
Guiana	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Paraguai	Política de Defesa Nacional da República do Paraguai –1999	Sem informação	Sem informação
Peru	Livro Branco da Defesa Nacional do Peru –2005	Não [7]	Sim (Parte 3, Capítulo 3) [8]
Suriname	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Uruguai	A Defesa Nacional: aportes para um debate 2005	Não	Não
Venezuela	LOFAN (Lei das organizações das Forças Armadas Nacionais)	Sim	Não [9]

[1] Fonte: Atlas comparativo da Defesa na América Latina, Resdal, 2008, p. 58.

[2] É importante apontar que o Brasil debateu, ao longo do ano de 2011, a elaboração do seu Livro Branco de Defesa.

[3] O nome do subcapítulo é exatamente Hipóteses de Conflito.

[4] O subcapítulo intitulado de “Fronteiras interiores críticas” faz referência direta à vulnerabilidade das regiões norte e sul, em função da baixa densidade demográfica.

[5] A PCSD contempla uma atuação mais direta das Forças Armadas colombianas em assuntos referentes à segurança nacional, uma vez que o Estado luta contra grupos insurgentes (FARC e ELN).

[6] “O Equador conta com grandes recursos naturais e fontes de água doce, cuja demanda no mundo seguirá em ascensão...” (política de defesa, cenários, apud Elizondo).

[7] Contempla, no capítulo 3, as ameaças externas que poderiam gerar-se caso se tentasse aplicar na sub-região sul-americana doutrinas de segurança incompatíveis com a vigência do direito internacional.

[8] “As ameaças externas que poderiam surgir da crise em função de escassez de recursos naturais de valor estratégico, tais como recursos vitais”.

[9] O tema da defesa dos recursos naturais é muito comentado nos discursos do presidente Chávez.

Organizado por PIERI (2013).

Depois de uma breve tentativa de síntese analítica sobre os principais documentos de defesa nacional dos países sul-americanos, ainda é possível observar uma grande diversidade de pontos de vista, níveis de prioridades e estratégias de defesa entre os Estados da região. Essa diversidade é decorrente principalmente das diferentes percepções de ameaças que cada país tem, muitas vezes construídas em função de históricos de conflitos e de inimizades entre vizinhos, como será discutidos nos capítulos seguintes.

Além dos padrões de amizade e inimizades gerados especialmente por questões geo-históricas, é importante também apontar alguns outros fatores que impactam no nível de comprometimento dos Estados no que tange a integração em escala subcontinental: alguns se apresentam de forma mais integradora, embasada na perspectiva antissistêmicas⁴³ de reação ao *status quo* da ordem internacional como a “*concepção bolivariana*” (Venezuela, Equador e Bolívia); outros buscam na integração a via da liderança regional baseado na não intervenção e no desenvolvimento econômico (Brasil); e por fim, outro grupo, mais divergente à integração regional, possui relações mais próximas com os EUA, do ponto de vista comercial (Chile e Peru) e estratégico-militar (Colômbia).

Portanto, todos esses atores possuem políticas de Estado bastante assentadas em relação à defesa e à segurança regional, e uma postura muito bem definida e, até certo ponto, fragmentada, em relação à defesa conjunta dos recursos naturais. Fato esse agravado pelos conflitos intermésticos latentes, discutidos mais adiante.

Pode-se apontar, porém, que há o surgimento de um movimento em torno de um regionalismo em escala sul-americana, baseado no contexto de reordenamento estratégico.

Ao observar a tabela, percebe-se claramente que se pode construir uma agenda que busque consolidar e intensificar a integração, ressaltando-se os pontos em comum, de forma que a defesa dos recursos naturais seja entendida como um importante pilar na aproximação dos países da região. Segundo a ex-

⁴³ Os movimentos antissistêmicos englobam uma série de manifestações anti-hegemônicas (PENNAFORTE, 2013).

ministra da defesa argentina, Nilda Garré, “é necessário um mecanismo regional de coordenação de políticas e medidas conjuntas para a proteção de fatores estratégicos comuns”.

Um fator que deve ser tomado em consideração foi o anúncio em 2009 do acordo entre Colômbia e Estados Unidos para a construção de novas bases militares e de maior presença de militares estadunidenses em território colombiano. Isto gerou um grande descontentamento e inquietude por parte da maioria dos países sul-americanos e expôs a enorme fragilidade política da UNASUL. A frase do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em reunião da UNASUL, em Quito em 2010 (“cumpro com a minha obrigação moral de alertar: ventos de guerra começam a soprar na região”), Hugo Chávez, demonstrou que ainda existe uma fragmentação político-estratégica entre os países da região, o que gera um enorme desafio em relação aos acordos de cooperação regional, especialmente, no âmbito da segurança e defesa. Desta forma, resta aos países seguir o alerta exposto pelo então presidente do Brasil, Lula, na mesma reunião (*“Se não existe sinceridade e confiança, a UNASUL será um clube de amigos rodeados de inimigos”*) mantendo o “otimismo”, buscando uma alternativa conjunta para a segurança regional a partir da multiplicidade ideológica regional.

3.2 Os Macrocenários geoestratégicos de contenção e a influência externa na América do Sul

Inicialmente, no plano endógeno, os macrocenários geoestratégicos que favorecem movimentos persuasivos, no sentido de atrair os países no aprofundamento da integração sul-americana, são os Ativos Estratégicos Comuns; a integração política no âmbito da UNASUL; os eixos de integração física da IIRSA/Cosiplan e, finalmente, o modelo de integração político-ideológico nomeado por ALBA.

Como debatido anteriormente, os ativos estratégicos comuns são os recursos naturais transfronteiriços os quais o subcontinente apresenta relevante concentração.

A América do Sul se destaca por ser dotada de alguns recursos naturais que possuem uma relação mais direta com respeito ao tamanho territorial, ao grau de ocupação do território, à preservação natural e à dimensão da biodiversidade. Convém observar que muitos destes recursos naturais são responsáveis por grande parte do PIB dos países, ou seja, a importância mundial ou regional está diretamente relacionada com o peso que estes recursos possuem na balança de pagamentos de cada país.

A figura abaixo aponta a dimensão das principais reservas de recursos naturais. Todavia, é possível observar que as terras aptas à agricultura e alguns minerais, apesar de representarem importantes recursos estratégicos, não estão contemplados na figura abaixo em função de sua localização heterogênea em cada país. Sendo assim, percebe-se uma imensa concentração subcontinental de recursos naturais na Amazônia, os Aquíferos, como o Aquífero Guarani, as geleiras continentais e as reservas de gás e petróleo do Atlântico Sul que, como apontado por Penha (2011), caracterizam-se do ponto de vista geopolítico, como regiões de relativo “vazio de poder”, o que induz certas intromissões, como por exemplo, a reativação da Quarta Frota estadunidense no Atlântico Sul, que é a área de ocorrência do Pré-Sal brasileiro.

Figura 8. Concentração regional/territorial de Ativos Estratégicos Comuns na América do Sul



FONTE: Elaborado por PIERI, a partir de diversas fontes (PENHA, 2011; COSTA, 2009; PIERI & SENHORAS, 2010; MARES, 2008; MEDEIROS FILHO, 2010)

Do ponto de vista da integração política, pode-se dizer que esse processo foi impulsionado pela conjuntura internacional apresentada no início dos anos 2000, com a decadência do modelo neoliberal dos anos 1990 e por outro lado, com os ataques às Torres Gêmeas na cidade de Nova York em 2001, no qual o mundo experimentou uma tentativa de imposição, por parte dos Estados Unidos, de uma ordem internacional pautada na unipolaridade e no descumprimento do direito internacional.

Nesse contexto, as concepções de novas ameaças associadas principalmente aos grupos terroristas⁴⁴ e ao crime organizado internacional, deram margem à classificação dos chamados *Estados frágeis*, que supostamente concentravam membros desses grupos em seus territórios e que, em nome da “paz mundial”, eles deveriam sofrer intervenções internacionais sem a anuência dos organismos multilaterais, como apontado na figura a seguir.

⁴⁴ Especialmente atrelados ao fundamentalismo religioso islâmico e ao narcoterrorismo.

Quadro 1. Efeitos do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001 na atuação norte-americana na Ordem Internacional

	Até 11/09/2001	Pós 11/09/2001
Estratégia	Contenção (no período da Guerra Fria: limitar expansão da URSS), (pós Guerra Fria: a Rússia ressurgente e a China emergente).	Primazia norte-americana (lógica interestatal): não tolerará nenhuma potência de igualdade, (ameaça do terrorismo, etc.).
Doutrina	Sustentada na doutrina militar de Dissuasão (resposta aniquiladora, se for atacado).	Tipos de ataques: Preventivos: em um período, um país é uma ameaça, então se ataca de imediato, punição independente. Preemptivos: ação feita a partir de evidências e iminência de um ataque. (Diferença substantiva nos planos do Direito, no político e militar).
Tipos de Alianças	Firmes/Institucionalizadas: se ataca um, todos respondem. Ex: OTAN, TIAR.	Compromissos Ad Hoc: Não institucionalizados (um ator que comanda - Coalizão de <i>Willing</i> ou Coalizão dos dispostos. Na aliança não existe uma estrutura formal).

FONTE: Pieri & Panosso Netto, 2013.

Nesse contexto de ordem internacional, surge como resposta sul-americana, principalmente às preocupações de âmbito geopolítico, por meio de seu braço geoestratégico pautado na preocupação com a defesa e segurança regional, a União das Nações Sul-Americanas⁴⁵.

⁴⁵ Resultado do tratado constitutivo aprovado na Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo (2008) ela tem como Estados membros a República Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Chile, República da Colômbia, República do Equador, República Cooperativa da Guiana, República do Paraguai, República do Peru, República do Suriname, República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela.

Vale apontar que o episódio do ataque preventivo colombiano em território equatoriano em 2008 para a captura do líder número dois das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia foi um dos principais fatores que contribuíram para os debates propostos e para a formulação dos diversos conselhos setoriais da UNASUL, pois esse ataque configurava a lógica da Guerra ao Terror implementada pelos Estados Unidos, para a região, deixando assim, os países mais vulneráveis a intervenções externas.

Figura 9. Países pertencentes à UNASUL



FONTE: PIERI, a partir do site da UNASUL.

No que tange ao tema da integração física, a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) surgiu como um plano multisetorial, cujo objetivo é possibilitar a integração e o desenvolvimento de infraestrutura nas áreas de transporte, telecomunicações e energia no subcontinente. O plano foi dividido em dez eixos de integração dotados de potencial para desenvolver de amplos fluxos comerciais, capazes de formar cadeias produtivas e de, assim, fomentar o desenvolvimento local de regiões economicamente isoladas.

A lógica de ordenamento territorial embutida na integração regional da infraestrutura física na América do Sul, no caso da IIRSA, tem certos pressupostos, dentre os quais a principal marca foi regionalizar a América do Sul segundo a concepção de eixos de integração e desenvolvimento, concepção essa que precisa ser discutida, no sentido de se verificar se considerou uma harmonização da integração regional supranacional com as escalas intranacionais e com as dinâmicas econômicas locais e regionais, que são múltiplas. Assim, no geral, a *arquitetura* de integração física do subcontinente é de macrovetores que reconfiguram o território, destacando-se as redes de transportes, implantadas segundo critérios logísticos (VITTE, 2013, p.18).

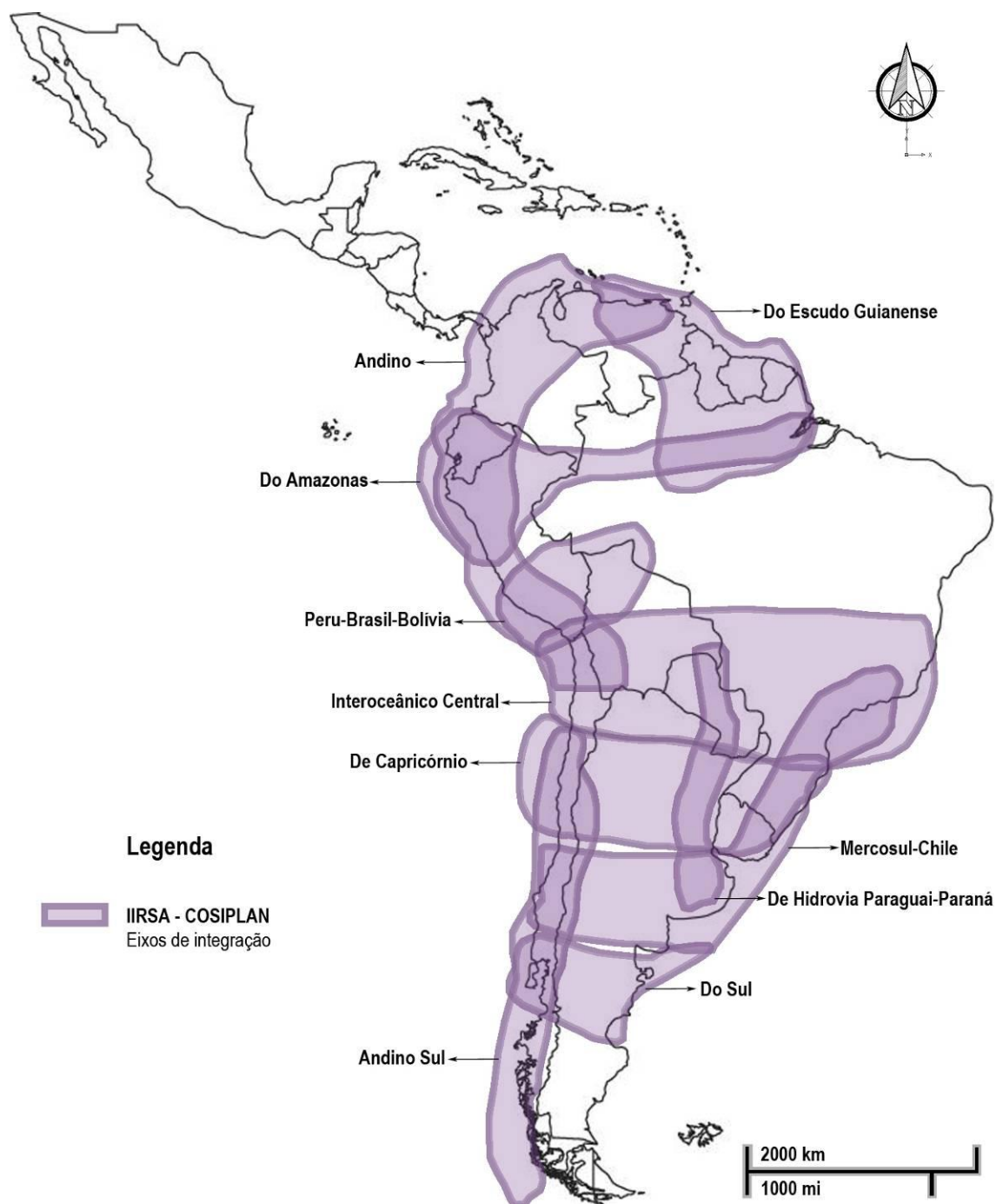
Apesar de um debate sobre as obras estratégicas no âmbito do COSIPLAN, é válido apontar os dez eixos em que se desenvolvem os projetos do IIRSA são: Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), cujo objetivo é a integração energética, com foco na construção de gasodutos; Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai e sul do Brasil), que busca a integração energética, a incorporação de novas terras à agricultura de itens agrícolas exportáveis e produção de biocombustíveis; Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador e Brasil), que propõe uma integração de redes de transporte mais eficientes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico; Eixo do Sul (sul do Chile e da Argentina) que pretende ampliar a exploração do turismo e dos recursos energéticos da região; Eixo Interoceânico Central (sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile e sul do Peru), objetiva a construção de transportes que possibilitem o escoamento de produtos exportáveis através do Pacífico; Eixo MERCOSUL-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), prevê a integração energética, tendo como base a construção de gasodutos e de hidroelétricas; Eixo Peru-Bolívia-Brasil, capaz de possibilitar o escoamento do fluxo de exportações do

Brasil via Pacífico; Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (sul e sudeste do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai), que objetiva a integração dos transportes fluviais; Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo norte do Brasil), que visa a ampliação da rede rodoviária; Eixo Andino do Sul (região andina da fronteira entre Argentina e Chile), possibilitando a ampliação da exploração do potencial turístico da região, assim como o aperfeiçoamento da rede de transportes⁴⁶.

Com a criação da UNASUL, em 2008, foram criados também oito conselhos setoriais, dentre os quais está o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Este organismo possui como função central a tarefa de identificar e selecionar uma série de obras estratégicas para a integração e o desenvolvimento da América do Sul em setores de transporte, energia e comunicações. O COSIPLAN está dotado de uma estrutura que absorve os projetos do IIRSA, que passou, a partir de então, a funcionar como Fórum Técnico de Infraestrutura do Conselho.

⁴⁶ <http://www.iirsa.org/>

Figura 10. Eixos de Integração Física na América do Sul (IIRSA-COSIPLAN)



FONTE: PIERI, a partir do site da IIRSA.

Por sua vez, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) surgiu em 2004, centrada na ideia de um “Socialismo do Século XXI” para a América Latina.

A ALBA constitui-se como um Macrocenário Geoestratégico, por se tratar de um modelo endógeno de integração, ou seja, ela foi criada internamente ao subcontinente, a partir de perspectivas ideológicas que protagonizaram políticas externas antissistêmicas.

Os movimentos antissistêmicos, sejam eles de micro ou macro escalas, se deparam com um cenário de crise sistêmica e com uma realidade importante para a superação do atual sistema-mundo contemporâneo. Se por um lado os grupos sociais se organizam ao redor de um inimigo comum, como por exemplo, o neoliberalismo ou a discriminação contra minorias, podemos assinalar a existência em uma macro perspectiva de países que assumem também uma postura antissistêmica na arena internacional enfrentando a potência econômica. (PENNAFORTE, 2013, p.69)

. Criada durante a III Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Associação dos Estados do Caribe, como iniciativa do então presidente venezuelano Hugo Rafael Chávez Frías, sua base central é o rechaço à agenda neoliberal globalizada, que a tudo “mercantiliza” e privatiza. Nasceu da resistência à concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e também, por outro lado, da criação do Acordo de Cooperação Integral Cuba-Venezuela. Tem como membros plenos Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas e Antígua e Bermuda.

A ALBA claramente possui um caráter político-ideológico, mas também econômico, comercial, cultural e energético. Quanto a este último, é importante mencionar as importantes propostas que estão sendo levadas a cabo pela iniciativa, tal como a Petroamerica, que abrange a Petrocaribe, Petroandina e Petrosul e que configura em uma política regional enérgica oferecida pela ALBA que garante a países como Uruguai o acesso ao petróleo venezuelano com baixas taxas de juros.

A questão social, por sua vez, é apresentada como ponto fundamental pela ALBA e é vista como mecanismo para amenizar a assimetria que existe na “geografia do desenvolvimento” na região.

Ademais desses pontos, a ALBA já nasceu com uma série de propostas para questões como comunicação e transporte, Forças Armadas e defesa, comissão de investigação da dívida externa, novas estruturas para as questões regionais que envolvem economia e finanças (inclusive com vistas a implantar uma moeda única), educação e proteção dos recursos naturais.

Figura 11. Países da América do Sul signatários da ALBA



FONTE: PIERI, a partir do site da ALBA.

Neste atual contexto, a América do Sul experimenta um novo tipo de regionalismo capaz de resistir, inclusive, às diferenças de caráter ideológico que marcam os distintos governos da região.

A junção de interesses conjuntos na defesa dos ativos estratégicos comuns, as diferentes perspectivas e movimentos em torno da elaboração de uma arquitetura política em escala subcontinental de caráter ideológico e endógeno, fundado na concepção bolivariana e a integração da infraestrutura produtiva possibilitam traçar macrocenários geoestratégicos persuasivos e convergentes da integração sul-americana na atualidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que a ALBA surgiu e vem se destacando como uma proposta amplamente politizada e contra o “intervencionismo externo”, característica que a torna relativamente vulnerável às transformações políticas que podem ocorrer na região. Ela se apresenta como uma aliança estratégica contra-hegemônica, mas encontra-se dependente da continuidade de governos que adotem um discurso anti norte-americano radical no interior dos Estados membros. Ao mesmo tempo, a Venezuela se consolidou como *paymaster* da iniciativa, o que faz com que a ALBA também dependa dos recursos obtidos a partir da renda do petróleo venezuelano.

Certa divergência ideológica convive na região, mas ela não tem sido capaz de frear a integração física, comercial e política em andamento na América do Sul.

O consenso que marcou a criação da UNASUL esbarra, dentre outros obstáculos, nos limitados esforços para a intensificação da ampliação da infraestrutura nos setores de transporte e energia, sinalizam que há o entendimento de que a comunicação e a interação entre os países da região são essenciais para o desenvolvimento da mesma.

A compreensão de que a defesa e a exploração dos ativos estratégicos comuns existentes na região só podem se dar de maneira efetiva por meio da cooperação é o fato marcante que tem ampliado o diálogo entre os países sul-americanos. A criação de estruturas no âmbito da UNASUL que objetivam a garantia de maior transparência, no que tange às políticas de defesa e de

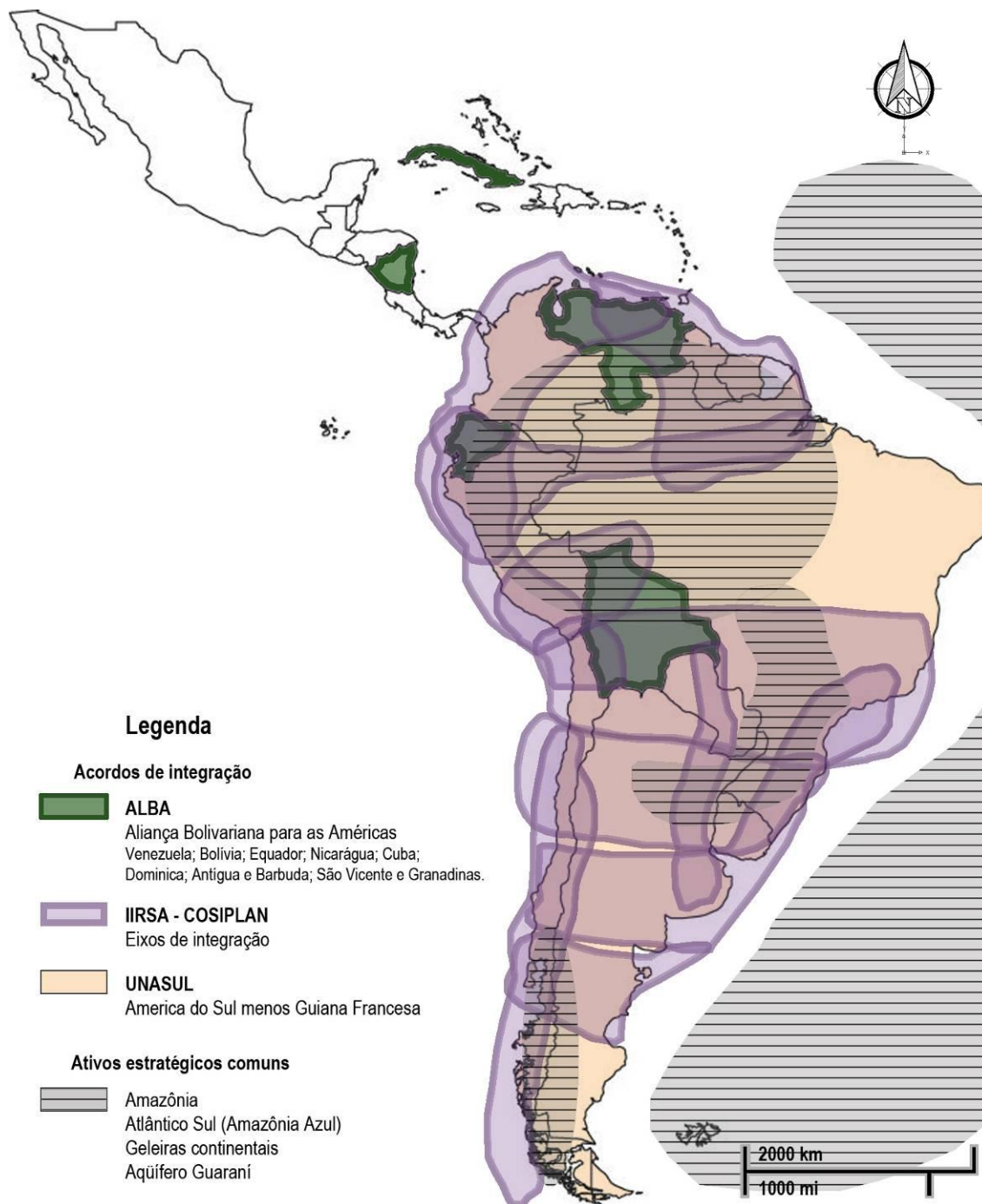
segurança, tais como o Conselho de Defesa Sul-Americano, é um claro exemplo disso.

A América do Sul, no entanto, quando é analisada a partir da perspectiva da *macross securitização*, conforme proposta por Hirst (2008), é caracterizada como uma região com um importante grau de estabilização política, o que se percebe facilmente ao observar as cifras referentes a gastos com defesa ou as recentes e as exitosas negociações intrarregionais para administrar conflitos interestatais. Porém, essa característica a torna extremamente vulnerável à intervenção externa, em um cenário de ordem internacional pautado pelas decisões, como apontados por Nye Jr. (2011), dos países com *hard powers* na política internacional, que se utilizam de práticas dissuasivas e coercivas na resolução de conflitos e nas conquistas de seus interesses internacionais na contemporaneidade.

Como já debatido, os conflitos intermésticos latentes surgem como um importante obstáculo à integração regional e representam claramente a persistência de conflitos interestatais clássicos na América do Sul da atualidade. Contudo, para alguns autores, a estrutura evolutiva do complexo regional de segurança sul-americano é identificada por uma multipolaridade estável ou de baixa pressão, em função do padrão de distribuição do poder que parte de um núcleo duro e se difunde ao longo de círculos concêntricos próximos ou distantes (BUZAN, 2003). Todavia, algumas características bastante marcantes nas relações entre os países da região como, por exemplo, a constante preocupação dos governos com os controles fronteiriços, acabam descaracterizando-a, no que tange aos parâmetros utilizados para classificá-la como um complexo regional de segurança.

Portanto, pode-se dizer que os macrocenários geoestratégicos persuasivos da integração sul-americana apresentam, como apontado na figura a seguir, uma sobreposição de vetores endógenos e convergentes à integração regional.

Figura 12. Proposta de macrocenários geoestratégicos persuasivos da integração sul-americana na atualidade (no plano endógeno)



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (PENHA, 2011; COSTA, 2009; PIERI & SENHORAS, 2010; MARES, 2008; MEDEIROS FILHO, 2010; *sites* da UNASUL, IIRSA e ALBA)

Em suma, cabe resgatar o significado de geoestratégia da contenção Extrarregional, entendida como um movimento de integração dos países sul-americanos em torno do controle da presença e da eliminação da influência de atores Extrarregionais na América do Sul nos temas relacionados à plena soberania territorial e à gestão das importantes reservas de recursos naturais na região.

Assim, esta parte da tese procurou apontar os vetores convergentes à integração regional e a formação de um novo contexto político sul-americano, particularmente, a partir do início anos 2000, por meio das iniciativas em torno da integração física, concretizada na IIRSA/COSIPLAN; dos movimentos e eleições de governos antissistêmicos que possibilitaram a implementação de um modelo de integração regional endógeno transregional como a ALBA e finalmente, da criação da UNASUL e de toda a sua estrutura composta por conselhos setoriais, os quais convergem com a perspectiva da defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns.

4. OS CONFLITOS INTERMÉSTICOS LATENTES: PERSISTÊNCIAS NA GEO-HISTÓRIA DA AMÉRICA DO SUL

Um dos principais dilemas da geoestratégia da contenção Extrarregional que vem se concretizando na nova arquitetura político-institucional do subcontinente são os conflitos interestatais e domésticos latentes, considerados importantes vetores divergentes ao aprofundamento de laços políticos, econômicos e culturais entre os países da região. Apesar de esses conflitos serem relativamente de baixa intensidade em relação a outras regiões do mundo, não deixam de serem importantes obstáculos à integração sul-americana. De maneira geral, os conflitos na região apresentam algumas características básicas, conforme apontado por Mitre (2008). Segundo este autor:

Todos os conflitos armados entre países sul-americanos têm sido qualificados como 'guerras limitadas' em razão de algumas características básicas: (a) aconteceram em regiões distantes dos núcleos de maior concentração populacional; (b) não tiveram motivação ideológica, mas o alcance de objetivos econômicos pontuais; (c) envolveram exércitos de médio ou pequeno porte com soldados, geralmente recrutados das classes baixas; (d) não demandaram mobilização geral das respectivas sociedades, a ponto de serem, em muitos casos, 'ignorados pelo cidadão comum' – isto é pelas classes médias e altas. Em praticamente todos os casos, os enfrentamentos armados foram precedidos por litígios em torno à definição das fronteiras territoriais e, nesse sentido, as guerras dos séculos XIX e XX não fazem senão reproduzir o padrão de pendências latentes desde a fundação dos Estados. (MITRE, 2010, p.8).

Neste sentido, o objetivo deste capítulo foi apontar e refletir sobre os padrões históricos de amizade e inimizade entre os países sul-americanos, os principais conflitos intermésticos ainda latentes na região e como os países do subcontinente se articulam em termos de estabilidade política interna na atualidade.

Para isso, foi proposta uma tipologia de conflito da região, uma vez que, como já comentado, a latência de contenciosos interestatais e a irradiação de conflitos domésticos, caracterizados como intermésticos, respondem em parte, pelas dificuldades na integração política em escala subcontinental.

Em um mundo em que, desde o fim da Guerra Fria, a eclosão de conflitos armados vem proliferando, especialmente os de caráter interno, a região da América do Sul parece ser uma das mais pacíficas e menos propensas ao surgimento de conflitos violentos. Esta percepção tem sido amplamente recriada pelas elites políticas locais, pelos observadores externos e pelos próprios habitantes da região (SERBÍN, 2010, p.38).

No que se refere à distribuição espacial dos principais conflitos intermésticos latentes na região, é importante apresentar a figura elaborada por Costa (2007), em seu esforço analítico de apontar as zonas e os tipos de manifestações dos conflitos intermésticos sul-americanos.

LEGENDA

- Conflitos por Demarcação de Fronteiras
- Conflitos Ambientais
- Conflitos de Controle Fronterizo
- Conflitos Energéticos
- Conflitos Agrários
- Conflitos Geopolíticos

Org.: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa
Cartografia: George Marcel Rosa
Colaboração: Vivian Merola
2007

91

Ao analisar os vetores de fragmentação dos conflitos intermésticos ligados aos recursos naturais na América do Sul, ressaltam-se os de natureza socioambientais, os quais podem ser relacionados à ideia de que a mobilização nasce de diversos conflitos que são recorrentes em um tipo de crescimento econômico assentado na extração de recursos naturais e no aumento dos riscos de contaminação e depredação dos territórios de um Estado.

Por outro lado, em relação à natureza econômica e política dos conflitos bélicos na América do Sul, pode-se dizer que eles repetem alguns padrões, conforme assinala Mitre (2008):

É possível verificar uma pauta comum entre os acontecimentos bélicos na região: primeiro, os territórios que serão objetos de disputa situam-se em regiões transfronteiriças, onde os Estados, sob cuja jurisdição se encontram inicialmente, têm fraca presença institucional; segundo, a descoberta de um ou mais produtos de exportação, altamente lucrativos em razão de sua renda diferencial, vem a modificar vertiginosamente a condição marginal desses territórios; terceiro, produz-se uma rápida “internacionalização” do espaço pela convergência de pessoas e capitais de várias nacionalidades; quarto, os conflitos de natureza socioeconômica derivam em litígios territoriais e, finalmente, em enfrentamento armado. (MITRE, 2010, p.13, t.n.).

Apesar dos conflitos intermésticos existentes, especialmente os relacionados à apropriação e exploração dos recursos naturais na América do Sul, de maneira contraditória a essa perspectiva, Buzan e Waever (2003) afirmam que a região caracteriza-se como um complexo regional de segurança identificado por seu baixo nível de instabilidade. Na mesma linha de raciocínio, Perez Yoma afirma que:

A América do Sul é atualmente a região mais estável do mundo, considerando indicadores tais como a não proliferação e o gasto em defesa; enquanto que os principais conflitos interestatais foram administrados ou mesmo resolvidos através do diálogo, a negociação e o direito internacional. (PÉREZ YOMA, 1999, p.58, t.n.).

A explicação para tal fenômeno, segundo Centeno (2002), está na frágil constituição interna da América Latina, expressa nos níveis de violência doméstica e, ao mesmo tempo, na relativa paz de que tem disfrutado no cenário externo ao longo dos últimos séculos, caracterizada por um pequeno número de guerras entre os países da região. Ainda segundo o autor, a carência de capacidade dos Estados latino-americanos de fazer valer as leis internas, controlar seus respectivos territórios, disponibilizar plenos direitos à população e a dificuldade de mobilizar cidadãos estariam fortemente relacionadas com o pacifismo que eles têm exibido secularmente no cenário internacional. Neste sentido, pode-se interpretar que existiria uma correlação negativa entre belicosidade internacional e debilidade doméstica, com os correspondentes impactos da violência nesta esfera.

Na mesma perspectiva, Mitre (2010) afirma que:

O anticolonialismo, o anti-imperialismo, o pacifismo e a identidade “criolla” americana presentes no nascedouro dos distintos países da América do Sul, inibiram os enfrentamentos entre Estados, assim como a possibilidade de potências da semiperiferia, como Brasil e Argentina, assumirem papéis de liderança geopolítica. (p.25, t.n.).

A estrutura evolutiva do complexo regional de segurança sul-americano é identificada por uma multipolaridade estável ou de baixa pressão, em função do padrão de distribuição do poder que parte de um núcleo duro e se difunde ao longo de círculos concêntricos próximos ou distantes. No entanto, o subcontinente está caracterizado pela baixa integração em termos territoriais, presença de instabilidades políticas internas e diferentes níveis de influência e intervenção por parte dos Estados Unidos (CEPIK, 2005).

Por outro lado, para alguns autores, torna-se difícil afirmar que a América do Sul se configura como um complexo de segurança uma vez que, neste subcontinente, entre os anos de 1884 e 1993, ocorreram 127 disputas interestatais militarizadas, sendo que destas, 16 ocorreram entre os anos de 1980 e 1997 (MARES, 2008). É interessante apontar que esses dados e todas as consequências político-diplomáticas deles, reforçam a tese de que os conflitos

clássicos não foram extintos a partir da queda dos muros de Berlim, como defendido pela vertente liberal das relações internacionais.

Cabe observar que, ao analisar somente o período pós-Guerra Fria, se contabilizou no mundo um total de 116 conflitos, dos quais 89 foram domésticos (guerras civis) e outros 20 foram interestatais com intervenção estrangeira (NYE JR., 2009).

Nesse sentido, ao se debruçar no recorte sul-americano, Pagliari (2009) aponta que:

A sub-região deparou-se com situações de tensão e ameaças mútuas entre Estados, rupturas diplomáticas, ameaças de uso da violência militar ou mesmo o seu emprego sem chegar à guerra. Com isso, não se pode dizer que a área possa ser considerada pacífica – baseada na dicotomia guerra/paz (aquela, como o conflito com pelo menos 1000 mortos em combate, e esta como ausência de guerra) – e nem que segue no caminho de uma comunidade de segurança. (PAGLIARI, 2009, p.94).

Ao analisar os diversos conflitos intermésticos latentes na região a partir de uma perspectiva dos impactos no aprofundamento da integração regional - apontados nas tabelas e mapas seguintes – percebe-se que eles debilitam a relação entre os Estados sul-americanos, surgindo, assim, como um vetor fragmentador das relações interestatais, já que um governo debilitado internamente possui menos capacidade político-relacional com os Estados vizinhos.

As guerrilhas comandadas pelo Che [Guevara], as Forças Armadas Revolucionárias ou o Exército de Liberação Nacional na Colômbia, os Tupamaros no Uruguai, Montoneros, na Argentina, Sendero Luminoso no Peru, Kataristas na Bolívia, entre tantas outras, sejam de origem rural ou urbana, possuem, quase todas uma feição híbrida, o que torna difícil caracterizá-las apenas como decorrentes de conflitos civis. A presença da guerrilha denota, com frequência, insuficiente universalização do Estado, o qual é visto como uma entidade estranha pelos grupos locais e, em consequência, carente de sustentação e legitimidade internas. (Mitre, 2010, 26, t.n.).

No esforço de sistematizar os casos de contenciosos na América do Sul para, então, apontar os vetores que dificultam o aprofundamento das relações políticas entre os Estados da região, procurou-se salientar e sistematizar algumas tabelas e mapas que possibilitam entender a evolução dos conflitos em diversos momentos da história dos séculos XX e XXI, apontar os principais conflitos e tensões domésticas e interestatais recentes e/ou latentes nos países sul-americanos, motivados por disputas de domínios territoriais e vinculadas direta ou indiretamente ao controle sobre certos recursos naturais estratégicos por parte dos diversos atores sociais, políticos e econômicos.

4.1. Conflitos territoriais interestatais latentes: seus impactos nas relações políticas entre os países sul-americanos

Na tabela a seguir, realizou-se uma análise a partir das principais crises, conflitos e guerras interestatais no continente motivadas por disputas territoriais e/ou fronteiriças. O ponto de partida temporal foi a Guerra do Pacífico, ocorrida no final do século XIX, e buscou-se por meio de uma abordagem histórica, temporal dos conflitos, criar categorizações que possibilitem uma melhor compreensão de toda a dinâmica, desenvolvimento e impactos sobre as relações atuais entre os países sul-americanos.

Algumas das variáveis propostas procuram classificar os *níveis de tensões e instabilidades entre os atores envolvidos nas disputas*. Para isso, foram consideradas como níveis evolutivos de conflitividades as seguintes ações: 1) *Explicações a partir de consultas diplomáticas*; 2) *Disputas por arbitragem internacional*; 3) *Rupturas de relações diplomáticas*; 4) *Ataques e combates informais com ameaças diretas de guerra*; 5) *Mobilização e deslocamento de tropas*; 6) *Declarações formais de guerra*.

Convém apontar que outra reveladora metodologia classificatória de conflitos foi elaborada por Mares (2008), na qual os conflitos interestatais podem ser sistematizados progressivamente em: Desacordos não violentos; Sanções não violentas (nesta etapa, existe o risco do uso da força); Ações encobertas (a força

militar é demonstrada); Disputas militarizadas (conflitos em que a força militar é utilizada, mas não se produz mais de 1.000 mortos no combate); e a guerra (última etapa do conflito armado, que produz mais de 1.000 mortos no combate) (*apud* PAGLIARI, 2009).

Já na simplificada classificação de Mitre (2010), a crise, conflitos e guerras ocorridas na região podem ser resumidas em guerras de menor intensidade e amplitude restritas e guerras maiores, de grande intensidade e amplitude.

Na tabela proposta, pode ser observado na coluna que trata da caracterização dos *tipos de territórios em disputas*, que eles são classificados basicamente em *marítimo e/ou terrestre*. A ideia é de transmitir uma primeira impressão do tipo de espaço fronteiro em questão. Nesta seção, algumas particularidades puderam ser observadas, como o caso específico da Guerra das Malvinas (considerada, depois das guerras de independência, como a única guerra de um Estado da região contra um Estado extrarregional – a disputa foi pela soberania das Ilhas e das águas adjacentes). Por outro lado, no caso da crise de Reyes⁴⁷ não havia nenhum território em disputa: a justificativa do governo colombiano para a invasão ao território equatoriano foi de um “*ataque preemptivo*” (baseado na comprovação efetiva de ameaça explícita à segurança de um Estado, em função de um ataque inimigo eminente) contra a parte do grupo insurgente localizado na região próxima à fronteira. Já no caso da Crise de Corpus/Itaipu, tampouco havia território na disputa, mas um conflito pelo uso dos recursos transfronteiriços de grande magnitude no âmbito da geopolítica regional.

Já a classificação dos *recursos em disputa* possibilita fazer uma relação entre os territórios em disputa e os recursos naturais encontrados na região. Esta informação é de extrema relevância para este estudo, pois vai em direção contrária da lógica de defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns, um dos principais fenômenos que possibilita o aprofundamento da integração sul-americana.

⁴⁷ Crise derivada do ataque preventivo da Colômbia ao Equador. Reyes era o chefe das FARCS e estava em território equatoriano juntamente com outros guerrilheiros mortos no ataque.

O *Papel de Terceiros Atores* é outro aspecto que pode trazer elementos importantes para a compreensão da influência de agentes Extrarregionais nos conflitos interestatais sul-americanos, sejam estes estatais ou não.

Por fim, a *situação atual* é uma tentativa de apontar, de maneira genérica, o nível de resolução dos conflitos, o que, em um primeiro momento, possibilita refletir sobre o grau de estabilidade política interestatal na América do Sul.

Tabela 5. Principais guerras, conflitos e crises interestatais na América do Sul motivadas por disputas territoriais e/ou fronteiriças (Séculos XIX, XX e XXI)

Conflito interestatal	Estados envolvidos	Período de máxima tensão	Nível de tensões e instabilidade	Tipo de território em disputa	Recursos em jogo	Papel de terceiros atores (como instigadores ou participantes ativos no conflito)	Situação atual das hostilidades	Acordos de resolução
Guerra do Pacífico	Bolívia e Peru vs. Chile	1879-1884	Declaração Formal de Guerra	Delimitação fronteira marítima e terrestre	Guano e minerais, como salitre	Empresas mineradoras com capitais britânicos.	Finalizada [1]	Tratado de Ancón 1883
Guerra do Acre	Bolívia vs. Brasil	1899 / 1902-1903	Declaração Formal de Guerra	Delimitação de fronteira terrestre	Borracha e Jazidas Minerais	Seringueiros separatistas	Finalizada	Tratado de Petrópolis 1903
Guerra do Trapézio de Letícia	Peru vs. Colômbia	1932	Declaração Formal de Guerra	Delimitação de fronteira terrestre	Biodiversidade	Nenhum	Finalizada	Tratado na Liga das Nações 1932
Guerra do Chaco	Paraguai vs. Bolívia	1932-1935	Declaração Formal de Guerra	Delimitação de território terrestre. (Chaco Boreal)	Petróleo	<i>Standard Oil</i> (EUA), <i>Moyal Dutch Shell</i> (Holanda)	Finalizada	Conferência de Paz de Buenos Aires 1938 (Legitimado em abril de 2009)
Guerra peruana-equatoriana	Equador vs. Peru	1941	Declaração Formal de Guerra	Delimitação de fronteira terrestre.	Petróleo, Biodiversidade	Companhias petrolíferas (EUA e britânicas)	Finalizada	Protocolo de paz, amizade e limites de Rio de Janeiro 1942
Crise Guiana Esequiba	Venezuela vs. Guiana	Fev. 1966	Disputas sob arbitragem internacional	Delimitação de fronteira terrestre	Biodiversidade, água, minérios	Delimitação reconhecida pela Grã Bretanha na época em que a Guiana ainda era sua colônia	Latente	Nenhum
Crise Corpus / Itaipu [2]	Argentina vs. Brasil	1973-1979	Explicações a partir de consultas diplomáticas	Nenhum (uso dos recursos transfronteiriços)	Água	Nenhum	Finalizada	Acordo tripartite de cooperação técnico-operativo Itaipu e Corpus 1979
Conflito interestatal	Estados envolvidos	Período de tensão máxima	Nível de tensões e instabilidade	Tipo de território em disputa	Recursos em jogo	Papel de terceiros atores (como instigadores ou participantes ativos no conflito)	Situação atual das hostilidades	Acordos de resolução
Crise Bolívia-Chile	Bolívia vs. Chile	Fev. 1978-2006.	Ruptura relações diplomáticas	Delimitação de fronteira terrestre e marítima – ‘Mediterraneidade da Bolívia’	Jazidas minerais e pesca	Conselho Autônomo Aymara do Chile	Latente	Último acordo; de Charaña 1975 (suspensão em 1978)
Crise de Beagle [3]	Argentina vs. Chile	Dez. 1978	Mobilizações e deslocamento de tropas	Controvérsia de delimitação marítima e insular-territorial	Pesca	Nenhum	Finalizada	Ata de Montevideo 1979, Consulta popular em Argentina em 1984

(continuação)

Conflito falso Paquisha	Equador vs. Peru	Jan. 1981	Ataques e combates informais com ameaças diretas de Guerra	Delimitação de fronteira terrestre	Biodiversidade	Nenhum	Finalizada	Acordo bilateral
Guerra das Malvinas	Argentina vs. Grã Bretanha	Abril-jun. de 1982	Declarações Formais de Guerra/Disputas sob arbitragem internacional	Soberania de ilhas e águas adjacentes	Petróleo, Pesca	Nenhum	Finalizado com disputas diplomáticas atuais	Em disputa
Crise da Corveta Caldas	Colômbia vs. Venezuela	Ago. 1987	Mobilizações e deslocamento de tropas	Controvérsia de delimitação marítima (do Golfo da Guajira)	Petróleo	Nenhum	Finalizado com negociações diplomáticas atuais	Em negociação
Crise Peru-Chile	Peru vs. Chile	1986	Disputas sob arbitragem internacional	Controvérsia de delimitação marítima	Pesca	Nenhum	Latente	Em disputa
Conflito de Cenepa	Equador vs. Peru	1995	Ataques e combates informais com ameaças diretas de Guerra	Delimitação de fronteira terrestre	Biodiversidade e água	Nenhum	Finalizada	Acordo de Brasília 1998
Crise Suriname-Guiana	Suriname vs. Guiana	Jun. 2000 - Out. 2007	Explicações a partir de consultas diplomáticas	Delimitação de fronteira terrestre	Petróleo	Cia CGX Energy (Canadense)	Finalizada	Acordo bilateral
Crise de 'Reyes'	Equador vs. Colômbia	2008	Ataques e combates informais com ameaças diretas de Guerra	Nenhum (Violação da fronteira no contexto da guerra civil colombiana) [4]	Indiretamente (região rica em biodiversidade e água)	Governo dos EEUU (Plano Colômbia) e Governo da Venezuela (surge como 3º ator direto no conflito ao lado do Equador)	Relativamente finalizada	Encontro do Grupo do Rio. Em negociação para restabelecimento diplomático entre Equador e Colômbia
Crise Venezuela-Colômbia	Venezuela vs. Colômbia	2009-2010	Explicações a partir de consultas diplomáticas	Nenhum (Desentendimento entre governos por armas das FARC e bases estadunidenses)	Indiretamente (petróleo e biodiversidade)	Governo dos EUA (Plano Colômbia)	Latente	Em disputa

[1] O resultado do conflito gerou a "Mediterraneidade Boliviana".

[2] A crise de Corpus Itaipu se enquadra nesta tabela pela sua dimensão de natureza geopolítica.

[3] A questão da delimitação fronteiriça entre Chile e Argentina foi resolvida, ficando pendente desde 1991 apenas a demarcação dos Gelos Continentais.

[4] Invasão territorial justificada por parte do governo colombiano pelo conceito de ataque preemptivo.

FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (MITRE, 2008; PEREZ YOMA, 1999; MARES, 2008; CENTENO, 2002; PAGLIARI, 2009).

Segundo a classificação elaborada e a partir das crises, dos conflitos e das guerras consideradas, 18 episódios no total, pode-se dizer que existem alguns ressentimentos latentes na região que na sua maioria é resultado de uma carência de resoluções em períodos de constituição territorial dos países e com um dificultador na resolução de controvérsias, que é o domínio sobre determinados territórios onde se encontram grandes reservas de determinados recursos naturais.

Entre os grandes litígios que marcaram a história do subcontinente, pode-se afirmar que a guerra com maior repercussão na América do Sul é a Guerra do Pacífico, cujos efeitos se observam até os dias de hoje por meio das crises e tensões diplomáticas e da falta de entendimento entre os três atores protagonistas: Chile, Peru e Bolívia.

Portanto, ao tratar das “guerras grandes”, pode-se considerar, além da Guerra do Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança), a Guerra do Pacífico como aquela de maior transcendência no subcontinente, observando-se que até recentemente ela produz efeitos sobre as relações entre os países envolvidos (MITRE, 2010).

A Guerra do Pacífico deixou cicatrizes e traumas nas sociedades de todos os países que participaram diretamente do conflito. O problema de mediterraneidade passou a ser, após a guerra, a principal reivindicação posta pela Bolívia nos foros internacionais; ela configura, desde então as relações com o Chile, as quais estão expostas a crises intermitentes, apesar dos fortes vínculos econômicos e culturais que existem entre eles (MITRE, 2010, p.20).

Por outro lado, pode-se dizer que foram muitas as tentativas de resolução do litígio entre Chile e Bolívia, mas grande parte deste esforço é prejudicado pelos conflitos internos bolivianos⁴⁸, por causa da fragmentação socioeconômica e territorial nas decisões sobre os usos dos recursos naturais do país e da disputa

⁴⁸ A Guerra do Gás (classificada como conflito doméstico) pode ser considerada como um demonstrativo da complexidade do tema para a sociedade boliviana.

do terceiro ator envolvido no conflito, o Peru⁴⁹, cujo objetivo é recuperar parte do território perdido na Guerra do Pacífico.

Outro conflito ocorrido ao longo do século XX de grande envergadura na América do Sul foi a Guerra do Chaco⁵⁰, na qual o Paraguai e a Bolívia, dois países que perderam sua condição marítima na Guerra da Tríplice Aliança e na Guerra do Pacífico, respectivamente, buscavam de alguma forma encontrar na região do Chaco Boreal uma rota fluvial para o Atlântico. Em relação a esse conflito, Mitre (2010), afirma que:

A interpretação dominante durante muito tempo aduzia como causa do conflito o interesse pelos campos petrolíferos disputados por duas companhias internacionais, a Standard Oil de New Jersey e a Royal Dutch Shell, apoiadas pelos governos da Bolívia e do Paraguai. (MITRE, 2010, p.18).

Ainda segundo a proposta de Mitre (2010), pode-se classificar a maioria das crises, conflitos e guerras interestatais na região – destacadas e apontadas na tabela anterior – como “guerras menores”, ou seja, de intensidade e amplitude restritas. Nesta classificação, se encontra a Guerra do Acre, na qual, a Bolívia perdeu um território de 190 mil km², pelo qual, tal como foi acordado no Tratado de Petrópolis de 1904, o Brasil pagou dois milhões de libras esterlinas como compensação e se comprometeu a construir a linha ferroviária Madeira-Mamoré.

Pela lógica de guerra menor, encontra-se a disputa entre Peru e Colômbia, em 1932, pelo controle do “Trapézio de Letícia”, na floresta amazônica. Neste conflito foram contabilizadas 200 mortes em combates e a decisão da Liga das Nações foi a de transferir o território definitivamente para a Colômbia.

⁴⁹ Rico em minerais como salitre e guano, o território da província de Arica, perdida pelo Peru para o Chile na Guerra do Pacífico, é motivo de permanente instabilidade política entre os dois países, alimentando, assim, uma série de movimentos nacionalistas, como o Cacerista e projetando muitos caudilhos populistas no Peru.

⁵⁰ Aproximadamente 52.400 bolivianos e 36.000 paraguaios perderam a vida no período do conflito (MITRE, 2008, p. 19).

A imprecisão de fronteiras territoriais gerou outro conflito caracterizado como guerra menor, a Guerra do Cenepa, na qual os dois protagonistas, Equador e Peru, nos anos de 1941, 1981 e 1995, lutaram pelo controle da parte navegável do rio Maranhão. Neste conflito gerado por desentendimentos no que tange à demarcação fronteiriça, foram mortos 100 soldados por parte do Equador e por parte do Peru, 400 soldados. O conflito foi resolvido depois da assinatura da Declaração do Itamaraty, em março de 1995 (MITRE, 2010). Desta forma,

A América do Sul é um continente com poucas guerras. Em quase dois séculos de vida política independente, houve apenas três conflitos de vulto entre os países da região (Tríplice Aliança, Pacífico e Chaco), com mortes na escala de dezenas de milhares de pessoas. As nações latino-americanas mais belicosas são as menores: Paraguai, Bolívia, Peru e Equador. Os maiores e mais poderosos, Argentina e Brasil, são bastante pacíficos. Mesmo o Chile, com todo seu estilo militar prussiano, não luta desde o século XIX. A situação é uma anomalia para os padrões internacionais e tem gerado em anos recentes uma quantidade crescente de estudos interessantes. Tratar da guerra é discutir a formação e limites do Estado (SANTORO, 27/08/2010).

Portanto, neste contexto de conflitos interestatais por motivações territoriais, observa-se que, no caso da América do Sul, as novas ameaças trazidas por uma série de conflitos intermésticos latentes produzem um duplo efeito; por um lado, ao fragmentar as relações entre os distintos Estados da região, a exemplo da abalada relações diplomáticas entre Bolívia e Chile, pois, esses conflitos prejudicam o próprio processo de ampliação e aprofundamento dos laços políticos entre os países do subcontinente e, por outro lado, ao fazer convergir vários países na defesa de ativos estratégicos comuns, favorecem a aproximação interestatal, especialmente em torno de uma agenda de securitização política dos recursos naturais.

Em função das novas ameaças ambientais contemporâneas, debatidas principalmente após a queda do Muro de Berlim, a construção de novos discursos e práticas geopolíticas foi produzida pelo resgate do passado e pela revalorização de um dos pilares de fundação da geopolítica, que é a temática da securitização dos recursos naturais.

De um lado, persiste uma concepção clássica de interpretação geopolítica dos recursos naturais, baseada nas discussões nacionalistas da segurança ambiental, cujo foco reside nos efeitos que a questão ambiental pode gerar na soberania territorial e na balança de poder do sistema internacional, pois se considera que a escassez de recursos naturais pode ultrapassar as fronteiras nacionais e gerar um contágio geral dos conflitos nacionais e internacionais. Por outro lado, pode-se dizer que surge uma nova concepção de interpretação da geopolítica ambiental, caracterizada pela cooperação internacional de âmbito cosmopolita, a partir da formação de regimes ambientais internacionais, baseados em documentos produzidos pelas mais diversas instituições supranacionais (PIERI & SENHORAS, 2010).

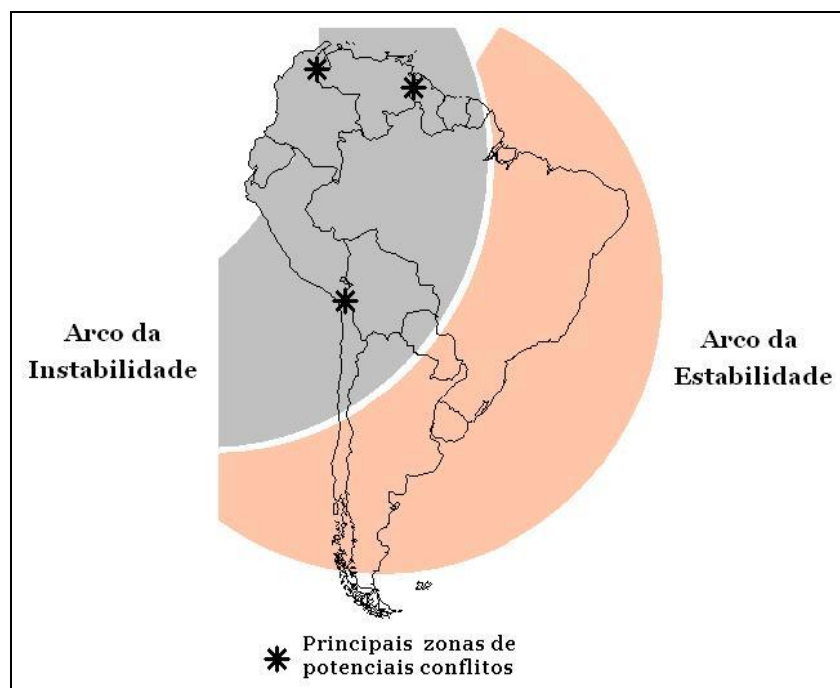
Nesse sentido, a crescente valorização dos recursos naturais na América do Sul possui forte correspondência estratégica com uma conotação geopolítica, em função da existência de abundância em alguns espaços e a escassez em outros, o que introduz uma nova natureza que é conflitiva no próprio domínio, apropriação e exploração desses recursos.

Neste sentido, o debate em torno do complexo de segurança regional sul-americano deve se pautar em algumas problemáticas relacionadas ao histórico de amizade e inimizade entre os países da região e em temas como os impactos das porosidades fronteiriças na segurança regional. Portanto, esses fatores surgem como demonstração de que os processos de aprofundamento de relações políticas entre os países do subcontinente não se sedimentaram completamente ao longo do tempo, em função de trajetórias bifurcadas, caracterizadas por um baixo nível de amadurecimento e por diversos temas políticos a serem resolvidos.

Nessa perspectiva, observa-se, de um lado, a *vertente do Oceano Atlântico*, caracterizada como um *arco de estabilidade*, em função do relativo êxito dos processos cooperativos na área de segurança e defesa; em contraposição, está a *vertente do Oceano Pacífico* que se caracteriza como um *arco de instabilidade*, justamente por apresentar zonas potenciais de conflitos armados (MEDEIROS, 2009).

Pode-se dizer, de maneira geral, que os países do Cone Sul têm bem definidos a diferença entre conceito de segurança (onde o uso da força é entendido para fins de proteção civil) e defesa (onde o uso da força se traduz em termos letais, ou seja, para a proteção da soberania nacional as Forças Armadas atuam com o objetivo de eliminar os invasores externos). Por outro lado, os países andinos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, em geral, não distinguem tanto os dois conceitos, pois, entre outros motivos, os níveis de instabilidade interméstica são suficientes para gerar riscos ao controle territorial dos Estados parte. Neste contexto, os treinamentos, as doutrinas e as estratégias das Forças Armadas dos países sul-americanos tornam-se bastante heterogêneos.

Figura 14. Arcos de integração e fragmentação do complexo de segurança regional na América do Sul



FONTE: Medeiros Filho (2009).

A partir desta configuração, é importante abordar outro fator que gera desentendimentos na área de segurança e defesa cooperativa entre os países do subcontinente. Pode-se considerar que as negociações bilaterais de alguns países sul-americanos com os Estados Unidos, especialmente no âmbito cooperativo militar e conflitos mal resolvidos como o do Peru *versus* Equador e o do Chile *versus* Bolívia, complicam a multilateralidade de acordos no marco do subcontinente.

Percebe-se, então, neste contexto, que a dimensionalidade da agenda de segurança e defesa na América do Sul não se traduz em respostas aos problemas e ameaças subcontinentais, mas na reiteração de uma relação de dependência aos Estados Unidos, caracterizada com uma nova roupagem de segurança, onde persistem os temas de interesses da potência hegemônica (PAGLIARI, 2005).

Portanto, percebe-se que as combinações entre fatores históricos que apontam os diferentes níveis de conflitividades intermésticas na América do Sul e os conceitos que aportam os modelos de segurança coletiva são elementos que devem ser levados em conta para compreender a viabilidade e a factibilidade da securitização de ativos estratégicos comuns na ampliação e aprofundamento político sul-americano que se está buscando concretizar por meio da UNASUL.

4.2. Conflitos interestatais de âmbito não territorial na américa do sul: repercussões geopolíticas

A próxima tabela intitulada *Crises políticas interestatais recentes na América do Sul geradas por razões não territoriais* não trata especificamente de conflitos interestatais vinculados ao domínio sobre certos recursos naturais, mas aponta as principais crises recentes entre os países da região não relacionadas a disputas territoriais.

Considera-se que as crises apontadas não estão vinculadas às delimitações fronteiriças, mas são geradas por desentendimentos econômicos, sociais, ambientais e culturais que geram mal-estar político entre dois países sul-

americanos e ocasionam, assim, distúrbios que dificultam a coesão política entre os países em favor da integração regional.

É importante dizer que as crises destacadas abaixo não correspondem à totalidade absoluta de litígios interestatais por razões não territoriais no subcontinente. Desta forma, servem apenas como ilustração para apontar como alguns fatores que não envolvem disputas por recursos naturais surgem para desestabilizar as relações políticas entre os países sul-americanos.

Tabela 6. Principais crises políticas interestatais recentes na América do Sul por razões não territoriais⁵²

Crise	Países/ano	Atores envolvidos	Motivações	Situação atual
Crise dos brasiguaios	Brasil vs. Paraguai/ 1970-Latente	Paraguaios contra agricultores imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai próximo da fronteira (mais ou menos 350.000 pessoas, em sua maioria deslocados na década de 70 pela construção da Usina de Itaipu).	Político-sociais (buscam a reforma agrária) e, em certo ponto, identitária.	Pressão diplomática por parte do Brasil. Leve inquietude por parte de setores militares brasileiros.
Crise das papeleiras	Argentina vs. Uruguai 2002-2010 (relativamente latente)	Movimentos ambientalistas, população de Gualaguaychú vs. Governo Uruguaio e Botnia (empresa finlandesa).	Ambientais-Fechar a fábrica da papeleira no lado uruguaio em função da poluição ambiental e cumprir acordo do uso do Rio Uruguai	Em disputa na corte Internacional de Justiça- favorável ao Uruguai.
Crise do gás	Brasil vs. Bolívia 2006	Governo Brasileiro, Petrobrás e parque industrial paulista vs. Governo Boliviano e movimentos sociais do país.	Econômicas- Nacionalizações e ocupação das sedes das empresas pelas Forças Armadas	Em negociação
Crise de Itaipu	Brasil vs. Paraguai 2009-2010	Governo do Brasil vs. governo do Paraguai	Econômicas-aumentar o orçamento do governo paraguaio.	Finalizado
Crise da Odebrecht	Brasil vs. Equador 2008	Governo equatoriano vs. empresa brasileira Odebrecht	Econômicas- ameaça de não cumprimento de contrato e de expulsão do país por parte do governo do Equador contra a empresa brasileira Odebrecht, sob acusação de falhas na construção de uma hidroelétrica.	Finalizado
Crises indígenas	Peru vs. Bolívia 2009	Governo peruano vs. governo boliviano	Apoio explícito do governo da Bolívia aos indígenas peruanos no conflito de Bagua- resultou em problemas diplomáticos	Finalizado
Crise de Albina	Brasil vs. Suriname	Maroons quilombolas surinameses massacram grupos de garimpeiros brasileiros	Problemas locais-políticas e econômicas	Finalizado

FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (MITRE, 2008; PEREZ YOMA, 1999; MARES, 2008; SANTORO, 2010; MEDEIROS FILHO, 2009; PAGLIARI, 2009).

⁵² É válido observar que as crises expostas nesta tabela correspondem a somente alguns casos que tiveram ou que ainda mantêm repercussões e geram instabilidades interestatais no âmbito político diplomático na região. Outras crises poderiam ser expostas, no entanto o objetivo desta tabela é apenas explicitar e exemplificar outras formas de conflitos interestatais *não* relacionadas a disputas territoriais e/ou fronteiriças (vinculadas a recursos naturais) na América do Sul.

Nos anos 2000, nas sociedades sul-americanas foram muitos os movimentos baseados no princípio de autodeterminação dos povos. Com isso, diversos contratos interestatais de âmbito econômico, especialmente ligados ao direito de exploração sobre determinados recursos naturais, foram rompidos em função de uma maior democratização e participação dos setores majoritários da sociedade nas decisões políticas domésticas.

A autodeterminação geralmente é definida como o direito de um povo em constituir seu próprio Estado. Esse é um princípio importante, mas há sempre a questão de quem determina. (NYE JR., 2009, p.207).

Neste sentido, percebe-se que os atores envolvidos nas crises interestatais classificadas como não territoriais são diversificados. Isto se deve ao contexto histórico em que vive a América do Sul, no qual os setores populares possuem maior participação política e de certa forma, maior atenção por parte dos governos, pois a partir de mudanças na lógica macroeconômica, esses passaram a atender as reivindicações de uma gama maior da população.

Nesta dinâmica de maior participação da população identificada com os seus governos eleitos ao longo dos últimos anos, pode-se claramente incluir diversas crises apontadas na tabela.

Destacam-se, por exemplo: a histórica Crise dos Brasiguaios, que ganhou grande repercussão nos últimos anos devido à sua dimensão e amplitude sociopolítica; a Crise do Gás, gerada pela nacionalização e ocupação das sedes da Petrobrás na Bolívia; a Crise de Itaipu, ocorrida por causa da revisão forçada do preço da energia vendida pelo Paraguai ao Brasil; e a crise indígena na Bolívia, quando setores da sociedade boliviana apoiados pelo Governo de Evo Morales atuaram em favor de grupos indígenas peruanos no conflito doméstico de Bagua, no Peru.

Apesar do baixo grau de conflitividade, é revelador observar que muitas das crises envolvem o principal país em dimensão política, econômica, territorial e demográfica da região, o Brasil. Deste modo, fica claro que este país, na sua condição de líder regional, preocupado em expandir e aprofundar as relações

políticas subcontinentais deve estar atento às assimetrias entre os países sul-americanos, especialmente aquelas de âmbito econômico.

Por fim, pode-se destacar a crise das empresas de celulose, as *papeleras*⁵³, que será mais bem discutida neste capítulo, em função de sua particularidade e dimensão.

4.3. Conflitos domésticos latentes na América do Sul e seus riscos à estabilidade política regional

A próxima tabela refere-se aos *Principais conflitos e tensões internas recentes e/ou latentes nos países sul-americanos*, motivados por disputas de domínios territoriais e vinculados direta ou indiretamente ao controle sobre os recursos naturais por parte de diversos atores sociais, políticos e econômicos. Esta tabela foi elaborada para auxiliar na reflexão sobre os principais e recentes conflitos regionais vinculados aos recursos naturais. Destacou-se e foi analisado cada episódio considerado pertinente para esta pesquisa e se buscou apontar, em cada crise e conflito, os seguintes processos: os principais atores envolvidos; as principais motivações por parte dos movimentos e atores não estatais; os recursos em risco de perda de controle por parte do Estado; a existência e o papel de terceiros atores; e o nível de impacto na estabilidade política institucional do país.

Os conflitos interestatais foram analisados de maneira isolada, pois foram constatadas diversas especificidades do ponto de vista dos atores envolvidos, da influência de agentes externos, das motivações e diversidades dos atores e dos níveis de instabilidades políticas.

Foi possível perceber que os conflitos internos em sua maioria ocorrem em Estados que apresentam debilidades institucionais, falhas no sistema representativo e vulnerabilidade diante dos interesses externos.

⁵³ Contencioso envolvendo Argentina e Uruguai, iniciado em 2002, devido uma autorização dada pelo governo uruguaio a empresas estrangeiras para a construção de usinas de celulose nas margens do Rio Uruguai, cujas águas são geridas pelos dois países. Na ocasião, as pontes que conectam Argentina e Uruguai na região foram bloqueadas por cidadãos argentinos por diversas vezes.

É muito importante observar e refletir sobre o contexto histórico em que cada uma das crises e conflitos internos ocorre e, assim, entender o grau de tensão latente ou explícita. Outro fator que se deve levar em consideração é a diversidade de atores e agentes envolvidos no conflito, suas reivindicações e o grau de domínio e controle territorial.

Um princípio fundamental para entender os conflitos domésticos vinculados aos recursos naturais é o da não ingerência em assuntos internos de outros Estados. É importante analisar esse princípio diante dos interesses econômicos que despertam na região e o papel dos agentes políticos internos.

Tabela 7. Principais conflitos e tensões internas recentes e/ou latentes nos países sul-americanos⁵⁵ a partir da segunda metade do século XX

Conflitos internos	País/ano	Atores envolvidos	Principais motivações por parte dos movimentos e atores não estatais envolvidos	Recursos em jogo	Papel de terceiros atores	Nível de impacto na estabilidade política institucional atual
Guerra civil na Colômbia	Colômbia/ 1948 (início da crise)- latente	Estado vs. grupos insurgentes territorializados (surgidos entre as décadas de 60 e 80, FARC, ELN, EPL...)	Político-ideológicas e territoriais	Território, biodiversidad e, terras aptas para a agricultura	Atuação direta do governo dos Estados Unidos (Plano Colômbia)	Forte-formação de um Estado frágil
Conflitos internos no Peru	Peru/1980-2000	Estado vs. grupos insurgentes (Tupac Amaru, Sendero Luminoso)	Político-ideológicas e territoriais.	Território	Atuação direta do governo dos Estados Unidos no treinamento dos militares peruanos	Leve-com o principal líder preso, se constatarem poucas ações dos movimentos nos últimos 5 anos
Massacre de Eldorado Dos Carajás [1]	Brasil/1996	Fazendeiros e Estado (através da polícia militar) vs. Movimento Dos Sem Terra	Territoriais, econômica-social	Biodiversidad e, minerais, água, área apta para a agricultura	Nenhum	Médio- a Região Amazônica apresenta grande instabilidade política, com diversos atores sociais e agentes econômicos (nacionais e internacionais) explorando os recursos naturais. Região com débil controle estatal e com forte suscetibilidade de conflitos
Guerra do Gás	Bolívia/ 2003-2005	Movimentos sociais indígenas vs. governo	Políticas, econômicas e sociais (contra a privatização dos hidrocarbonetos)	Hidrocarbonetos	Empresas internacionais diversas	Forte - ganham força movimentos sociais em defesa dos recursos naturais, o que resultou na eleição de Evo Morales
Guerra da água	Bolívia/2006	Movimentos sociais indígenas vs. governo	Políticas, econômicas e sociais (contra a privatização do abastecimento da água)	Água	Consórcio com capitais internacionais diversos	Leve – ganham força em Cochabamba os movimentos sociais em defesa dos recursos naturais.
Conflitos separatistas	Bolívia/2008	Estado e movimentos sociais vs. elites regionais e governadores dos departamentos, em especial de Santa Cruz	Econômicas, territoriais, identitários [2]	Hidrocarbonetos	Suspeitas[3] de apoio da Embaixada dos EUA aos separatistas. Apoio da Venezuela ao governo da Bolívia	Forte – Instabilidade política, dificuldade de governabilidade e de controle de certos departamentos - Estado frágil
Reserva indígena Raposa do Sol	Brasil/2008	Estado e indígenas vs. fazendeiros [4]	Econômicas e territoriais (demarcação de reserva indígena na zona de fronteira)	Território, biodiversidad es e terras aptas para a agricultura	Nenhum	Leve –Reserva indígena delimitada e questão resolvida no marco da política

⁵⁵ Motivados por disputas territoriais e que são vinculados direta ou indiretamente aos recursos naturais.

(continuação)

Conflito em Bagua	Peru/2009	Estado vs. indígenas	Econômicas e territoriais	Território, biodiversidad e, hidrocarbonetos, áreas aptas para agricultura e petróleo	Empresas internacionais diversas	Médio – Apesar de resolvida com a não implementação do decreto que permitiria ao governo ampliar (de 15% para 72%) a área de venda de concessões florestais, a situação se mantém tensa em razão dos planos de políticas indígenas do governo.
Crise no Equador	Equador/2010	Governo vs. regimento de polícia de elite	Política-ideológica	Nenhum	Nenhum	Médio – Tentativa de golpe de Estado que demonstra a fragilidade político-institucional do país.

[1] O exemplo do Eldorado de Carajás surge neste quadro apenas para apontar o grau de conflitividade e de ingerência político-territorial que o(s) governo(s) brasileiro (s) enfrenta na Região Amazônica. São diversos atores e agentes sociais (ONG's, empresas exploradoras de minas, empresas nacionais e internacionais, fazendeiros, madeireiros, população nativa, indígenas, movimentos sociais...) que buscam, de diversas maneiras, implementar um modelo de exploração de floresta, seja através de exploração irregular e descontrolada ou por um modelo de desenvolvimento que preze pela preservação e pela exploração sustentável. Poderíamos também apontar muitos outros "ícones" dessa conflitividade, como o assassinato de Chico Mendes em 1988 ou da Irmã Dorothy em 2005.

[2] Segundo Bonilla e Moreano, no livro organizado por Serbin, 2007: "Sobre todo en Bolivia (...), la movilización indígena ha replanteado varios temas que aluden a la legitimidad misma de los Estados nacionales. La idea de sociedades multiculturales que se representan en Estados unitarios sobre la base de un proyecto político nacional homogeneizante ha sido cuestionada. La demanda indígena ha construido escenarios de conflictos étnicos y ha alimentado las viejas disputas regionales entre ciudades en ambos países".

[3] Suspeitas por parte do governo da Bolívia, o que evoluiu para uma grave crise diplomática.

[4] É válido observar que neste conflito houve alguns distúrbios no comando das Forças Armadas, alguns setores militares apoiaram aos fazendeiros por se tratar de uma área fronteira.

FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (MITRE, 2008; PEREZ YOMA, 1999; MARES, 2008; SANTORO, 2010; MEDEIROS FILHO, 2009; SANÍN, 2007, SKDMORE & SMITH, 1999; PAGLIARI, 2009; WAISBERG, 2011; VISACRO, 2009; REINA, 2010).

Constatam-se, na tabela, diversas especificidades do ponto de vista dos atores envolvidos, da influência de agentes externos, das motivações e diversidade de conflitos e dos consequentes níveis de instabilidades políticas dos Estados.

O princípio de não ingerência de países vizinhos nos conflitos internos de alguns Estados, conforme falado acima, não evita o transbordamento desses conflitos e de problemas com características intermésticas.

Muitos são os estudiosos que tentam entender como a América do Sul se configura, por um lado, como um subcontinente com alto nível de pacificação interestatal e, por outro, com altíssimos indicadores de violência doméstica.

O debate teórico é interessante, mas, a meu ver, não conseguiu responder a uma contradição essencial: por que Estados tão pacíficos em suas Relações Internacionais são tão violentos internamente contra a sua própria população? O histórico regional de ditaduras, guerras civis e atos de barbárie é, afinal, péssimo. E por vezes esses regimes autoritários conduziram a conflitos bélicos, como nas Malvinas. (SANTORO, 2010).

Questões internas, como a guerra civil colombiana, iniciada no final dos anos 1940 e que será mais bem discutida ainda nesse capítulo por sua relevância e particularidade, expõem a falta de coordenação entre os países sul-americanos na orientação e mediação de conflitos, que neste caso, acabou por expandir-se da escala doméstica à tensão subcontinental, por causa da proximidade diplomática entre a Colômbia e os Estados Unidos, vista pela maioria dos países da região como um risco à sua soberania territorial no contexto regional.

No Equador, por exemplo, o debate ao redor da base de Manta e da presença de tropas norte-americanas, esteve diretamente articulado com o Plano Colômbia e sua extensão regional, a Iniciativa Andina. Somado aos anteriores, encontramos efeitos colaterais indesejados do Plano, que geram migrações, tensões nacionais em general (especialmente com Venezuela) ou fronteiriças (em particular com Equador). (SANÍN, 2007, p.282, t.n.).

É importante observar que a expansão de alguns dos conflitos domésticos, como no caso colombiano, aparece como ameaça a alguns países da região e resulta, muitas vezes, em tensões interestatais na América do Sul, o que contribui e reforça o interesse de alguns dos países do subcontinente em ampliar e aprofundar as relações políticas por meio de securitização e defesa conjuntas dos *ativos estratégicos comuns*.

Se denunciaram repetidas vezes que as FARC enviavam emissários aos países vizinhos para assessorar alguns grupos, realizar negócios ilícitos e desestabilizar os Governos. Obviamente, o fantasma das FARC, pode ser utilizado para negar demandas geradas pelas mobilizações sociais, o que – ao fechar espaços de negociação– também pode criar as condições para que se produzam desenlaces violentos (SANÍN, 2007, p.283, t.n.).

A ameaça regional gerada pelos efeitos de conflitos domésticos de insurgência, como a guerra civil colombiana, contribui diretamente ou indiretamente à aproximação dos países sul-americanos em torno de uma agenda política comum na área de segurança e defesa dos recursos naturais transfronteiriços, muitas vezes em resposta às ingerências das políticas da potência Extrarregional, como os Estados Unidos, por meio do Plano Colômbia, pois há o temor que a presença estadunidense acabe facilitando o controle daquele país sobre esses recursos, com a justificativa de combate ao narcotráfico.

Ao observar a tabela anterior, percebe-se que outros conflitos domésticos derivados de diferentes processos merecem ser avaliados mais profundamente, no sentido de entender quais são as causas, os atores envolvidos e o grau de instabilidade política doméstica gerado, que muitas vezes ultrapassa as fronteiras nacionais.

Ao analisar outros conflitos, além da guerra civil na Colômbia, classificados no grupo de média ou forte instabilidade político-institucional, pode-se observar que quase todos possuem forte relação com o domínio sobre certos recursos naturais e envolvem uma imensa diversidade de atores.

Antes de entrar nos casos destacados na tabela, vale observar que alguns autores consideram os grupos ligados ao crime organizado no Brasil, concentrados principalmente nas metrópoles de São Paulo (como o Primeiro Comando da Capital) e do Rio de Janeiro (o Comando Vermelho, o Terceiro Comando, o Amigo dos Amigos e, mais recentemente, as Milícias), como geradores de instabilidade política interna e de certa forma, interméstica, ao relacionar numa macro escala com as redes de crime organizado no subcontinente.

O crime organizado, particularmente o narcotráfico das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, possuem um segmento que atua ostensivamente nos morros, favelas e periferias desassistidas; dispõem de grupos armados e exercem o domínio efetivo de áreas específicas –verdadeiros “protetorados urbanos sem lei”. (VISACRO, 2009, p. 325).

Neste sentido, pode-se dizer que a ampliação dos movimentos ligados ao crime organizado no Brasil, está intimamente relacionada com a 'latino-americanização' do tráfico de drogas e armas.

O Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, o Comando Vermelho (CV), do Rio, e o cartel mexicano Zeta estabeleceram conexões com clãs familiares de narcotraficantes bolivianos. O vice-ministro de Defesa Social, Felipe Cáceres disse que as três organizações criminosas estão agindo em sociedade. O PCC e a CV têm emissários operando na Bolívia e o Brasil se tornou o principal mercado para a cocaína boliviana. Segundo Cáceres, até o dia 12 de julho de 2010 haviam sido presos em território da Bolívia 2.151 narcotraficantes, a maioria de colombianos, brasileiros e paraguaios. (REINA, 2010, p.01, t.n.).

Por outro lado, ao retomar os casos destacados e apontados na tabela anterior, pode-se afirmar que alguns dos conflitos domésticos latentes de maior complexidade de resolução são os ocorridos na região amazônica, cuja dimensão territorial, os aspectos ambientais, a grande porosidade transfronteiriça e a diversidade de atores e agentes sociais envolvidos, dificultam a gestão dos problemas por parte dos Estados nacionais.

Uma das tentativas de atuação conjunta para a Amazônia é o Tratado de Cooperação Amazônico, assinado entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guiana, Peru e Suriname, o qual possibilitou que passasse a vigorar, em 2002, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organismo com personalidade jurídica internacional.

É importante também observar que o aprofundamento da integração política sul-americana e a ampliação da integração econômica, como a incorporação da Venezuela e o interesse por parte da Colômbia em entrar no MERCOSUL, demonstram que a questão amazônica passa a ter maior peso nas preocupações subcontinentais. Por outro lado, a diversidade de atores e de realidades impulsionadas por modelos de políticas domésticas para a região, especialmente no século XX, acabou por gerar situações difíceis de administrar, como, por exemplo, a questão do desmatamento e a perda da diversidade natural por causa do avanço da pecuária extensiva e do agronegócio; a questão indígena; o problema dos povos *ribeirinhos*; o tráfico de drogas, de seres humanos e de

armas; a atuação dos grupos insurgentes; o descontrole sobre a atuação de organizações não governamentais Extrarregionais; a biopirataria; enfim, são muitas as causas de risco de descontrole territorial por parte dos Estados-nação, o que gera insegurança sobre as soberanias nacionais.

Pode-se dizer que muitos dos conflitos domésticos na América do Sul demonstram a fragilidade política, expressa muitas vezes, pela falta de maturidade democrática interna de alguns países, nos quais determinados grupos dominantes, controlam os Estados, os meios de comunicação, ou dificultam o processo de governabilidade sempre que os governantes não seguem suas orientações e privilegiam interesses econômicos.

Considera-se que a grande diversidade de atores envolvidos nos conflitos internos, a influência indireta de agentes Extrarregionais e a ingerência dos Estados instáveis politicamente, fazem com que esta categoria de conflito seja mais complexa de ser resolvida. Deste modo, os conflitos domésticos fragiliza o processo efetivo de integração política sul-americana e surge muitas vezes como uma ameaça à paz no subcontinente. Por outro lado, a resolução conjunta em forma de cooperação, como a intolerância a grupos domésticos que não respeitam a ordem vigente, que pregam regimes autoritários ou separatistas no subcontinente, pode contribuir com uma maior aproximação entre os países sul-americanos. Neste contexto, o papel do Brasil como líder regional seria importante.

Pode-se dizer que, depois do desgaste provocado pelo modelo neoliberal no início dos anos 2000, iniciou-se importante mobilização política pela ampliação da integração política sul-americana. Por outro lado, as assimetrias socioeconômicas e territoriais entre os Estados, os ressentimentos históricos, a emergência de movimentos sociais e as diferentes posições ideológicas entre os países, alguns pró-Estados Unidos (como Colômbia e Peru) e outros radicalmente contra a influência estadunidense na América do Sul (como os bolivarianos Venezuela, Bolívia e Equador), surgiu um paradoxo no processo de aproximação entre os países da região, reacendendo rivalidades e impossibilitando um maior grau de integração política regional.

Portanto, conflitos intermésticos latentes que ultrapassam fronteiras nacionais, relacionados ao domínio sobre recursos naturais, geram um clima de ameaças internas a determinados países que prejudicam a própria integração regional, já que, na maioria das vezes, eles estão relacionados à má definição de áreas fronteiriças, à fragilidade político-democrática interna de alguns países e à debilidade do controle territorial dos Estados sul-americanos.

Por outro lado, como já foi falado anteriormente, elementos de âmbito político, econômico e territorial como a defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns favorecem a aproximação dos países em torno de uma agenda amparada na securitização política dos recursos naturais.

Neste sentido, até então, esse capítulo pretendeu aprofundar o entendimento sobre algumas das tensões e conflitos intermésticos que possuem diferentes características e particularidades. A ideia central foi apontar tipologias para alguns conflitos na região, levando em consideração os diferentes graus relacionados às tensões, com o objetivo de melhor avaliar a situação política na América do Sul.

Para isto, refletiu-se sobre três manifestações de conflitos: um conflito doméstico, como a guerra civil colombiana; dois conflitos clássicos, como as tensões político-militares entre Bolívia e Peru *versus* Chile, herança da guerra do Pacífico e entre Equador *versus* Peru; e, finalmente, uma tensão local que irradiou para o âmbito subcontinental, como o caso das “papeleiras” entre Argentina e Uruguai, cuja particularidade está em sua origem local, na organização da população da cidade argentina de *Guaileguaychú*.

4.4. Evolução e persistência dos conflitos intermésticos na América do Sul (do final do século XIX ao século XXI)

Esse subcapítulo objetivou apontar a persistência e a sobreposição de certos conflitos intermésticos na região a partir de uma perspectiva da evolução desses contenciosos. A caracterização do contexto histórico juntamente com a elaboração de mapas sobre a configuração dos conflitos na região procuraram, a

partir de um maior detalhamento sobre os níveis de amizades e inimizades entres os países do subcontinente ao longo do final do século XIX e início do século XXI, dar mais clareza e embasamento na análise e argumentação sobre os dilemas da integração sul-americana na atualidade.

Ao se analisar os diversos conflitos intermésticos latentes na região a partir de uma perspectiva histórica dos seus impactos no aprofundamento da integração regional, percebe-se que eles debilitam a relação entre os Estados sul-americanos, surgindo, assim, como um forte vetor fragmentador das relações interestatais, já que um governo debilitado internamente possui menos capacidade político-relacional com os Estados vizinhos.

Ao iniciar a análise a partir do final do século XIX e início do século XX, percebe-se que muitos dos conflitos apontados persistem e se prolongam até o tempo presente.

Primeiramente a Guerra do Acre. Conhecida no Brasil como Revolução Acreana, este foi um conflito por demarcação de fronteiras entre Brasil e Bolívia. Estendendo-se entre 1899 e 1903, quando o contexto internacional estava marcado pela alta demanda de borracha por parte dos países desenvolvidos quando a borracha era obtida a partir das seringueiras, um componente fundamental para a indústria automobilística. O conflito deveu-se à disputa que havia entre os dois países limítrofes pela ocupação do território que hoje corresponde ao Acre, detentor de abundantes recursos auríferos e madeireiros.

O governo boliviano, em 1899, tentou recuperar o controle do território, já sob uma forte ocupação de seringueiros brasileiros. Para isto, criou a capital administrativa de Puerto Alonso, assim como uma aduana e a imposição de impostos sobre a exportação da borracha. Em resposta a isso, que os colonos brasileiros consideravam como “ilegítimo”, eles se organizaram e destituíram as forças militares bolivianas de Porto Alonso, posteriormente declarando a independência do Acre em 1902 (SKIDMORE & SMITH, 1999).

A disputa, em seguida, passou para o âmbito diplomático, tendo como figura central o ministro de Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco. As relações comerciais com a Bolívia foram, então, reestabelecidas e, por meio do

Tratado de Petrópolis (1903), o país andino concordava em ceder ao Brasil uma área de mais de 142 mil km² em troca de dois milhões de libras esterlinas e do compromisso de que seria construída a estrada de ferro Madeira-Mamoré, com a finalidade de permitir o escoamento das exportações bolivianas pelo rio Amazonas. (SKIDMORE & SMITH, 1999)

Outro conflito iniciado nesse contexto foi a Guerra do Pacífico, também conhecida como Guerra do Salitre, a qual pode ser considerada o principal conflito da região em termos de impactos nas relações político-diplomáticas entre os países envolvidos, o Chile, o Peru e a Bolívia, devido a todos os desdobramentos e de toda a repercussão que se arrasta até os dias de hoje, como pode ser observado e será tratado nas figuras mais adiantes.

Figura 15. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no final do século XIX e no início do século XX



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (MARES, 2008; PINHEIRO, 2007; MORA, 2008; SERBIN, 2007).

O látex extraído das seringueiras amazônicas apresentava grande demanda no mercado internacional até o fim da primeira metade do século XX. Desta forma, a guerra do Trapézio-Leticia foi mais um conflito que se deu entre países fronteiriços e que apresentou como razão principal de disputa o controle sobre a exploração da borracha entre Peru e Colômbia, no período que se estendeu de 1932 a 1933.

Em 1932, um grupo composto por 48 peruanos e 200 soldados reclamaram a soberania da cidade de Leticia, que estava sob a ocupação e a administração colombiana. Como resposta, o governo da Colômbia enviou 1.500 homens para a região das Três Fronteiras e o governo peruano, em respaldo aos insurgentes, também enviou unidades para a fronteira. Após meses de batalhas na Amazônia, os países acordaram um cessar-fogo provisório, negociado no âmbito da Liga das Nações. Por fim, os países beligerantes decidiram que o território de Leticia seria de soberania colombiana, enquanto que o Peru também se comprometia a desmilitarizar seu território. Em troca, obteve o acesso ao rio Amazonas e ao rio Putumayo (MARES, 2008).

Naquele mesmo momento, travava-se entre os dois países mais pobres da América do Sul a Guerra do Chaco (1932-1935), um confronto que se deveu à disputa pelo Chaco Boreal, região em que recentemente havia sido descoberta a existência de petróleo.

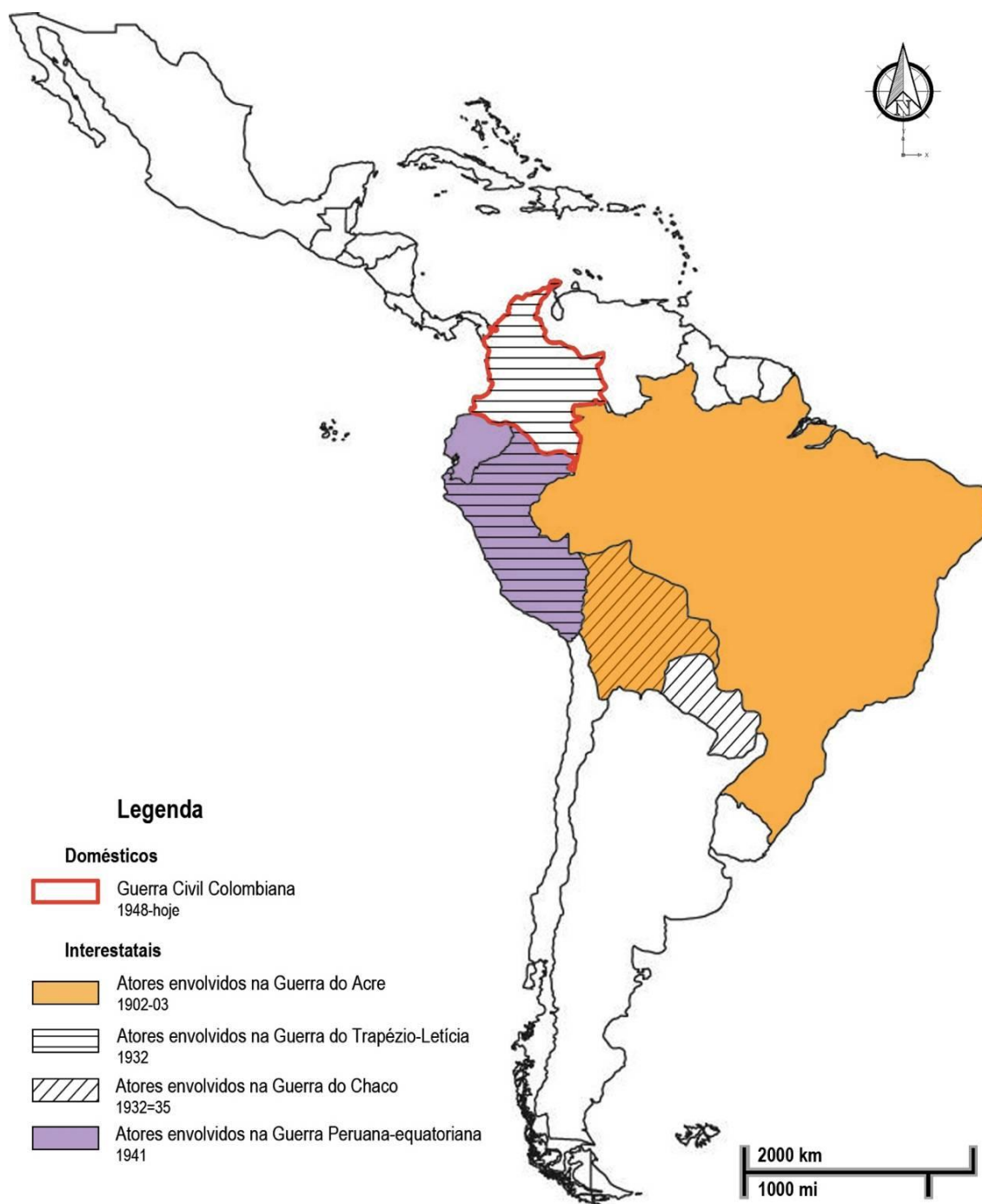
Antes pertencente à Bolívia, no período do Vice-Reinado do Rio da Prata, a região andina despertava o interesse de diversas empresas transnacionais do setor petroquímico. Além disso, com a perda territorial sofrida pela Bolívia na Guerra do Pacífico, este país ambicionava buscar uma saída para o mar, via rio Paraguai. Após resultar em milhares de mortes de ambos os lados, a guerra terminou com um cessar-fogo boliviano e a vitória paraguaia.

Em 1941 foi a vez do Peru enfrentar o Equador devido a questões de demarcação de fronteiras. Durante o confronto, o Peru havia ocupado a província equatoriana de El Oro, dentre outras, avançando em direção à Amazônia equatoriana. O conflito terminou com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, marcando a vitória peruana, que ganhou mais de 13 mil km² e o direito de

explorar as reservas de petróleo que possivelmente existiam na região em disputa (ROUQUIÉ, 2009).

Um conflito doméstico que pode ser considerado como a mais importante guerra civil em um país da região, foi o conflito colombiano, que será mais bem discutido adiante, sendo que ele perdura até a atualidade e contribuiu com a própria definição dos conceitos de segurança e defesa por parte dos *think-tanks* do país, que as consideram sinônimos, dando margem portanto, à utilização das forças armadas como força de segurança pública e abrindo possibilidades de intervenções externas na região, como no caso do Plano Colômbia.

Figura 16. Principais conflitos intermésticos na América do Sul na primeira metade do século XX



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (ROUQUIÉ, 2009; TOKATLIAN, 2009; MARES, 2008).

No período da ordem internacional bipolar, grande parte dos países da América do Sul, sob a égide da política de segurança nacional, passou por diversos momentos de instabilidades políticas intermésticas e por guerras, até mesmo contra atores extrarregionais, como no caso das ilhas Malvinas que envolveu a Argentina e o Reino Unido.

Outro conflito, a guerrilha peruana, teve inspiração maoísta e envolveu diversos intelectuais do país. Ela ocorreu nos anos 1960 e defendia a insurreição camponesa e a implantação de um regime de caráter comunista no Peru. No início dos anos 1990, o grupo teve o seu principal líder, Abimael Guzman, capturado e as ações da guerrilha, consideradas como terroristas por parte do Estado peruano, se tornaram bastante pontuais (ADAMS, 2011).

Os ressentimentos resultantes da derrota boliviana na Guerra do Pacífico persistem até os dias de hoje, mas tiveram suas últimas tensões mais importantes no período que se estendeu de 1964 a 1978. Diante dos reclamos da Bolívia por uma saída ao mar, o país decidiu cortar as relações diplomáticas com o Chile em 1964. As relações foram reestabelecidas pelos ditadores Hugo Banzer e Augusto Pinochet, iniciadas por negociações secretas que intencionavam obter um acordo definitivo sobre a disputa territorial. Naquelas negociações, o Chile propôs ceder à Bolívia uma faixa de terra na cidade de Arica. A cidade se encontrava no território de Tarapá e um tratado firmado entre Chile e Peru limitava a soberania chilena sobre esta região, o que inviabilizava que a concessão de território se desse da maneira como havia sido acordado entre Pinochet e Banzer. Como resultado, as relações entre Chile e Bolívia foram novamente rompidas em 1978.

Em outro conflito no período, o governo peruano de Fernando Belaúnde Terry denunciou, em 1981, um ataque que havia sido feito contra uma das suas aeronaves que estavam em missão de abastecimento em bases de vigilância que se encontravam em território do Peru. Ao iniciar uma inspeção na região do rio Comaina, descobriu-se a existência de unidades militares equatorianas.

Segundo o governo equatoriano, seus agentes das Forças Armadas encontravam-se na base de Paquisha, estabelecida em território do Equador. A medição das coordenadas, no entanto, mostrou que as bases não se encontravam

em Paquisha e o conflito chegou a necessitar da intervenção da Organização dos Estados Americanos para ratificar que a fronteira natural entre os dois países era a Cordilheira do Condor (ORTIZ, 2011).

Em outro episódio, a Argentina e o Chile se enfrentaram em uma disputa pelo controle do Estreito de Beagle, na Terra do Fogo, região limítrofe entre os dois países. A região possui claras características estratégicas, por sua localização geográfica, mas também guarda importantes recursos naturais, tais como urânio e petróleo.

Após a mediação do Tribunal Internacional e, posteriormente, do Papa João Paulo II, os países terminaram por acordar em 1978 que estariam sobre o controle do Chile as ilhas Nueva, Picton e Lennox, enquanto que a Argentina caberia o controle sobre o mar territorial Atlântico e os recursos naturais que aí se encontram. (MELLO, 1996)

Novamente a Argentina, entre abril e junho de 1982, esteve envolvida em um conflito direto contra um agente extrarregional, o Reino Unido. Ambos os países reclamam a soberania sobre as Ilhas Malvinas, atualmente sob ocupação britânica e de grande potencial estratégico. A guerra também foi uma saída buscada pelo então ditador argentino Galtiere para aumentar a popularidade do regime militar. Margareth Thatcher também viu o confronto como uma oportunidade para unificar a opinião pública em torno de um inimigo comum e reverter o quadro de baixa aprovação que o seu governo recebia, devido à implementação de políticas neoliberais.

A ampla superioridade militar britânica fez com que a guerra tivesse uma curta duração, garantindo a manutenção do controle sobre as Ilhas Malvinas e a reeleição de Thatcher como primeira-ministra. A Argentina, por sua vez, se afundou em uma crise política e econômica que resultou na derrocada do regime militar e na redemocratização do país.

As relações entre Argentina e Reino Unido estiveram suspensas até 1990, período em que o Brasil, solidário à reivindicação argentina, se fazia representante dos interesses argentinos em Londres. É importante apontar que em 2012, sob o

governo peronista de Cristina Kirchner, o país rio-platense voltou a exigir a reabertura das negociações sobre o caso (MELLO, 1996).

O Paraguai, por sua vez, julga que enfrenta constantes ameaças à sua soberania por parte dos chamados “brasiguaios”, os brasileiros ou filhos de brasileiros, nascidos no Paraguai, que compraram terras no país guarani, beneficiados por legislação estabelecida pelo ditador Alfredo Strossner e que permitia a venda de terras em faixa de fronteira para estrangeiros. Para os paraguaios, os brasiguaios ameaçam a identidade nacional paraguaia na região fronteira, uma vez que mantêm os costumes brasileiros e a língua portuguesa. Os brasiguaios são, ainda, detentores de importante poder econômico, uma vez que são os proprietários de algumas das terras mais produtivas do Paraguai, o que, constantemente, até os dias de hoje, também se traduz em maior poder por parte destes atores no cenário político paraguaio (KHALIL & PIERI, 2009).

Ainda nesse período, as relações entre Colômbia e Venezuela estiveram sob grande tensão quando, em 1987, uma corveta da armada colombiana realizou uma incursão nas águas do Golfo da Venezuela, região que ainda não estava dotada de acordo de delimitação de fronteiras reconhecido e aceito por ambos os países. Como resposta, o governo venezuelano rapidamente enviou à região mais de 100 mil soldados, além de caças e blindados. Após o conflito chegar a um momento de máxima tensão, o presidente argentino Raúl Alfonsín e a Organização dos Estados Americanos terminaram por convencer as forças colombianas a recuarem (TOKATLIAN & BARRERA, 1991).

A região do Golfo da Venezuela ainda foi palco de uma série de outras tensões, pois foi demarcado unilateralmente por Colômbia e Venezuela e é uma região que se caracteriza pela grande importância estratégica e pela existência de petróleo e gás natural.

Os territórios, por exemplo, que se encontram a oeste do rio Esequibo são reclamados pela Venezuela desde 1966, quando a Guiana logrou tornar-se independente do Reino Unido. A região é conhecida como Guiana Esequiba, ou Território do Esequibo e é abundante em recursos naturais como minérios e petróleo, fato esse que gera uma situação de crise latente entre os dois países,

sendo que em 2007, a região foi palco da incursão de 70 soldados venezuelanos, cujo motivo seria o combate à mineração ilegal no local (SEGNINI, et al, 1985).

Outra crise marcante no período ocorreu por desentendimentos no contencioso binacional iniciado com a decisão brasileira de construir a Hidrelétrica de Itaipu à revelia dos projetos argentinos para aproveitamento dos recursos propiciados pelo Rio Paraná. Essa crise resultou no Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que, de certa forma, equacionou os interesses pela utilização dos recursos hídricos e permitiu que o Brasil e a Argentina iniciassem uma nova etapa nas suas relações recíprocas, caracterizada pela superação das antigas tensões (FAJARDO, 2004), fato esse, concretizado poucos anos depois, com o apoio do Brasil à soberania argentina sobre as Malvinas.

Figura 17. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no contexto de ordem internacional bipolar (século XX)



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (ADAMS, 2011; ORTIZ, 2011; MELLO, 1996; TOKATLIAN & BARRERA, 1991; SEGNINI, 1985; FAJARDO, 2004, ROUQUIÉ, 2009; MARES, 2008)

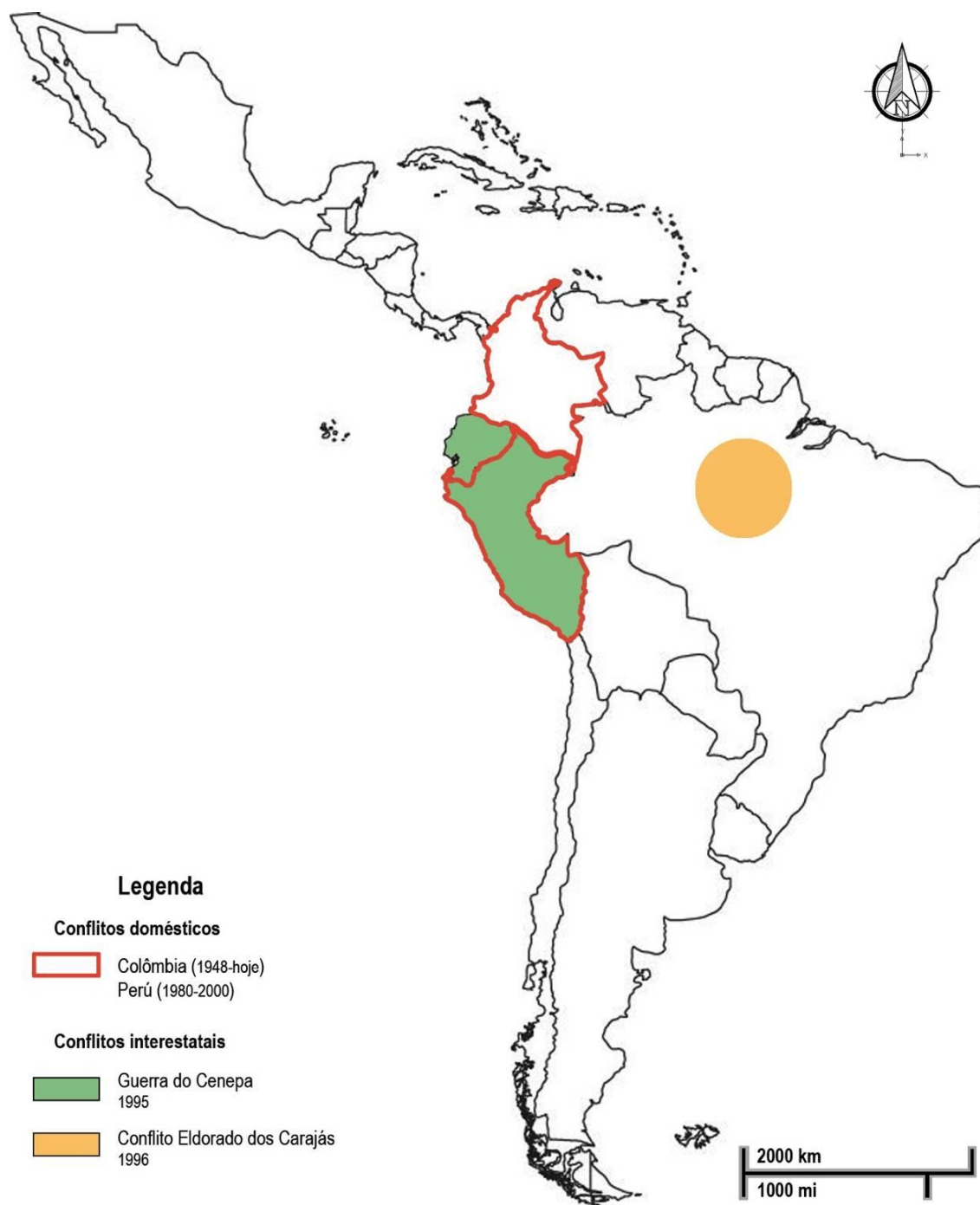
Os anos 1990 foram de hegemonia política neoliberal nos principais países da América do Sul, com os governos com agendas atreladas às regras do Consenso de Washington. Este período ficou marcado pela baixa incidência de contenciosos intermésticos.

Nesse contexto, destaca-se o conflito armado travado entre Peru e Equador, conhecido como Guerra de Cenepa e que ocorreu entre janeiro e fevereiro de 1995. Ele tinha como motivação as disputas de uma zona de fronteira conhecida como a bacia do rio Cenepa, cuja soberania da região ainda não se encontrava claramente definida.

Contando com a mediação da Argentina, Brasil, Chile e EUA, os países beligerantes entraram em um acordo quanto à demarcação, ficando o Peru com a soberania sobre a área disputada e cedeu ao Equador a propriedade de 1km² da região de Tiwinza. Diversos outros acordos multilaterais foram firmados na mesma ocasião. (SANÍN, 2007)

Outro contencioso apontado no período, além dos conflitos domésticos no Peru e na Colômbia, ocorreu em 1996, quando cerca de 1500 trabalhadores sem-terra estavam acampados no município de Eldorado dos Carajás, ao sul do estado do Pará, e iniciaram uma marcha para protestar contra a demora na demarcação de terras para fins de reforma agrária. Ao obstruir a rodovia BR-155, os camponeses entraram em confronto com a Polícia Militar do Estado do Pará, resultando em 19 mortes. Tropas do exército foram enviadas para a região para conter a escalada da violência. Esse conflito exemplifica um dos diversos contenciosos que tornam a região amazônica, especialmente a brasileira, uma área intermesticamente instável do ponto de vista político e de gestão do território (COMPARATO, 2001).

Figura 18. Principais conflitos intermésticos na América do Sul nos anos 1990



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (SANIN, 2007; COMPARATO, 2001; TOKATLIAN & BARRERA, 1991).

No século XXI, período do ocaso do modelo neoliberal na região, além da persistência do conflito colombiano, pode-se observar na figura a seguir, uma série de conflitos domésticos, resultados e resultantes da ascensão de governos de esquerda com agendas desenvolvimentistas.

Um desses conflitos domésticos foi a crise do *corralito* na Argentina, decorrente, principalmente, da falência do Estado, em razão da perda de autonomia monetária nos anos de 1990 e do consequente aumento nos níveis de pobreza no país. Este episódio influenciou na eleição do Governo de Néstor Kirchner, cuja agenda externa priorizaria as relações com os países vizinhos.

Já como resultado da ascensão dos governos de esquerda, na América do Sul, eclodiu-se alguns contenciosos entre as elites dominantes de alguns países e os novos governos populares que adotaram políticas de transferências de renda e ações nacionalistas do ponto de vista da defesa dos recursos naturais. Nesses casos, podem ser enumerados as tentativas de golpes no Presidente Rafael Correa no Equador, as ações dos movimentos autonomistas em torno da região de *Media Luna* na Bolívia e finalmente, o Golpe no Governo de Fernando Lugo no Paraguai, que possibilitou a entrada da Venezuela no período da suspensão do Paraguai no MERCOSUL e de todas as negociações atuais decorrentes desse episódio.

Figura 19. Principais conflitos domésticos na América do Sul no século XXI



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (SERBIN, 2007; MELLO, 1996; TOKATLIAN & BARRERA, 1991; MARES, 2008).

Ainda no século XXI, as dificuldades e a lentidão nas resoluções dos muitos contenciosos políticos-diplomáticos na região são como entraves para a integração política e econômica sul-americana. Isto se deve ao inevitável transbordamento de determinadas ameaças internas de um Estado para além de suas fronteiras, transformando o conceito de segurança anteriormente aplicado à região.

A chamada “crise das papeleiras”, por exemplo, deveu-se à tensão gerada pela instalação de empresas de celulose na cidade uruguaia de Fray Bentos, vizinha à argentina Gualeguaychú. A população argentina se opunha ao projeto, afirmando que ele resultaria na contaminação do Rio Uruguai e, em alguns momentos, ela chegou a bloquear a ponte que conecta ambas as cidades.

A crise, em princípio de caráter local, terminou por transbordar-se para todo o MERCOSUL e na UNASUL, sendo esta controvérsia levada à Corte Internacional de Justiça.

Pode-se dizer que o conflito das empresas de celulose, possui uma grande particularidade e se enquadra em uma das diferentes manifestações de conflitos no subcontinente. A grande particularidade deste contencioso é que diferentes atores da sociedade civil de Gualeguaychú e outros atores na escala subcontinental entraram em desacordo e trocaram fortes acusações, inclusive entre os chefes de Estados da Argentina e do Uruguai. O que chamou a atenção neste conflito foi a diversidade de atores subnacionais e não-governamentais que participaram das reivindicações; a dimensão que o caso alcançou no âmbito nacional, principalmente na Argentina; a utilização política do ocorrido; a forma como as manifestações partiram do nível local passando pelo sub-regional até alcançar repercussão em âmbito global; as práticas de protestos com o fechamento da ponte; e, finalmente, as limitações do MERCOSUL nas resoluções de controvérsias (MEDEIROS & SARAIVA, 2009).

Outro conflito doméstico importante se deu em 2010, quando o Estado paraguaio se encontrava em aberto conflito contra o poder paralelo estabelecido pelo narcotráfico no país. Na ocasião, foi decretado Estado de Sítio em cinco departamentos do Paraguai, adotando-se a militarização como estratégia para a

recuperação da legitimidade do Estado e para reprimir o Exército Popular Paraguaio (EPP), considerado grupo terrorista. Sob o risco de ter as suas fronteiras afetadas pelo conflito doméstico paraguaio, o governo brasileiro atuou em conjunto com as forças de repressão do país vizinho (ADENTE-BRUN, 2012).

Em outro conflito, desta vez em território boliviano, as tensões domésticas que marcaram a primeira década do século XXI se deveram à chamada “Guerra do Gás” e às intenções separatistas do departamento de Santa Cruz de la Sierra. Este conflito social se iniciou em 2003, decorrente da exploração das reservas de gás descobertas na região de Tarija (PERREAULT, 2006).

Naquela ocasião, o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada havia decidido exportar gás natural para o Chile, ignorando o ressentimento que persistia no povo boliviano com relação à perda da saída para o mar, na Guerra do Pacífico (1879-1883). Associado a isso havia a ausência de uma política energética que garantisse o pleno abastecimento do mercado interno e exportações apenas do excedente da produção de gás natural. Como resultado, o país se afundou em uma crise política e social e diversos setores exigiam a estatização dos hidrocarbonetos. Pode-se dizer que uma das externalidades gerada pelo conflito foi a posterior vitória eleitoral do dirigente sindical cocaleiro Evo Morales à presidência do país, em 2006.

Em 2008, a Bolívia voltou a enfrentar uma crise política, desta vez ameaçando a integridade territorial do país. Naquela ocasião, os departamentos da “Meia-Lua”, formada por Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, exigiam a constituição de governos autônomos e rechaçavam a constituição implantada pelo governo de Evo Morales (MOLINA, 2008).

Além da questão étnica, claramente estavam em questão os interesses econômicos, pois a região separatista concentra a maior parte da riqueza mineral e energética da Bolívia. A crise interna esteve a ponto de evoluir para uma guerra civil e, assim, transbordar-se para toda a região sul-americana. A questão separatista também era vista com grande preocupação pelos países vizinhos, já que alguns deles também enfrentavam internamente a mesma questão. A

intervenção da UNASUL em defesa de Evo Morales foi fundamental para que a escalada de violência no país fosse contida.

Outro conflito doméstico ocorreu no departamento de Baguá, no estado peruano do Amazonas, que foi palco de um enfrentamento que resultou no massacre de 33 pessoas, no ano de 2009. O conflito ocorreu em função de uma manifestação por parte de grupos indígenas e de moradores dos departamentos vizinhos contra um decreto legislativo que permitiria as empresas transnacionais do setor de mineração explorarem os recursos energéticos e minerais que existiam na região.

Como resposta, cerca de cinco mil pessoas bloquearam a estrada Fernando Belaúnde Terry por 55 dias, o que terminou em enfrentamento dos manifestantes com a polícia local, transbordando a onda de violência para muitas cidades vizinhas. O conflito foi acompanhado com muita atenção por todos os países da região que, em maior ou menor medida, também enfrentavam o desafio de conciliar a defesa territorial e a exploração dos recursos naturais estratégicos, mas sem afetar aos povos originários estabelecidos em seus territórios (BEBBINGTON, 2009).

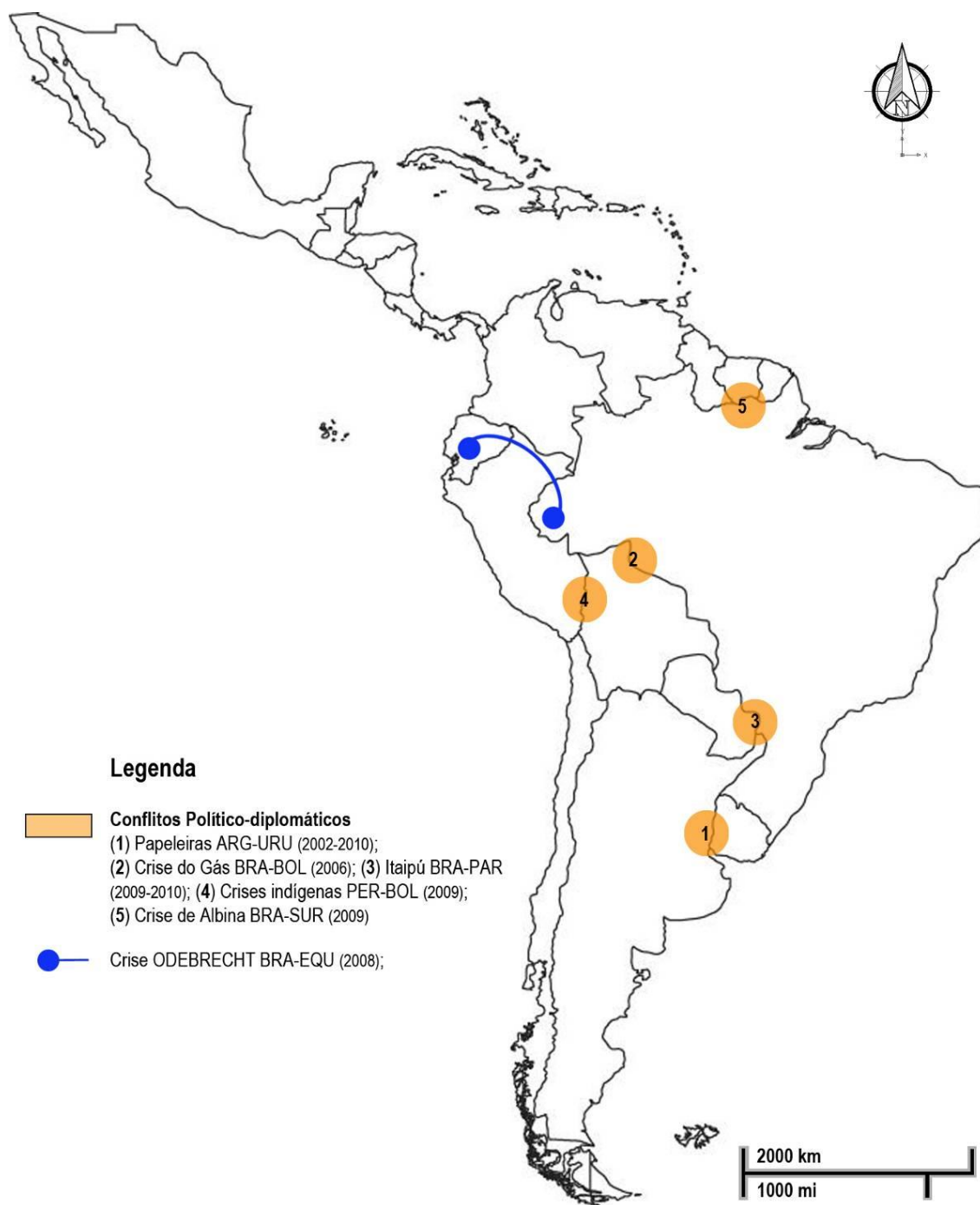
Outro conflito dotado da mesma natureza dos enfrentamentos de Baguá ocorreu em território brasileiro, na Reserva Indígena Raposa do Sol. Este conflito envolvia a questão da posse da terra, a questão indígena e os interesses de produtores de arroz do estado de Roraima. Ele eclodiu com a revisão da demarcação de terras destinadas à população indígena do estado, que foi ampliada de 3.500 quilômetros quadrados para 17.000 quilômetros quadrados. A nova demarcação considerava como invasores os arroteiros que ocupavam as terras que pertenceram às suas famílias por décadas. Por isso, eles resistiram à expropriação, uma vez que não concordam com os valores oferecidos pelo governo federal à título de indenização (WIENKE & LAUERMANN, 2008).

Outras três crises podem ser assinaladas: entre a empresa brasileira Odebrecht e o Governo equatoriano em 2008; entre a Petrobras e o Governo boliviano em 2006 e a Crise de Albina entre Brasil e Suriname em 2009. Estas crises expressam o perfil dos governos da região na primeira década do século

XXI, no que tange os interesses nacionais, apesar de toda a agenda convergente em torno da integração sul-americana, particularmente apoiada no tema da defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns.

Todos os conflitos abordados no século XXI demonstram que a região necessita de mecanismos político-diplomáticos mais efetivos de resolução de conflitos. Neste sentido, o aprofundamento da integração política sub-continental, por meio da UNASUL, surge como uma oportunidade de resolução intra-regional dos mais diversos conflitos intermésticos sul-americanos. No entanto, para aprofundar as relações políticas entre os vizinhos, é fundamental resolver todos os litígios interestatais e domésticos latentes com repercussões regionais, já que um elemento importante na política externa são as impressões que cada Estado possui do outro.

Figura 20. Principais conflitos político-diplomáticos na América do Sul no século XXI



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (MEDEIROS & SARAIVA, 2009; ADENTE-BRUN, 2012; MOLINA, 2008; PERREAULT, 2006; BEBBINGTON, 2009; LAUERMANN, 2008).

Como visto anteriormente, os conflitos político-diplomáticos surgem como vetores fragmentadores no processo de expansão e evolução da integração sul-americana. Neste sentido, os ativos estratégicos comuns no marco do Conselho de Defesa Sul-Americano podem funcionar como elementos que possibilitem o aprofundamento das relações políticas entre os países do subcontinente, já que muitas das tensões que existiram e que ainda persistem na América do Sul se deveram justamente à disputa pelo controle de territórios que concentravam determinados recursos naturais. A atuação de atores externos também serviu, por vezes, como elemento de ampliação das tensões pré-existentes.

A próxima figura representa especificamente os conflitos interestatais latentes na região até o presente momento do século XXI. Entre esses conflitos, ressalte-se a Guerra Civil Colombiana que envolveu Governos, Paramilitares e as Guerrilhas, desde 1964. Este não é apenas o conflito latente mais antigo da região, mas também é aquele que mais resultou em desdobramentos críticos. Um deles foi o que se convencionou chamar como “crise andina”.

Em 2008, durante a execução da Operação Fênix, as forças militares colombianas realizaram uma incursão em território do Equador. Tratava-se de uma missão contra as FARC e que resultou na morte de diversos guerrilheiros, dentre eles Raúl Reyes. Na ocasião, os governos do Equador e da Venezuela rechaçaram a agressão contra a soberania equatoriana, reclamando a Convenção de Viena, de 1961. O governo colombiano, por sua vez, acusava Hugo Chávez e Rafael Correa de colaborarem com a guerrilha, o que resultou em uma grave crise diplomática na região. Venezuela e Equador romperam relações com a Colômbia e mobilizaram suas forças armadas para suas fronteiras com a Colômbia, ampliando ainda mais a tensão no norte da América do Sul e expondo claramente a possibilidade de conflitos clássicos em pleno século XXI (BATTAGLINO, 2009).

A tensão entre os três países foi tema central da XX Reunião da Cúpula do Grupo do Rio em 2008, quando o então presidente colombiano Álvaro Uribe reconheceu a ilegalidade da incursão em território equatoriano e pediu desculpas. Após a mediação do Grupo do Rio, os três países reestabeleceram relações comerciais e diplomáticas e retiraram seus contingentes militares da fronteira.

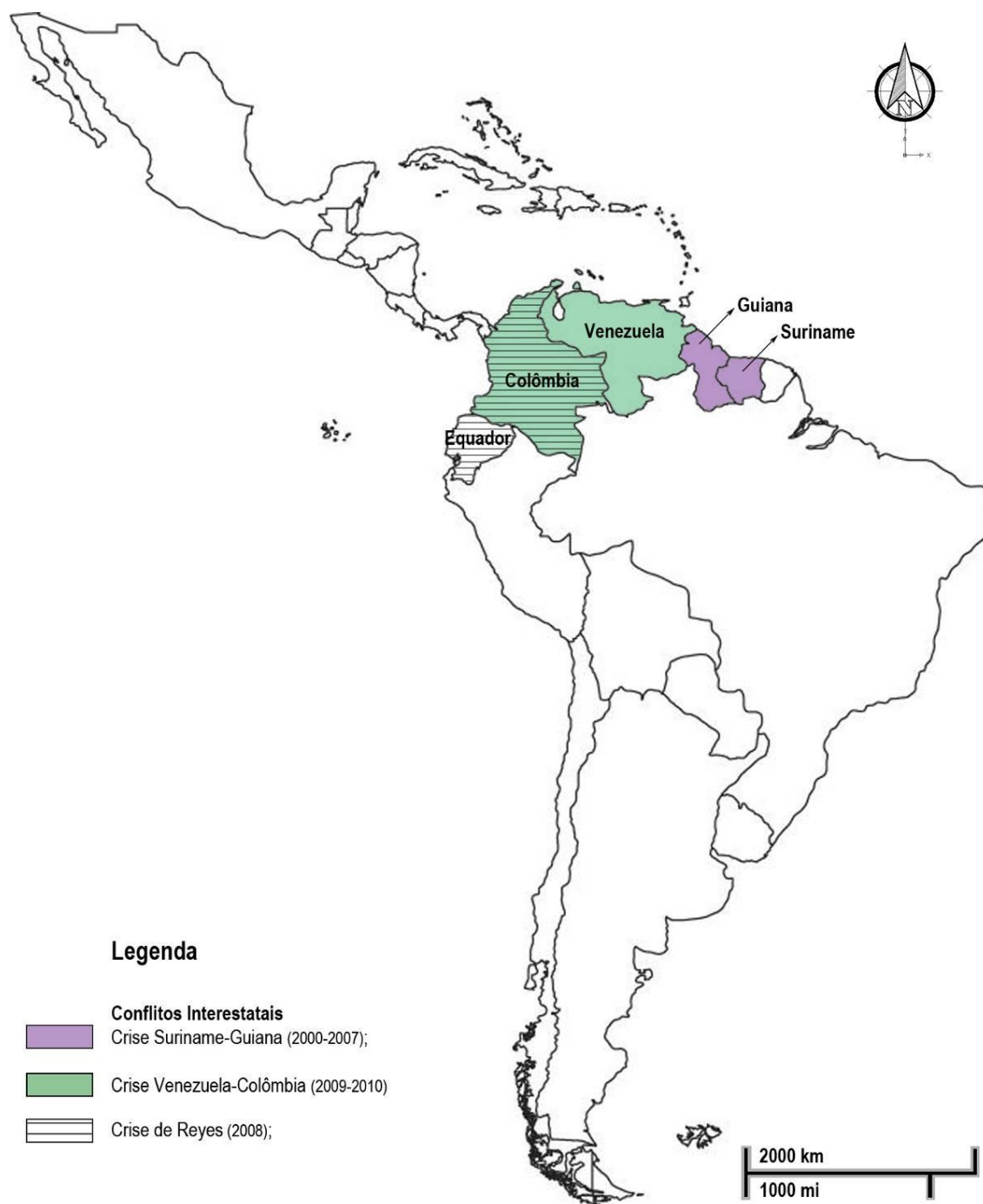
A disputa por fronteiras não plenamente demarcadas ainda é fator que provoca tensão na América do Sul. A região do Golfo da Venezuela, por exemplo, foi palco de uma série de outros litígios, pois foi demarcada unilateralmente por Colômbia e Venezuela e é uma região que se caracteriza por grande importância estratégica e pela existência de petróleo e gás natural.

Os territórios que se encontram ao oeste do rio Esequibo geram tensões entre a Venezuela, que reclama soberania sobre eles desde 1966, e a Guiana. Essa tensão atingiu o ápice no ano 2007, quando a região foi palco da incursão de 70 soldados venezuelanos cujo motivo seria o combate à mineração ilegal no local (DOMÍNGUEZ, 2012).

No período que se estendeu de 2000 a 2007, a Guiana e o Suriname viveram a acentuação da tensão, resultante da disputa que travam há décadas pelo controle das águas territoriais. O ponto mais crítico foi em 2000, quando um navio do Suriname foi forçado a se retirar das águas reclamadas por este país pela petrolífera canadense CGX Energia, que havia obtido licença junto ao governo da Guiana. Diante do impasse nas negociações entre ambos os países, a empresa canadense decidiu encerrar o projeto de exploração de petróleo na região. Os países aguardam uma resolução da ONU para resolver a disputa (PIERI & SENHORAS, 2010).

Enfim, esses e outros contenciosos interestatais latentes, são vetores divergentes da integração sul-americana, pois eles expõem a fragilidades e uma possibilidade de um conflito clássico e efetivo entre dois países da região.

Figura 21. Principais conflitos interestatais na América do Sul no século XXI



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (BATTAGLINO, 2009; DOMINGUEZ, 2012; PIERI & SENHORAS, 2010).

Logo do início do século XXI, portanto, como observado nos conflitos representados na figura a seguir, pode-se perceber que os conflitos existentes na região sul-americana passaram a ser de outra natureza, principalmente de ordem geoeconômica e com uma nova roupagem nacionalista.

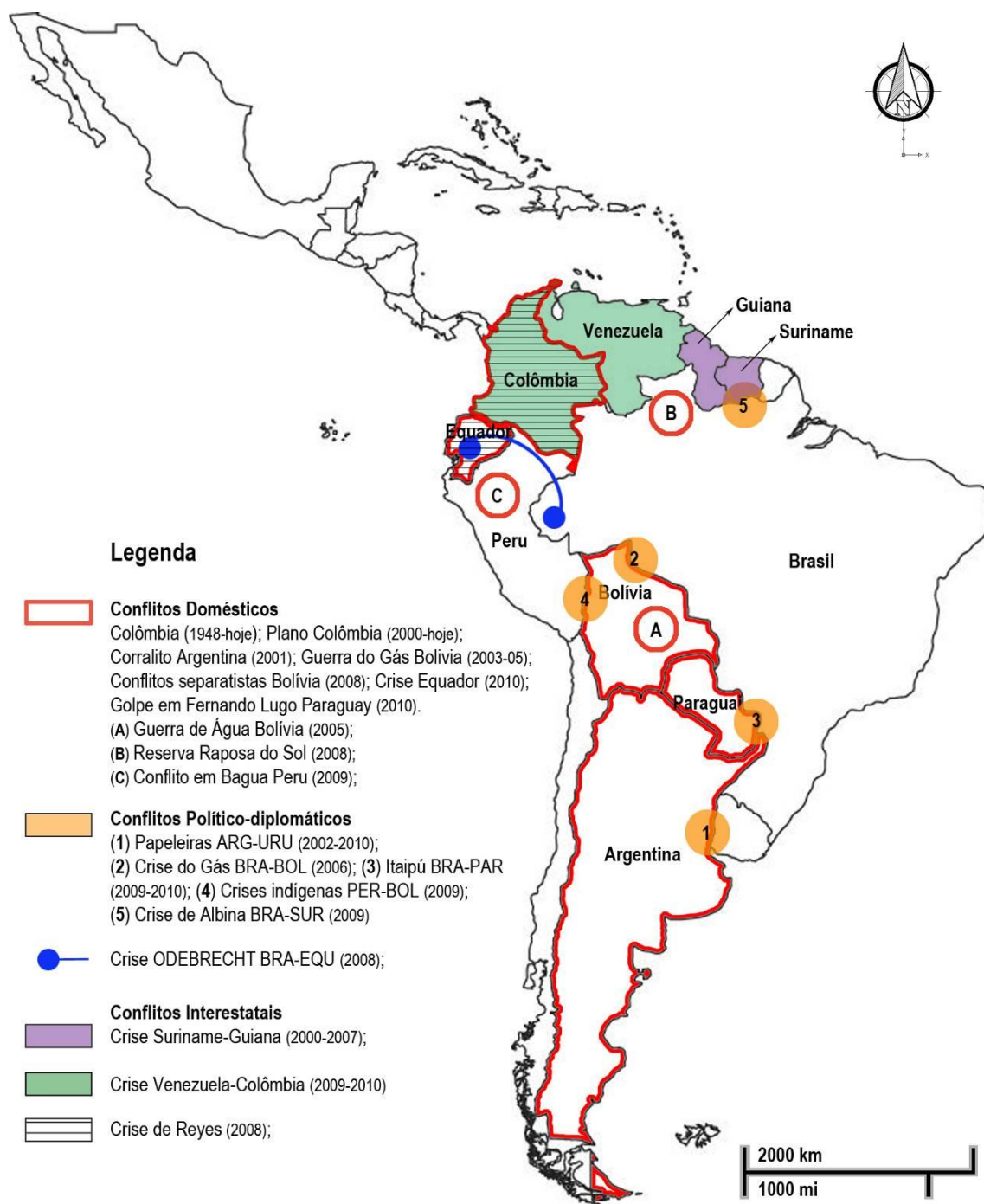
Nesse contexto, é importante apontar que um paradoxo surgiu na integração sul-americana, pois ao mesmo tempo em que as agendas de integração regional se aprofundaram no marco da UNASUL, especialmente com o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano e em função da securitização dos ativos estratégicos comuns, por outro lado, emergiu uma série de conflitos domésticos resultantes da atuação e posicionamento político dos novos governos progressistas em diversos países sul-americanos, mas também, uma sobreposição de acordos políticos-econômicos com agentes intra e extrarregionais e o ressurgimento de debates sobre contenciosos interestatais latentes no subcontinente, que dificultam o diálogo em torno de um modelo de aproximação e interrelação mais aprofundada entre os países da região.

Apesar do risco de um conflito clássico, as novas tensões não tendem a implicar em incursões em territórios vizinhos (com a exceção da crise de Reyes, quando as Forças Armadas colombianas ultrapassaram as fronteiras e invadiram o território equatoriano enquanto perseguiram à integrantes das FARC, inclusive seu principal líder, Raúl Reyes).

Embora reacendessem alguns conflitos interestatais, os contenciosos passaram a ser principalmente domésticos, como a permanência da guerra civil colombiana, os conflitos devido à demarcação de terras indígenas na região da Raposa do Sol, no Brasil, os conflitos na Bolívia, devido às ambições separatistas por parte de Santa Cruz de la Sierra e, até mesmo, as tensões populares resultantes da falência do modelo político, como ocorreu na Argentina em 2001.

Os confrontos de caráter interestatal também tiveram caráter geoeconômico, como se pôde perceber no contencioso entre a Argentina e o Uruguai por causa da instalação de uma fábrica de papel e celulose, a Botnia, às margens do rio Uruguai, na fronteira entre a uruguaia Fray Bentos e a cidade argentina de Gualeguaychú.

Figura 22. Principais conflitos intermésticos na América do Sul no século XXI



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (SERBIN, 2007; MELLO, 1996; TOKATLIAN & BARRERA, 1991; MARES, 2008; MEDEIROS & SARAIVA, 2009; ADENTE-BRUN, 2012; MOLINA, 2008; PERREAULT, 2006; BEBBINGTON, 2009; LAUERMANN, 2008; BATTAGLINO, 2009; DOMINGUEZ, 2012; PIERI & SENHORAS, 2010).

Cabe também apontar que em todos esses cenários conflitivos na América do Sul, a persistência do principal conflito clássico na região e os ressentimentos seculares da Guerra do Pacífico entre Peru e Bolívia e Chile impactam a integração regional. Embora o enfoque geoeconômico dê o tom dos conflitos sul-americanos na atualidade, ele sempre esteve presente, como assevera Mora (2008) quando afirma:

Diante da pergunta “se faz a guerra pela pátria ou pelo salitre”. (MORA, 2008, p.01).

Desta forma, a zona fronteiriça entre Chile, Peru e Bolívia é um espaço de permanente disputa diplomática, um resquício ou herança da Guerra do Pacífico, ocorrida em fins do século XIX, também conhecida como Guerra do Salitre e que ainda repercute em sentimentos nacionais, que por sua vez, faz aflorar as tensões domésticas e mantêm as relações políticas entre Peru e Bolívia com Chile em constante instabilidade.

Ao aprofundar o debate sobre os reflexos da Guerra do Pacífico nas relações entre Chile e Bolívia, torna-se importante apontar que o Chile e a Bolívia, desde 1978, possuem apenas relações consulares e até hoje não voltaram a ter efetivas relações diplomáticas, em função da falta de acordo em relação com a questão da mediterraneidade boliviana, ocasionada pela Guerra do Pacífico, ocorrida no final do século XIX.

Por um lado, o Chile não se abre ao diálogo e considera a demanda boliviana um impasse jurídico e que deve ser tratado de forma bilateral; por outro lado, a Bolívia condiciona qualquer negociação à saída soberana para o mar e procura multilateralizar a questão. (PINHEIRO, 2007, p.139)

Várias foram as tentativas de resolução para esta questão. Algumas delas foram discutidas em âmbito multilateral, especialmente na Organização dos Estados Americanos, que chegou a lançar, em uma assembleia realizada em 1979, uma resolução favorável à retomada por parte da Bolívia de seu território marítimo.

A comissão geral da IX Assembleia da Organização de Estados Americanos (OEA) aprovou uma resolução que recomenda “aos Estados envolvidos na questão, que iniciem negociações encaminhadas para dar a Bolívia uma conexão territorial livre e soberana com o oceano Pacífico” (El país, 1979, p.01, t.n.)⁵⁶.

Assim, conforme está representada na figura a seguir, devido às derrotas em diversas guerras e em negociações fronteiriças, a Bolívia perdeu boa parte do seu território ao longo dos séculos XIX e XX, o qual foi distribuído entre Chile, Paraguai, Argentina, Brasil e Peru.

56

Online:
http://www.elpais.com/articulo/internacional/VENEZUELA/LATINOAMERICA/BOLIVIA/ORGANIZACION_DE_ESTADOS_IBEROAMERICANOS/_OEI/OEA/apoya/salida/mar/Bolivia/elpepiint/19791028elpepiint_17/Tes

Figura 23. Territórios perdidos pela Bolívia desde 1825



FONTE: http://Territorios_perdidos_de_Bolivia.png, 30/05/2013

Segundo um estudo desenvolvido pela Organização dos Estados Americanos, calcula-se que a perda econômica do Estado boliviano por não ter acesso ao Oceano Pacífico seria de 1,3%⁵⁷ do seu PIB. Portanto, o país possui muitos gastos gerados pela questão de não ter saída para o mar, como o aumento

⁵⁷ Dados obtidos em: <http://www.ime.es/blog/?p=1596>

nos custos no comércio com os países do Pacífico; a perda de autonomia e de arrecadação de tributos portuários e aduaneiros; e todos os atrasos gerados pela falta de infraestrutura não construída, que gera dependência de outros países para o escoamento da produção.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que o conflito entre Chile e Bolívia permanece latente e o seu término parece bastante incerto, já que o Chile considera e quer tratar do tema diretamente com a Bolívia, mas sem apresentar nenhum sinal de revisão à questão, enquanto que a Bolívia, que considera o tema da sua mediterraneidade como uma das suas prioridades em termos de sua política externa, busca tratar e julgar a questão de maneira multilateral. No entanto, é importante apontar que existem diversos acordos e benefícios fiscais oferecidos pelo Chile à Bolívia, no sentido de facilitar o uso de seus portos e para que aquele país não dependa apenas da saída ao mar via Rio Bermejo, na Argentina, ou pelo porto de Ilo, no Peru.

Por outro lado, as implicações da Guerra do Pacífico na relação entre Chile e Peru não deixa de ser menos traumática, conforme atestam as citações abaixo:

. A verdadeira causa da guerra que o Chile declarou ao Peru está na sua desmedida ambição, no veemente desejo de apoderar-se do litoral boliviano, que abarca grandes riquezas em guano, salitre e minerais (Contra manifesto que o governo do Peru dirige aos Estados amigos devido à guerra declarada pelo Chile. Lima, Imprenta del Estado, 1879, p.14 apud MORA, 2008, p.64).

O Peru começou esta guerra [...] porque estabeleceu o monopólio do salitre e induzindo a Bolívia a primeiro lhe arrendar suas regiões produtoras de salitre e, em seguida, a desconhecer os tratados com o Chile a fim de garantir seu negócio do monopólio (Boletín de Sesiones Ordinarias de la Cámara de Diputados –en adelante BSOD–, Sesión 13ª de 1.7.1879, p.161 apud MORA, 2008, p.65.)

A grande particularidade da disputa resultante dos resquícios da Guerra do Pacífico entre o Peru e o Chile é que a questão se desenvolve em função da delimitação da fronteira marítima. Assim, a divisa do mar territorial se torna o principal espaço de litígio.

O Peru demanda uma linha fronteiriça equidistante, contrária à atual, que segue o paralelo da linha da atual fronteira terrestre. De acordo com o projeto, o Peru obteria 30 mil km² de mar que hoje pertencem ao Chile. (PINHEIRO, 2007, p.137).

A questão central para o Peru é que a fronteira marítima entre os dois países nunca foi demarcada. Por outro lado, para o Chile esta controvérsia foi resolvida com os tratados bilaterais, assinados em 1952 e em 1954.

Ao longo do século XX, houve diversos movimentos que geraram tensões em torno da questão da fronteira marítima entre os dois países.

Nos anos de 1970, quando os dois Estados encontravam-se sob o regime militar, por pouco não se deflagrou uma nova guerra motivada pelo revisionismo nacionalista peruano e pela intransigência chilena. (PINHEIRO, 2007, p.137).

Já nos anos 1990, depois da ditadura chilena, e mesmo nos anos 2000, diversos acordos de cooperação em assistência mútua na região em disputa foram assinados, mas nenhum deles ratificou uma agenda de revisão da questão da delimitação de fronteira marítima, de modo que permanecem abertas as reivindicações peruanas.

A criação do Comitê de Segurança e Defesa (Cosede) e do Comitê Permanente de Consulta e Coordenação, juntos com as Rodadas de Negociações dos Altos Comandos das Forças Armadas, em 1985, foram mecanismos fundamentais para se estabelecer medidas de confiança mútua. Os principais meios para tanto foram as consultas para avaliação e homologação dos gastos militares de ambos os países, feito com a ajuda da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). No mesmo ano, Chile e Peru assinaram acordo de proteção de investimentos, complementando o ACE-38, de 1998. (PINHEIRO, 2007, p.137).

Portanto, a questão segue em disputa, enquanto que setores nacionalistas peruanos, representados principalmente pela esquerda que apoia o atual presidente Ollanta Humala, reclamam pela zona marítima conhecida no Peru por Mar de Grau. É importante registrar que, na manifestação ocorrida em 2007, a

polícia peruana conteve os ânimos de manifestantes que se encontravam a aproximadamente a 10 quilômetros da fronteira com o Chile.

Assim, diferentemente das reivindicações bolivianas pela saída para o mar, o Peru busca uma revisão da fronteira marítima com o Chile, no sentido de aumentar seu território de exploração dos recursos naturais marítimos.

A manifestação por parte do Peru passou a ser avaliada, em 2008, pela Corte Internacional de Justiça de Haia. O Peru reclama a posse de uma área de aproximadamente 95.000 km², no Oceano Pacífico, sobre a qual o Chile exerce domínio, com base em Acordos de 1952 e 1954.

Figura 24. Território em controvérsia entre Peru e Chile



FONTE: http://www.terra.cl/actualidad/index.cfm?id_cat=302&id_reg=1597236.., 25/08/2012

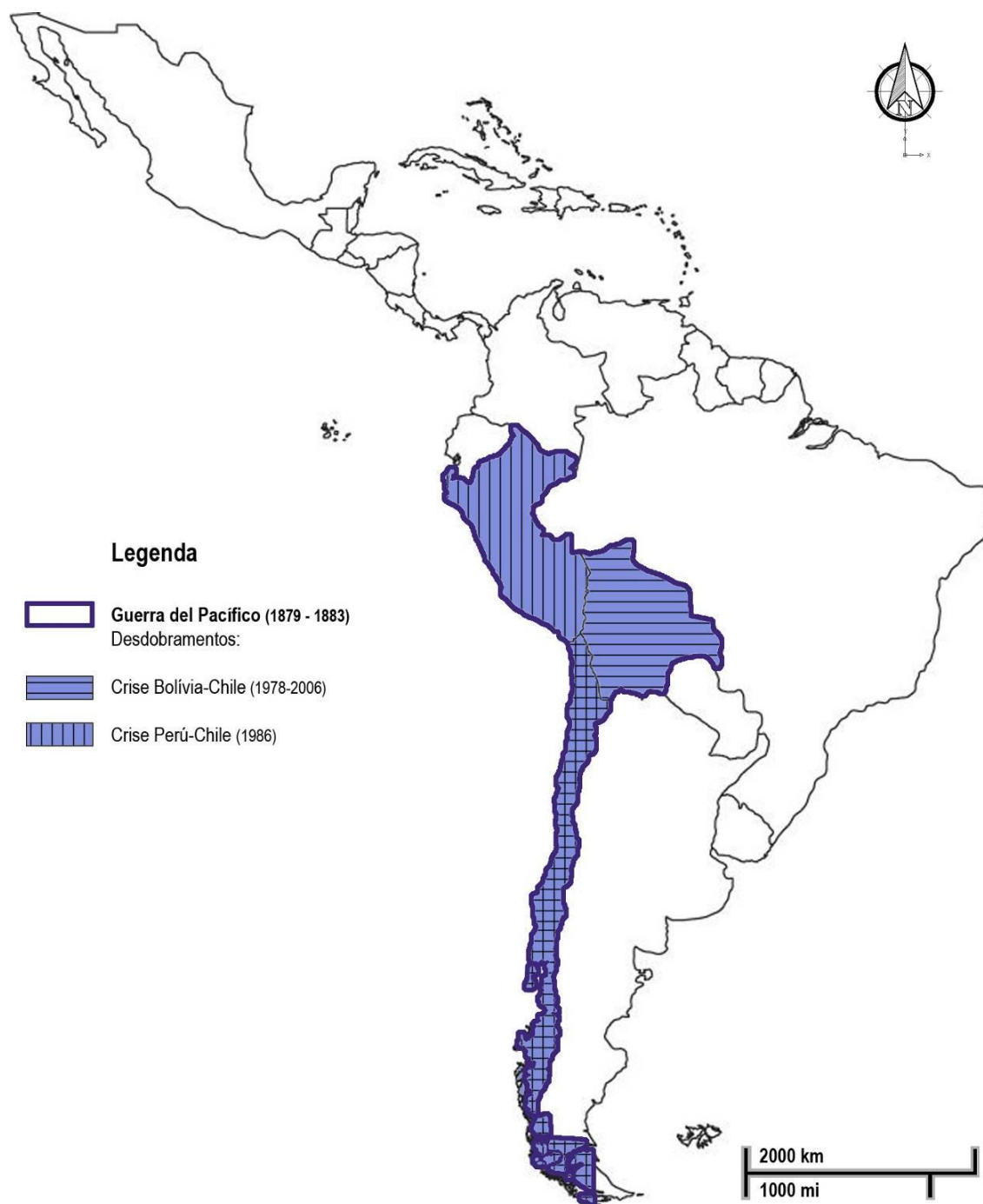
Finalmente, pode-se avaliar a questão entre os dois países por duas perspectivas: uma delas é menos conflitiva, já que se observa, apesar de algumas reivindicações populares peruanas, principalmente por parte de grupos nacionalistas, a relação entre os dois países como bastante civilizada e com semelhanças estratégicas em relação ao comércio e as relações com atores Extrarregionais, como os Estados Unidos⁵⁸. Por outro lado, em caso de vitória do

⁵⁸ Um exemplo recente bastante interessante em relação à estratégia externa dos países é a criação da AIP (Área de Integração Profunda) ou Bloco do Pacífico, composto por Peru, Colômbia, Chile e México.

Peru na Corte de Justiça de Haia⁵⁹, aliado ao fato da eleição do nacionalista de esquerda Ollanta Humala para presidente do Peru em 2010, pode-se pensar em possíveis impactos negativos nas relações bilaterais entre o Chile e o Peru.

⁵⁹ Ver: *“Un texto revelado por Wikileaks y que publica hoy el diario peruano El Comercio manifestaría el temor del gobierno chileno durante el año 2008 a que la Corte Internacional de Justicia en La Haya fallara a favor de Perú en la demanda marítima”*.

Figura 25. A Guerra do Pacífico e seus desdobramentos



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (BONILLA & MOREANO, 2007; BRUNO, 2011; MORA, 2008; PINHEIRO, 2007).

Outro contencioso importante na América do Sul no que tange aos efeitos na integração sul-americana é o conflito interméstico colombiano.

Ao observar as características físico-naturais do território colombiano, percebe-se que a posição do país é bastante particular, pois seu território se divide em regiões Amazônica, Andina, Pacífica, Caribe, Orinoquia e Insular (no Mar do Caribe).

Figura 26. Divisão físico-natural da Colômbia



FONTE: <http://www.todacolombia.com/geografia/regionesnaturales.html>

No plano interno, os conflitos armados na Colômbia e a instabilidade política que eles produzem, fazem com que as estratégias de segurança e de defesa no país sejam sinônimas. Portanto, a guerra civil configurou uma inter-relação entre segurança nacional e segurança pública.

Como principal produtor mundial de cocaína e com sérios problemas de distribuição de terra, a Colômbia passou, ao longo do século XX, por períodos de

instabilidades políticas internas, com desdobramentos na sub-região andina e amazônica (LEMOINE, 2001).

Portanto, mais que uma luta contra as drogas, o conflito colombiano tem como questão de fundo o acesso à propriedade, seu uso e o direito à terra. Neste sentido, pode-se dizer que a grande particularidade da guerra civil colombiana é que é um conflito doméstico armado, irregular, crônico, nacional e com diversos atores muito bem definidos, fatores que impediram que as instituições políticas do país se fortalecessem a ponto de construir uma unidade nacional.

O Plano Colômbia surgiu nesse contexto e é considerado como uma estratégia de combate à produção e tráfico internacional de drogas, em especial de cocaína, entorpecente que a Colômbia se destaca como um dos principais produtores mundiais. Por outro lado, países fronteiriços como Brasil, Venezuela e Equador, veem este plano como uma ameaça às suas soberanias nacionais, no qual um ator Extrarregional, os Estados Unidos, buscam obter maior influência no subcontinente, e, desta maneira, põe em risco o controle sobre seus recursos naturais, em especial os localizados na região Amazônica e no Atlântico Sul.

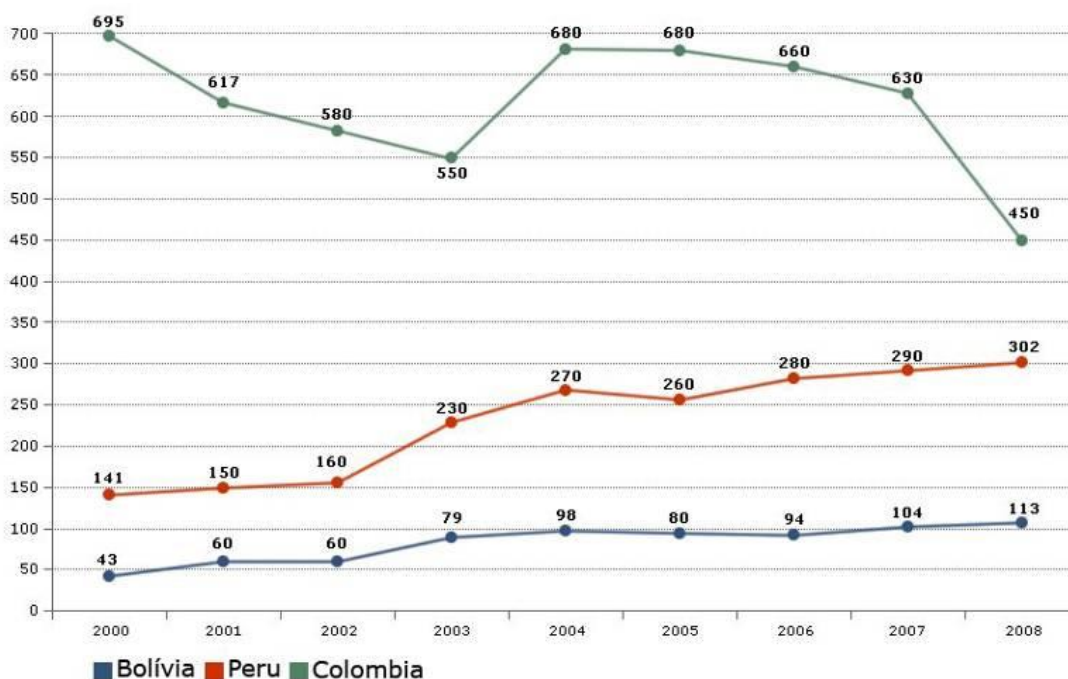
Ao tratar a questão do tráfico internacional de cocaína na América do Sul, pode-se recordar a importância que os países andinos têm na produção da droga, já que a Colômbia continua sendo o principal produtor e provedor da droga, juntamente com os cartéis mexicanos, para os Estados Unidos,⁶⁰ maior consumidor mundial⁶¹.

Segundo dados da Secretaria Geral da INTERPOL em 2010 a “Colômbia, Peru e Bolívia seguem sendo os principais lugares de origem da folha de coca e do cloridrato de cocaína pronto para o consumo”.

⁶⁰ Muitos estudos apontam uma forte ligação ou, inclusive, competição entre grupos de narcotraficantes colombianos e os cartéis mexicanos. Ver <http://narcotraficantescolombianos.blogspot.com/2009/07/fiscalia-de-colombia-ocupa-propiedades.html>

⁶¹ Em 2009, cerca de 5,7 milhões consumiram cocaína pelo menos uma vez no ano anterior nos Estados Unidos (Fonte: Informe Mundial sobre las drogas, 2009, UNODC).

Gráfico 1. Produção de cocaína em países sul-americanos (em toneladas), 2010.



FONTE: *World Drug Report*, 2010.

No gráfico acima, percebe-se a queda da produção da droga na Colômbia no período de 2005 a 2008. Esta queda pode ser considerada como resultado das políticas de combate por parte dos governos, em detrimento do aumento da produção no Peru e na Bolívia.

Em uma aproximação histórica do conflito armado na Colômbia com o narcotráfico, pode-se apontar que no país ocorreram aproximadamente 33 guerras civis em menos de 180 anos de vida republicana e que as mesmas deixaram um saldo de dezenas de milhares de pessoas mortas e um número superior a quatro milhões de deslocados nos últimos dez anos. Se levarmos em conta que o número de colombianos mortos em razão da “violência” (1948-1957), que foi de 180.000 pessoas, tem-se cifra muito superior à soma das perdas sofridas por todos os exércitos que participaram das guerras do Pacífico e do Chaco (MITRE, 2008).

Pode-se dizer que as raízes dos conflitos domésticos colombianos derivam da primeira tentativa de reforma agrária, em 1936, na qual se fortaleceu tanto os

grupos camponeses de esquerda como a direita oligárquica conservadora e liberal.

Doze anos depois, com o assassinato do candidato liberal Jorge Gaitán, o país conheceu a maior onda de distúrbios e protestos da sua história, o chamado *Bogotazo*. Neste momento, começou um dos períodos mais violentos da história do país, conhecido como “*La Violencia*”, devido ao golpe de Estado do general Rojas Pinilla, em 1958. Nesta época houve uma reconciliação por meio de um pacto de alternância de poder entre liberais e conservadores, que duraria 16 anos, conhecido como a Frente Nacional. No entanto, muitos grupos sociais se sentiram traídos pelo partido liberal e se identificaram com um radicalismo revolucionário, por meio da luta armada de classes, inspirada na Revolução Cubana.

Como resultado, surgiram guerrilhas com tendência política à esquerda que lutavam pela reforma agrária, liberdades políticas e por outro modelo de Estado. Elas se refugiaram na cordilheira oriental e formaram comunidades autônomas, denominadas repúblicas independentes. Em 1964, nasceram os movimentos guerrilheiros mais importantes: um movimento marxista-leninista nas zonas mais rurais do país, as FARC-EP, e um movimento guevarista, inspirado na revolução Cubana, o ELN. Em 1973, surgiu uma guerrilha urbana, o M19, caracterizada por um amplo pluralismo político e façanhas um tanto propagandísticas (BONILLA, 2007).

Para entender a forma como se expandiu o negócio do tráfico de drogas na Colômbia, deve-se voltar aos anos 1970, quando no país se experimentava a popularização da maconha e quando o presidente estadunidense Richard Nixon declarou guerra contra as drogas. Naquela época, o narcotráfico começou a adquirir um grande poder na Colômbia, já que os benefícios econômicos que geravam possibilitavam a compra terras, ainda que com o deslocamento de grandes camadas da população camponesa. Tal situação transformou os narcotraficantes em poderosos latifundiários. Por meio do seu poder local, eles estabeleceram relações de poder com vínculos clientelistas com os camponeses e, além disso, seu poder econômico se acentuou com a reforma neoliberal, que estimulou as empresas a competirem e com isso a abrirem suas portas a novos

capitais entre eles os do narcotráfico. Deve-se também considerar que os narcotraficantes ampliaram suas influências políticas por meio de práticas de corrupção de altos funcionários públicos.

Neste contexto, surgiram organizações paramilitares de autodefesa, contratadas tanto pelos empresários para proteger as empresas, especialmente as agrícolas e as bananeiras, bem como pelos narcotraficantes para proteger seus negócios da guerrilha e para aterrorizar populações e lideranças de movimentos rurais, resistentes ao poder e que eram empecilhos à ampliação de suas propriedades de terras. Todo este processo levou também, nos anos 1970, a uma aliança duvidosa entre o governo e o narcotráfico, aniquilando milhares de guerrilheiros de esquerda, por meio de um plano denominado MAS (Morte aos Sequestradores).

Portanto, os narcotraficantes passaram a ter seus próprios exércitos mercenários paramilitares, os quais serviram como tática contra insurgente das Forças Armadas. Eles passaram a ser legitimados pelo próprio Estado, a exemplo do projeto *Convivir*.

As Convivir tinham como objetivo fazer frente à crescente ameaça guerrilheira em várias regiões do país e foram posteriormente regulamentadas pela Superintendência de Vigilância, em abril de 1995, já na administração de Ernesto Samper Pizano. No entanto, várias delas terminaram por ser utilizadas por grupos paramilitares e de narcotraficantes para seu serviço.⁶²

Neste sentido, pode-se dizer, então, que os diversos grupos paramilitares, apoiados pelas Forças Armadas, pelo governo, pelos narcotraficantes e pelos latifundiários, têm grande responsabilidade pela ampliação da concentração de terras, pela migração de enormes massas humanas aos grandes centros urbanos e aos países fronteiriços – os deslocados pela violência– e pela desinstitucionalização do país.

Os paramilitares nunca foram um bloco homogêneo, sendo mais um acordo entre os barões do tráfico, crime organizado e grupos armados contra a força de guerrilhas (CASTRO, 2007, p.03).

⁶² Disponível em <<http://colombia.indymedia.org/news/2009/06/103148.php>>. Acesso em 18 de junho de 2012.

Portanto, pode-se considerar que, nas últimas quatro décadas, os narcotraficantes se propagaram com força e formaram um novo grupo social, sendo beneficiados pelas condições naturais propícias ao cultivo de folhas de coca, com uma cultura, linguagem, estética e vocabulário próprio. A Colômbia passa definitivamente a ser considerada um “narco-país”, onde as instituições e os territórios passam a ser dominadas pelo narcotráfico.

Pode-se dizer que, a princípio, a guerrilha se opunha aos cultivos ilegais (“de consumo burguês”), mas depois cedeu gradualmente à atividade ao comprovar os benefícios econômicos que obtinha por meio da cobrança de tributos nas zonas de produção.

Desta forma, os atores envolvidos com o narcotráfico se multiplicaram, formando círculos de poder que se confrontam constantemente e transformam o conflito em algo complexo, já que não existe um só “inimigo” claramente identificável. Portanto, pode-se afirmar que o narcotráfico, mais especificamente a luta pela terra, gravita em torno e é o principal negócio que promove o conflito armado na Colômbia.

Segundo Tokatlian, um grande erro estratégico da política de segurança interna e externa dos Estados Unidos é considerar crime organizado, terrorismo e narcotráfico a mesma coisa. O que tem que ter em mente é que o crime organizado é um ‘grupo social’, o terrorismo deve ser visto como um modo de ação e o narcotráfico como um negócio. A partir dessa interpretação se pode pensar em políticas de combate efetivo de cada elemento (PIERI, 2009, p. 03).

Neste contexto, no dia 21 de setembro de 1999, foi assinado, em Washington, em um encontro entre os presidentes Clinton e Pastrana (então presidentes dos Estados Unidos e da Colômbia, respectivamente), o *Plano pela Paz, a Prosperidade e o Fortalecimento do Estado*⁶³, mais conhecido atualmente como Plano Colômbia (TOKATLIAN, 2009).

⁶³ Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2001:267:0075:0078:PT:PDF>. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

A ideia, segundo o governo estadunidense, era ajudar a Colômbia a combater alguns problemas, entre os quais se encontrava uma guerra de duas frentes contra a guerrilha e o poder do tráfico de cocaína, já que o país é caracterizado por uma economia frágil, instituições sem base e por fortes desigualdades sociais.

A princípio, o Plano Colômbia seria financiado pelo governo colombiano e, por fontes internacionais. Segundo este Plano, a ajuda exterior viria de uma conscientização internacional crescente de que a Colômbia não poderia achar, por si só, a resposta para os seus graves problemas, principalmente por parte dos Estados Unidos e da chamada mesa de países doadores, incluindo a Espanha e Noruega, assim como do Banco Mundial.

O Plano Colômbia se resume a alguns pontos estratégicos, dirigindo-se, entre outras coisas, à luta contra o narcotráfico, mas também à negociação da paz, à reestruturação e modernização das Forças Armadas e da polícia, à geração de emprego, ao fortalecimento da justiça e ao respeito aos direitos humanos, além de planos de desenvolvimento alternativo nas zonas cultivadoras de coca, auxílio em educação e saúde para os deslocados pelo conflito e outros grupos vulneráveis, na interpretação e discurso do governo colombiano.⁶⁴

Ou seja, a princípio, se tratava de uma mudança radical para o país, já que, além de reduzir o fluxo de cocaína e heroína, se buscava também estender a influência do governo às zonas de difícil acesso, onde a força do Estado não estava presente e que eram áreas controladas pelos narcotraficantes ou pela guerrilha. Mas outras interpretações podem ser consideradas; segundo alguns analistas, o Plano Colômbia é também uma forma de legitimar e ocultar muitos crimes contra os direitos humanos cometidos pelas forças de segurança colombiana, com colaboração dos paramilitares e, em uma visão externa, de reforçar a presença estadunidense na região.

⁶⁴ Mais informações:

http://www.state.gov/www/regions/wha/colombia/fs_000328_plancolombia.html

Portanto, ao refletir sobre o papel desempenhado pelos principais atores do conflito colombiano, observa-se, por um lado, o Estado, representado pelas Forças Armadas, indiretamente apoiadas pelos paramilitares que almejam compartilhar poder com os órgãos estatais e, de certa maneira, substituí-los, em nome do direito e da ampliação do latifúndio. Por outro lado, estão as guerrilhas, cujo principal objetivo é mudar o modelo político em escala nacional e de certa forma, se financiar por meio do envolvimento junto às atividades relacionadas à produção e tráfico de entorpecentes. É importante observar que ambos os atores possuem, direta ou indiretamente, ligação com o narcotráfico, uma vez que o que os diferenciam é o grupo social que eles representam e a estratégia utilizada para alcançar seus objetivos.

Os principais grupos paramilitares são os Águilas Negras, Los Rastrojos, ERPAC, Paisas, Urabeños, Nueva Generación y Renacer (...). Os paramilitares dedicam 80% de sua energia ao narcotráfico, à usurpação de terras e à captura do poder local. (BRUNO, 2011, p.01, t.n.).

Em relação aos impactos interestatais, pode-se afirmar que os países fronteiriços veem o Plano Colômbia e a aliança com os Estados Unidos como uma ameaça às suas soberanias nacionais, além de preocuparem-se com a imensa onda de migrações de deslocados pelo conflito e também os impactos ao meio ambiente, devido aos produtos químicos lançados em bombardeios. Portanto, os acordos militares assinados entre os estadunidenses e colombianos não são vistos como simples repressão à produção e comercialização de drogas por parte dos narcotraficantes daquele país. O Plano Colômbia desencadeia diversos tipos de reações, tensões e conflitos que transbordam para as fronteiras no âmbito regional e transformam o conflito colombiano em uma questão interméstica, não somente pelo transbordo da escala doméstica para a região fronteiriça, como também pela influência Extrarregional no subcontinente.

Entre as tensões interestatais mais significativas na sub-região andina nos últimos anos, destaca-se o ataque ao acampamento de Reyes, em 2008, quando

o exército colombiano, apoiado na ideia de ataques preventivos,⁶⁵ invadiu o território equatoriano e matou 18 supostos guerrilheiros das FARC. Nesta ocasião, todos os países que compõem a Organização dos Estados Americanos, menos os Estados Unidos e, logicamente, a Colômbia, repudiaram a ação orquestrada pelas Forças Armadas colombianas e se posicionaram totalmente contrárias à agressão contra o Estado equatoriano.

O uso da força da Colômbia contra o Equador não diz respeito a nenhum conflito existente contra esses dois países, mas ao conflito entre um Estado, a Colômbia, e um ator não Estatal, a FARC (...). A prática denominada “target killing”, significa o extermínio de lideranças de guerrilhas e de organizações terroristas em guerras assimétricas entre Estados e forças armadas irregulares, ainda que tais operações sejam levadas a cabo em território de Estados soberanos, onde tais entidades encontram abrigos. Tal prática, entretanto, é adotada atualmente por um número restrito de Estados e constitui fonte de grandes divergências entre a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Segurança da ONU. (WAISBERG, 2008, p.03)

Neste contexto, é possível dizer que o Estado colombiano mira mais o Norte que o Sul, especialmente em função da carência de acessibilidade e comunicação com os países sul-americanos. Mas, o conflito colombiano transborda nas fronteiras porosas, como a de Letícia (Colômbia), Tabatinga (Brasil) e Santa Rosa (Peru) e gera certa ameaça de regionalização do crime organizado, o que, contraditoriamente, dificulta as relações entre os países sul-americanos devido às diferentes vertentes ideológicas dos governos do subcontinente, à variada gama de atores e de interesses econômicos na região, e à diversidade de estratégias de combates traçadas segundo diferentes concepções de ameaças aos Estados nacionais.

Por fim, em uma perspectiva doméstica, pode-se afirmar que o conflito colombiano se desenvolve basicamente pela disputa sobre o controle da terra e dos recursos provenientes dela.

Do ponto de vista dos impactos externos do conflito, pode-se discutir a partir de duas perspectivas: uma referente a “sul-americanização” dos conflitos domésticos, na qual os mais variados grupos paramilitares, guerrilhas e

⁶⁵ Como já foi comentado, os ataques preventivos se dirigem contra uma potencial (nova) ameaça antes de tornar-se iminentes, não obedecendo, assim, os princípios de *jus in bello* ou guerra justa.

narcotraficantes colombianos cruzam fronteiras nacionais e passam a atuar em territórios de Estados fronteiriços, gerando, assim, diferentes formas de ameaças à segurança dos países do subcontinente; e outra, do ponto de vista dos desdobramentos do conflito a partir da hipótese de conflitos interestatais e a consequente instabilidade geopolítica, gerada pela aliança estratégica entre a Colômbia e os Estados Unidos em torno do Plano Colômbia. A incorporação de conceitos e práticas geoestratégicas estadunidenses pelas Forças Armadas colombianas e os possíveis objetivos das forças norte-americanas na região são vistos pelos países sul-americanos como uma possível ameaça Extrarregional às suas soberanias.

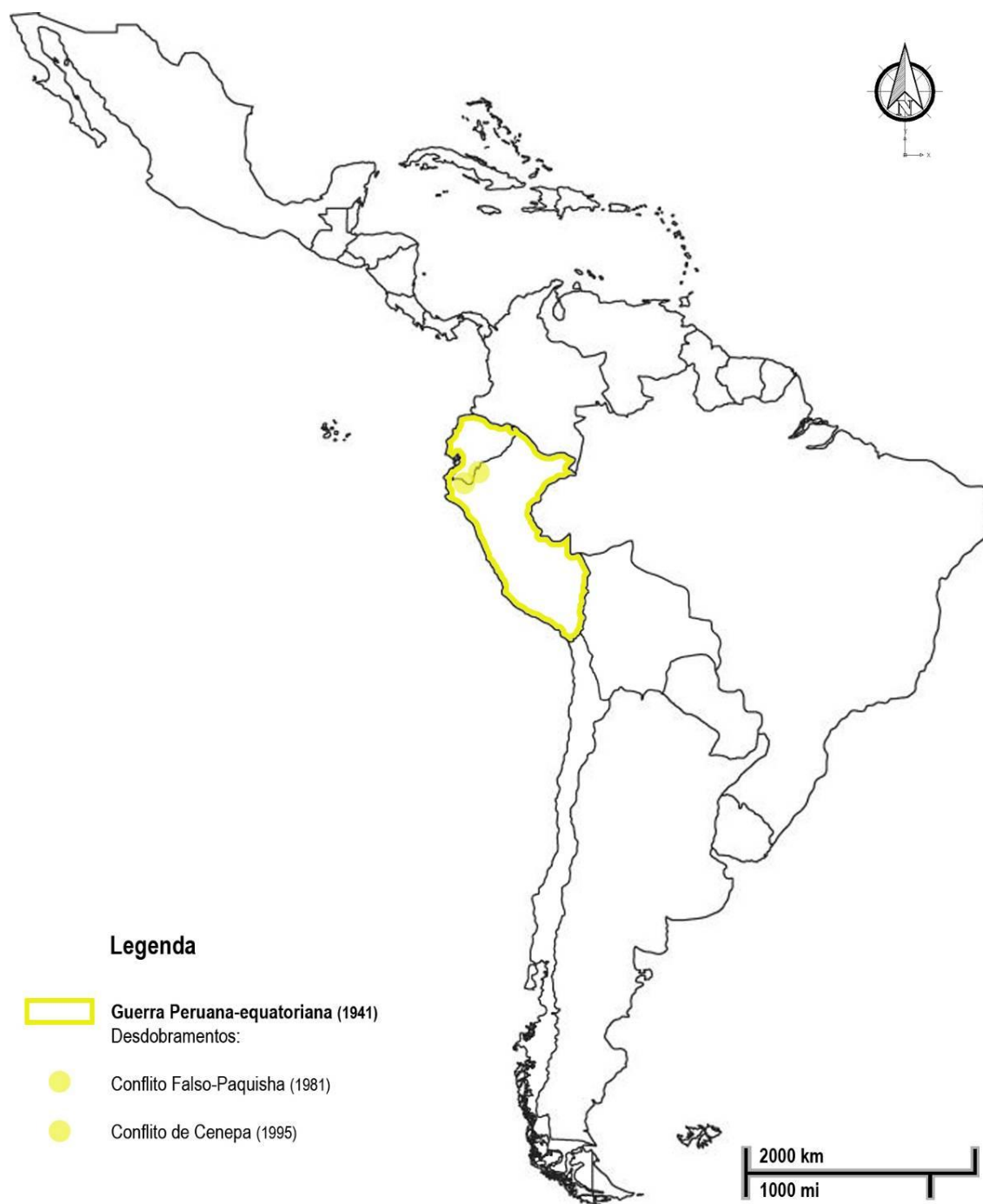
Figura 27. Conflito Colombiano e seus desdobramentos



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (BONILLA & MOREANO, 2007; BRUNO, 2011; CASTRO, 2007; LEMOINE, 2011; FRAGA, 2011; LONG, 2001; MITRE, 2011; MORA, 2008; PÉREZ YOMA, 1999; PINHEIRO, 2007; SERBÍN, 2007; TOKATLIAN, 2009; TOVAR PINZÓN, 1999; WAISBERG, 2008).

Outros conflitos que valem ser destacados se deram entre Peru e Equador: a Guerra Peruano-Equatoriana (1941), o conflito de Paquisha (1981) e a guerra de Cenepa (1995). Estes dois países, como já discutido, entraram em guerra por três vezes ao longo do século XX, em diversos contextos internacionais. A instabilidade política na relação entre os dois países, é um dos temas importantes na agenda regional e torna-se fundamental na ampliação e no aprofundamento da integração política subcontinental.

Figura 28. Conflito Peru versus Equador e seus desdobramentos



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (BONILLA & MOREANO, 2007; BRUNO, 2011; LONG, 2001; MITRE, 2011; MORA, 2008; PÉREZ YOMA, 1999; PINHEIRO, 2007; SERBÍN, 2007; TOVAR PINZÓN, 1999; WAISBERG, 2008).

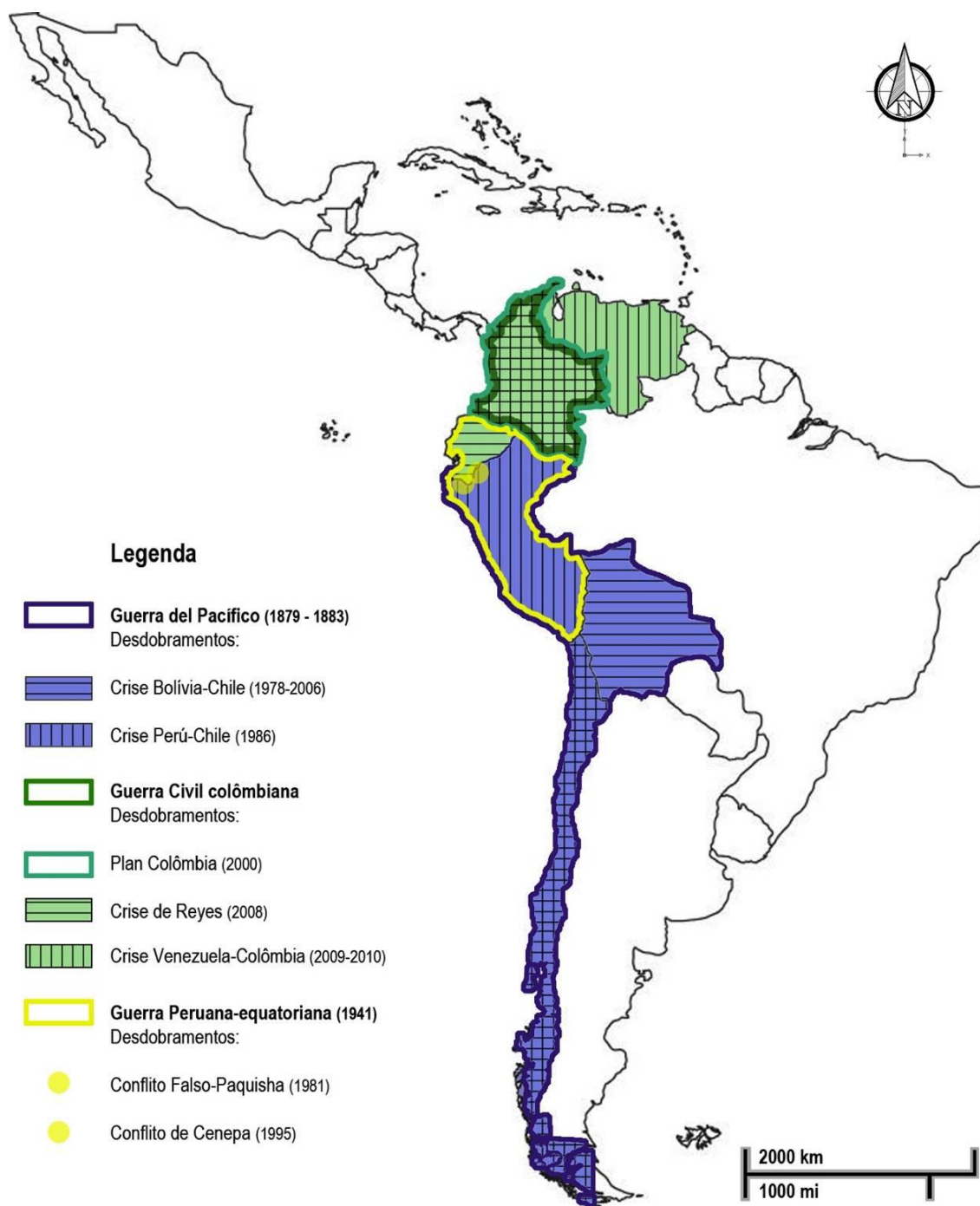
Mais que perdas materiais e ressentimentos, os conflitos intermésticos históricos que marcaram a América do Sul possuem desdobramentos evidentes nos atuais contenciosos e tensões existentes na região. Um exemplo disto é a Guerra do Pacífico.

A guerra civil colombiana, por sua vez, teve como principal consequência a persistência de instabilidade política que se transborda para toda a região. Isto se deve, em partes, ao fato de que o país passou a confundir estratégia de defesa e de segurança, criando uma inter-relação entre segurança nacional e segurança pública. A luta contra o narcotráfico na Colômbia ganha, então, características regionais e envolve questões complexas, tais como o acesso a terra e os fechamentos de fronteiras, especialmente por parte do Brasil, dificultando assim, a classificação da América do Sul como um Complexo Regional de Segurança.

Por outro lado, os conflitos ocorridos ao longo do século XX entre Peru e o Equador, colocam em xeque a tese da não persistência de conflitos clássicos no limiar da Globalização. Nesse sentido, visto que o conflito em Cenepa ocorreu em 1995 e os outros dois em cenários políticos e econômicos internacionais completamente diferentes, evidenciam uma latência conflitiva permanente na relação política entre os dois países, ampliada a partir da sobreposição de acordos bi e multilaterais no subcontinente.

Desta forma, é possível afirmar que diversos contenciosos na atualidade, possuem estreitas relações com conflitos intermésticos históricos, especialmente com a Guerra Civil Colombiana, com a Guerra do Pacífico e com a Guerra Peruana Equatoriana.

Figura 29. Relações diretas entre conflitos na América do Sul



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (BONILLA & MOREANO, 2007; BRUNO, 2011; CASTRO, 2007; LEMOINE, 2011; FRAGA, 2011; LONG, 2001; MITRE, 2011; MORA, 2008; PÉREZ YOMA, 1999; PINHEIRO, 2007; SERBÍN, 2007; TOKATLIAN, 2009; TOVAR PINZÓN, 1999; WAISBERG, 2008; PIERI, 2009).

Em suma, por meio dos quadros dos contenciosos históricos levantados e as consequentes relações entre eles nas atuais configurações de ameaças à paz sul-americana, pode-se afirmar que a efetiva integração do subcontinente esbarra em alguns desses vetores divergentes, os quais são merecedores de um tratamento mais aprofundado por parte dos novos organismos supranacionais que vem se formando na região.

5. A GEOECONOMIA DA CONCORRÊNCIA: os sete pontos divergentes da integração sul-americana

No final do século XX a globalização passa a propiciar o alargamento da comunicação (Santos, 2000), o que proporciona o horizonte de um mercado global, no qual, conforme aponta Harvey (2012), o espaço econômico de competição mudou de forma e de escala no decorrer do tempo. Nesse sentido o processo de “acumulação por espoliação” ganha força em um cenário cuja integração sul-americana é abalada, sobretudo, em função dos efeitos dos “ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro” (HARVEY, 2012, p. 123) nos países da região.

Nesse contexto, os ajustes monetários e cambiais vinculados aos Bancos Centrais de cada país passaram por variações que possuem estreitas relações com os interesses dos diversos agentes financeiros, os quais, ao investirem em determinado país, buscavam saber o quanto vão lucrar em determinado período de tempo. Nesse sentido, os investidores, antes de depositarem dinheiro em um país, passaram a analisar basicamente algumas variáveis, entre as tais: as taxas de juros estipuladas, as reservas do Banco Central e o risco país determinados pelas agências ligadas ao próprio sistema financeiro.

Nessa perspectiva de expansão da influência do sistema financeiro sobre os Estados Nacionais, Harvey (2012) aponta que:

“A hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes dos Estados” (HARVEY, 2012, p. 126).

Portanto, do ponto de vista geoeconômico, a integração sul-americana na atualidade esbarra em diversos fatores inter-relacionados e ligados ao contexto de “financiarização” e a consequente “financeirização” das relações políticas e

econômicas no mundo, especialmente a partir dos anos de 1970, particularmente o ano de 1973 com a adoção do “(...) estilo especulativo e predatório através de valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, destruição de ativos por meio da inflação, dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições (...)” (HARVEY, 2012 p. 123) , 1980, com a onda de *defaults* dos países da região em razão dos enormes déficits nas contas nacionais e 1990 com a abertura econômica e a série de reformas neoliberais pautadas nas drásticas reduções das intervenções dos Estados nas economias internas. Nessa perspectiva, podem-se apontar sete pontos que fragmentam as relações e criam um processo concorrencial entre os países do subcontinente:

- 1) A dependência e a disputa pela atração de capital financeiro, visto que a entrada de capitais financeiros em um país muitas vezes é importante para que o Banco Central cubra, ocasionalmente, o déficit na balança comercial e assim controle, entre outras coisas, o valor da moeda e o consequente índice de preços. Porém, em algumas situações relacionadas à agenda governamental de determinado país e ao contexto internacional, a política macroeconômica se torna algo mais imediatista, por meio do manuseio e da implementação de políticas monetárias que regulam a entrada de ativos na economia. Nesse sentido, pode-se dizer que a taxa de juros, imposta por um país em determinado período de tempo, é um dos principais instrumentos de política macroeconômica, podendo ser considerada uma medida que abarca e influencia, no curto e médio prazo, em todo ciclo de desenvolvimento econômico de um país. Nessa perspectiva, especialmente no caso dos países sul-americanos, em sua maioria sob governos de esquerda, o grande dilema perpassa pelo planejamento de políticas econômicas que busquem e visem alcançar um equilíbrio entre os interesses do capital financeiro – externo - e do capital produtivo – doméstico - responsável pelos empregos registrados, níveis de investimentos e pelo consequente crescimento no nível de consumo por família;

- 2) A crescente similaridade nas pautas de exportação - ampliada pela reprimarização das principais economias da região, muito impactadas por políticas monetárias que privilegiam as altas taxas de juros e o consequente impacto no setor produtivo, decorrente das desacelerações do consumo das famílias e da queda dos investimentos das empresas. Nesse sentido, é importante apontar que foi “nesse contexto de “reprimarização” da economia sul-americana que surgiu o “cisma do Pacífico”, o aparecimento de um novo eixo político-diplomático e econômico no continente, a ‘Aliança do Pacífico” (FIORI, 2013, p.4);
- 3) A dependência do mercado externo, especialmente por meio da busca exportação a países de moedas fortes, pois, como apontado por Egler (2013), “os países da América do Sul estão cada vez mais dependentes das vendas ao mercado externo. A busca por moeda forte faz com que as trocas internas no continente não tenham muito sentido” (EGLER, 2013, p.3);
- 4) As assimetrias entre as economias e a falta de liderança política do Brasil, principal economia da região, fato esse que cria um descompasso no comércio entre os países da região. Segundo Costa (2009), ao tratar especificamente sobre o MERCOSUL, “as assimetrias entre as economias nacionais, podem se revelar pelo fato de que o Brasil foi responsável por mais de 80% das exportações totais do bloco e que esse dinamismo ainda depende em grande parte do comércio bilateral Brasil-Argentina” (COSTA, 2009, p. 4). Porém, ainda segundo Costa (2009), “apesar dessas assimetrias, deve ser assinalado que os últimos relatórios do MERCOSUL apontam que nos últimos anos todos os países do bloco tiveram, em média, mais de 30% de crescimento em seu comércio exterior em geral” (COSTA, 2009, p. 4). Portanto, pode-se afirmar que a busca de liderança do Brasil parte do comércio entre os países da região. Como defendido por Egler (2013), o Brasil exporta minério de ferro, carnes e outros produtos para os países fora da região, por outro lado, tenta fazer com que seus vizinhos comprem seus produtos manufaturados;

- 5) A carência de infraestrutura e de investimentos em ciência tecnologia e inovação é um problema crônico entre os países da região. Segundo Pieri & Santos (2010), algumas das debilidades do desenvolvimento econômico do Brasil que podem ser aplicadas para o caso da América do Sul são “a carência de infraestrutura física, o atraso na formação profissional, educacional e na política de incentivo à inovação, a alta carga tributária e a influência de fatores externos como o aumento da demanda global por *commodities*, especialmente por parte da China” (PIERI & SANTOS, 2010, p.2);
- 6) A diversidade e sobreposição de acordos comerciais, especialmente com atores Extrarregionais, reflexo de todas as instabilidades nas relações entre os países da região;
- 7) E, finalmente, a incipiente integração produtiva em razão de escassos mecanismos de financiamento. Como apontado por Egler (2013), “o BNDES está se transformando em um banco de fomento em escala sul-americana. Ainda não está claro, entretanto, quem vai desempenhar esse papel (de financiamento). É necessário que haja algum mecanismo mais robusto para fazer isso” (EGLER, 2013, p.2).

Os aspectos acima assinalados influenciam a geoeconomia do subcontinente e eles são ora persuasivos do ponto de vista exógeno, com a participação de atores externos, ora dissuasórios na esfera doméstica. Ou seja, no âmbito da influência Extrarregional tornam-se inúmeros os atrativos de parcerias e acordos bilaterais que transcendem a cooperação e ampliação dos laços econômicos entre os países sul-americanos. Essa questão se amplia ainda mais quando os países vizinhos passam a ver os outros como concorrentes na busca por mercados.

Nessa dinâmica, pode-se apontar que a América do Sul encontra-se atualmente dividida entre dois projetos antagônicos de desenvolvimento. Alguns países da região optaram por conformar um eixo mais alinhado aos interesses estadunidenses para o subcontinente, casos da Colômbia, Chile e Peru, que possuem tratados de livre comércio com os EUA e que têm o mercado deste país como o principal destino para suas exportações.

A Aliança do Pacífico⁶⁶, que inclui o México, soma 215 milhões de habitantes e representa o que seria a nona economia mundial e o quinto maior mercado do mundo. Esta Aliança é também uma agrupação estratégica transpácífica, que objetiva, entre outras coisas, fazer um contraponto ao MERCOSUL. Ainda assim, os países membros integram outros esquemas de integração subcontinental muito mais amplos, tais como a UNASUL e a CELAC (PEREIRA, 2013).

Conforme já foi dito, o risco para esta iniciativa é que a opção por alianças desta natureza e pelo aumento de dependência com relação a um único mercado apresenta benefícios bastante limitados e dificilmente é capaz de promover uma mudança na pauta de exportação, que, para os países de economia menos desenvolvida, se limitam a uma série de produtos tradicionais, primários de baixo valor agregado. Esse risco também pode ser discutido no âmbito do MERCOSUL, uma vez que os interesses e as assimetrias econômicas entre os países do bloco sempre surgem no debate sobre os obstáculos ao modelo de integração.

Todavia, pode-se considerar o UNASUL como a principal proposta de integração da América Latina e, diferente do modelo exógeno adotado pelos países da Aliança do Pacífico, parte de uma concepção de que se deve chegar ao crescimento e ao desenvolvimento econômico a partir da ação direta do Estado na economia.

Ao analisar as constantes críticas externas feitas ao MERCOSUL, relacionando com o atual cenário político convergente na região, Martin (2012) coloca que:

⁶⁶ É importante salientar que a Aliança do Pacífico transcende os países latino-americanos apontados, cruzando o Oceano Pacífico no sentido à Ásia e Oceania e agrupando determinados países da Europa como países observadores. Como apontado na página da internet da instituição: *Gracias al interés que este proceso despierta en el mundo, actualmente la Alianza del Pacífico cuenta con cuatro países miembros; 20 países observadores, dos de estos candidatos a convertirse en Estados Miembros y cuatro países interesados en convertirse en Estados Observadores* In: alianzapacifico.net.

O MERCOSUL tem uma experiência de intensificação comercial entre países do Sul. Imagino que isso deva ser alargado; e temos que saber até onde queremos levar o MERCOSUL. É curioso que agora os maiores próceres do MERCOSUL, que diziam que era inevitável, assim como a globalização era inexorável, acham que o bloco está com os dias contados. Bastou que partidos e posições políticas que não são liberais cheguem ao poder para tudo entrar em colapso? Não. Isso será um desafio para os próximos anos, encontrar o equilíbrio entre uma posição nacional de potência para o mundo e uma estratégia regional que possa conviver com os avanços das instituições para facilitar o comércio. Essa seria a perspectiva do bloco meridionalista, algo para os mercados internos. Isso que interessa para a humanidade: uma distribuição justa do poder mundial. Não como é hoje, em que a globalização e o globalismo se voltam apenas para as elites, para o Norte e para as camadas que têm o domínio do dinheiro e do poder (MARTIN, 2012).

A expansão do bloco, com a admissão da Venezuela e as solicitações de adesão da Bolívia e do Equador, ocorre pela primeira vez desde a sua fundação em 1991, expondo assim, um processo de consolidação nas relações políticas e comerciais e de maior aproximação entre os países do Cone Sul com os países denominados de Bolivarianos.

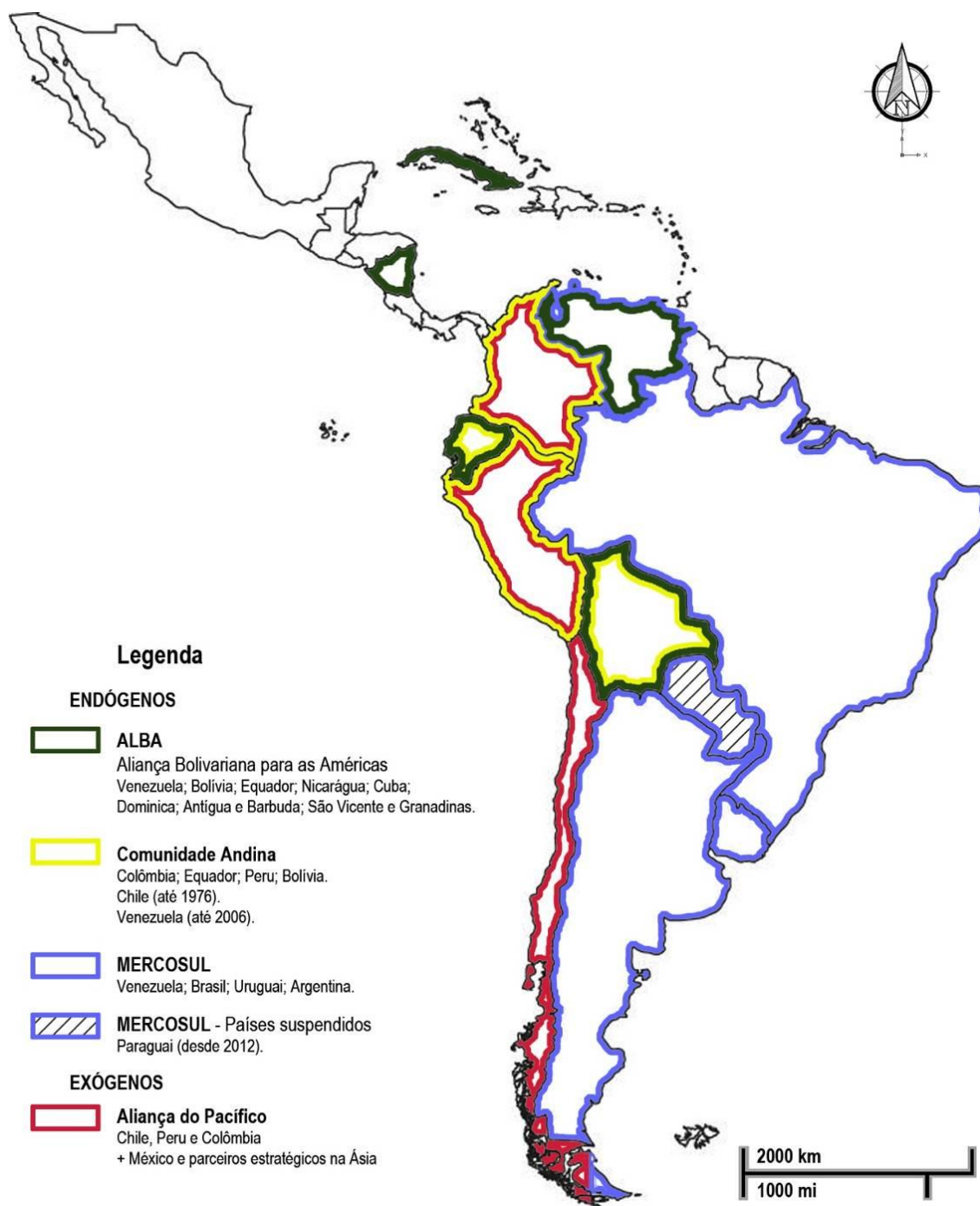
Desta maneira, pode-se dizer que a América do Sul enfrenta na atualidade um embate não apenas econômico, mas também político e ideológico e se encontra dividida entre dois projetos opostos de integração. Por outro lado, a institucionalização de organizações como a CELAC e a UNASUL, que agrupam tanto os países que optaram pelo desenvolvimento associado, quanto pelos países que escolheram o desenvolvimento autônomo, é importante para que a integração da América do Sul e da América Latina ganhe maior dinamismo. Será com a consolidação dessas organizações que se terá clareza do papel que caberá à região executar no complexo cenário internacional.

Além da sobreposição de acordos e da presença de modelos antagônicos, outro tema que surge como um importante desafio à integração sul-americana, especialmente no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL, é a adoção de uma política que aprofunde a complementariedade dos sistemas produtivos dos países membros, melhore a cooperação e fortaleça a indústria dos países de economia menos complexa. Tal política é fundamental para que, efetivamente, se incorpore o objetivo de atenuação da heterogeneidade econômica e produtiva, o que deve

resultar em melhor distribuição do produto da integração, em diminuição das assimetrias e em maior complementariedade entre as economias dos países membros.

Portanto, num esforço de sistematização dos Macrocenários Geoeconômicos na região apontados na figura a seguir, percebe-se claramente a contraposição de acordos econômicos e os movimentos em torno da nova configuração da integração comercial na região. Nesse sentido, é possível apontar os modelos de integração endógenos, que não possuem intervenção externa e, por outro lado, os modelos exógenos de integração, ou seja, vindos e propostos por atores Extrarregionais.

Figura 30. Macrocenários geoeconômicos da integração sul-americana em 2013



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (EGLER, 2013; FIORI, 2013; PEREIRA, 2013; PIERI & SANTOS, 2010; COSTA, 2009; MARTIN, 2012).

A permanência da condição de exportador de matérias primas e de produtos industrializados de baixo valor agregado, como alimentos, têxteis, etc., é um dos fatores que mais dificulta o amplo desenvolvimento das propostas de integração da América do Sul. Isto se deve principalmente ao fato de que muitas vezes os países da região competem entre si com os mesmos produtos, como a soja, o trigo, o milho ou o açúcar de cana e até mesmo por atração de capital volátil advindo do mercado financeiro, uma vez que um eventual déficit na balança comercial geralmente é coberto via sistema financeiro por meio de uma política monetária pautada no aumento das taxas de juros.

Os acordos de livre comércio firmados entre alguns dos países sul-americanos e os Estados Unidos, por sua vez, terminam por vincular as economias mais vulneráveis a uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo, o que geralmente se dá de maneira extremamente assimétrica e dependente.

Ao se analisar a influência geoeconômica de atores Extrarregionais no subcontinente, Egler (2013) aponta que:

As economias tendem a buscar acordos que facilitem a circulação de mercadorias e de capitais. Nesse sentido, a proposta dos Estados Unidos de uma grande zona de livre comércio no Pacífico tem efeitos muito poderosos, inclusive na América do Sul, particularmente no Peru e no Chile, que já estão se integrando a essa iniciativa (...) nesta perspectiva, a Aliança do Pacífico, são forças que não contribuem para o envolvimento das nações sul-americanas (EGLER, 2013, p. 2).

Porém, como apontado na tabela abaixo, do ponto de vista da variação do crescimento do PIB nos últimos doze anos, não se observa grandes diferenças entre os países que possuem Acordos de Livre Comércio com os Estados Unidos e aqueles que priorizaram um modelo de integração endógeno. Todavia, é válido ressaltar que se observou menor variação do PIB de ano para ano, muito em função da atração de capital volátil, em razão das regras financeiras domésticas impostas e da confiabilidade dos agentes econômicos em função da proximidade e dos acordos com os Estados Unidos.

Tabela 8. Evolução do PIB por país sul-americano (2000-2012)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	-80,0%	-4,4%	-10,9%	8,8%	9,0%	9,2%	8,5%	8,7%	6,8%	0,9%	9,2%	9,0%	1,9%
Bolívia	2,5%	1,7%	2,5%	2,7%	4,2%	4,4%	4,8%	4,6%	6,1%	3,4%	4,1%	5,0%	5,2%
Brasil	4,3%	1,3%	2,7%	1,1%	5,7%	3,2%	4,0%	6,1%	5,2%	-0,3%	7,5%	3,0%	0,9%
Chile	4,5%	3,5%	2,2%	4,0%	6,0%	5,5%	4,6%	4,6%	3,0%	-0,9%	6,1%	6,0%	5,5%
Colômbia	4,4%	1,8%	2,5%	3,9%	5,3%	5,0%	7,1%	6,3%	3,5%	1,7%	4,0%	6,0%	4,0%
Equador	1,1%	4,8%	3,4%	3,3%	8,8%	5,7%	4,8%	2,0%	7,2%	0,4%	3,6%	8,0%	5,0%
Guiana	-1,4%	2,3%	1,1%	-0,7%	1,6%	-1,9%	5,1%	7,0%	2,0%	3,3%	4,4%	4,2%	3,3%
Paraguai	-2,3%	2,1%	0,0%	3,8%	4,1%	2,9%	4,3%	6,8%	5,8%	-3,8%	15,0%	4,0%	-1,2%
Peru	3,0%	0,2%	5,0%	4,0%	5,0%	6,8%	7,7%	8,9%	9,8%	0,9%	8,8%	7,0%	6,3%
Suriname	-0,1%	4,5%	2,8%	6,3%	8,5%	4,4%	3,8%	5,2%	4,1%	3,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Uruguai	-1,9%	-3,5%	-7,1%	2,3%	4,6%	6,8%	4,3%	7,5%	7,2%	2,4%	8,9%	6,0%	3,8%
Venezuela	3,7%	3,4%	-8,9%	-7,8%	18,3%	10,3%	9,9%	8,2%	5,3%	-3,2%	-1,5%	4,0%	5,5%

FONTE: PIERI, a partir de dados do FMI e Banco Mundial

Como complemento aos temas analisados até então, a tabela a seguir busca sistematizar e demonstrar alguns aspectos, que dificultam a integração do ponto de vista geoeconômico, tais como, as assimetrias econômicas medidas principalmente por meio do PIB, a competição na pauta de exportação, a dependência do capital financeiro e a diversidade de acordos comerciais sobrepostos.

Tabela 9. Os vetores geoeconômicos divergentes à integração na América do Sul para o ano de 2013

Países	PIB*	Principais Produtos da Pauta de Exportação*	Dívida Pública (porcentagem do PIB)*	Principais Acordos Comerciais**
Argentina	US\$ 755,3 bilhões (2012)	Agricultura (9,1%) - Principais: sementes de girassol, limão, soja, uva, milho, tabaco, amendoim, chá, trigo, gado. Indústria (30,5%) - Principais: comida processada, motor de veículos, bens de consumo durável, têxteis, químicos e petroquímicos, aço.	43,6% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Mercosul (1991); Acordos de Livre Comércio: Mercosul-Israel (2007), Mercosul-Peru (2005), Mercosul-Bolívia (1996), Mercosul-Chile (1996); Acordos de Alcance Parcial: Mercosul-Índia (2004), Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (2004), Uruguai, setor automotor (2003), Mercosul-México, setor automotor (2002), Mercosul-México (2002), Paraguai (1992), Chile (1991), Brasil (1990), México (1986).
Bolívia	US\$ 56,14 bilhões (2012)	Agricultura (9,6%) - Principais: soja, café, coca, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz, batata, castanha, madeira. Indústria (38,3%) : minérios, metais, petróleo, comidas e bebidas, tabaco, artesanato, vestimentas e jóias.	34,6% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Comunidade Andina (1969); Acordos de Livre Comércio: México (2010) e Mercosul (1996); Acordos de Alcance Parcial: Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (2004) e Chile (1993)
Brasil	US\$ 2.394 trilhões (2012)	Agricultura (5,2%) - Principais: café, soja, trigo, arroz, milho, cana-de-açúcar, cacau, suco de laranja, carne bovina. Indústria (26,3%) - Principais: têxteis, calçados, químicos, cimento, madeira serrada, minério de ferro, alumínio, aço, aeronaves, motor de veículos e autopartes, outros maquinários e equipamentos.	58,8% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Mercosul (1991); Acordos de Livre Comércio: Mercosul-Israel (2007), Mercosul-Peru (2005), Mercosul-Bolívia (1996), Mercosul-Chile (1996); Acordos de Alcance Parcial: Suriname (2005), Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (2004), Mercosul-Índia (2004), Mercosul-México, setor automotor (2002), México (2002), Guiana (2001), Argentina (1990), Uruguai (1986).
Chile	US\$ 325,8 bilhões (2012)	Agricultura (3,6%) - Principais: uva, maçã, pera, cebola, trigo, milho, aveia, pêssego, alho, aspargos, feijão, carne bovina, aves, lã, peixes, madeira. Indústria (36%) - Principais: cobre, lítio, outros minerais, gêneros alimentícios, peixes processados, ferro e aço, madeira e produtos de madeira, equipamentos de transporte, cimento, têxteis.	11,9% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); Acordos de Livre Comércio: Malásia (2010), Turquia (2009), Austrália (2008), Japão (2007), Colômbia (2006), Peru (2006), Panamá (2006), China (2005), Associação Europeia de Livre Comércio-AELC (2003), Estados Unidos (2003), Coreia do Sul (2003), Chile-América Central - Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras (1999), México (1998), Canadá (1996), Mercosul (1996); Acordos de Associação Econômica: P-4 - Brunei, Nova Zelândia, Cingapura (2005), União Europeia (2002); Acordos de Alcance Parcial: Equador (2008), Índia (2006), Peru (1998), Colômbia (1993), Bolívia (1993), Venezuela (1993), Argentina (1991).
Colômbia	US\$ 511,1 bilhões (2012)	Agricultura (6,5%) - Principais: café, flores, bananas, arroz, tabaco, milho, cana-de-açúcar, cacau, óleo vegetal, vegetais, camarão. Indústria (37,5%) : Têxteis, alimentos processados, roupas e calçados, petróleo, bebidas, químicos, cimento, ouro, carvão, esmeraldas.	40,6% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Comunidade Andina (1969); Acordos de Livre Comércio: União Europeia (2012), Associação Europeia de Livre Comércio - AELC (2008), Canadá (2008), Triângulo do Norte - El Salvador, Guatemala e Honduras (2007), Chile (2006), Estados Unidos (2006), México (1994); Acordos de Alcance Parcial: Venezuela (2011), Mercosul-Ecuador e Venezuela (2004), CARICOM (1994), Panamá (1993), Costa Rica (1984) e Nicarágua (1984).
Equador	US\$ 155,8 bilhões (2012)	Agricultura (5,9%) - Principais: banana, café, cacau, açúcar de cana, carne bovina, carne de cordeiro, carne suína, peixes, camarão, madeira balsa. Indústria (35,6%) - Principais: petróleo, comida processada, têxteis, produtos de madeira, químicos	20,9% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1996); União Aduaneira: Comunidade Andina (1969); Acordos de Alcance Parcial: Guatemala (2011), Chile (2008), Mercosul-Colômbia-Venezuela (2004), México (1993)
Guiana	US\$ 6,256 bilhões (2012)	Agricultura (20%) - Principais: açúcar de cana, arroz, óleos comestíveis, carne bovina, carne suína, aves domésticas, camarão, peixes. Indústria (34,8%) - Principais: produtos a base de madeira, bauxita e ouro, açúcar orgânico, têxteis.	66,1% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: CARICOM (1973); Acordos de Livre Comércio: CARICOM-Costa Rica (2004), CARICOM-Rep. Dominicana (1998); Acordos de Associação Econômica: CARIFORUM-Comunidade Europeia (2008); Acordos de Alcance Parcial: Brasil (2001), CARICOM-Venezuela (1994), CARICOM-Venezuela (1992), Venezuela (1990)
Paraguai	US\$ 41,55 bilhões (2012)	Agricultura (15,9%) - Principais: algodão, açúcar de cana, soja, milho, tabaco, frutas, vegetais, carne bovina, carne suína, leite, madeira. Indústria (17,3%) - Principais: açúcar orgânico, cimento, têxteis, bebidas, produtos de madeira, aço, energia elétrica	14,1% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Mercosul (1991); Acordos de Livre Comércio: Mercosul-Israel (2007), Mercosul-Peru (2005), Mercosul-Bolívia (1996), Mercosul-Chile (1996); Acordos de Alcance Parcial: Mercosul-Colômbia-Ecuador-Venezuela (2004), Mercosul-Índia (2004), Mercosul-México, setor automotor (2002), Mercosul-México (2002), México (1993), Argentina (1993)

(continuação)

Peru	US\$ 332 bilhões (2012)	Agricultura (6,4%) - Principais: aspargo, café, cacau, algodão, açúcar de cana, arroz, batata, milho, frutas, coca, tomates, carnes suína e bovina, peixes. Indústria (36,3%) - Principais: minérios, aço, metais, petróleo, gás natural, peixes processados, cimento, vidros, têxteis, roupas, alimentos processados, cerveja, refrigerantes, maquinários, maquinários elétricos, químicos.	16,6% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Comunidade Andina (1969); Acordos de Livre Comércio: União Europeia (2012), Costa Rica (2011), Coreia do Sul (2011), Japão (2011), Panamá (2011), México (2011), Associação Europeia de Livre Comércio-AELC (2010), China (2009), Canadá (2008), Cingapura (2008), Chile (2006), Estados Unidos (2006), Mercosul-Peru (2005), Tailândia (2005); Acordo de Alcance Parcial: Chile (1998)
Suriname	US\$ 6,874 bilhões (2012)	Agricultura (8%) - Principais: Alumínio, ouro, petróleo cru, madeira serrada, camarões, peixes, arroz, bananas. Indústria (14%) - Principais: produtos relacionados à mineração, processamento de alimentos, pesca e óleos.	19,7% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: CARICOM (1979); Acordos de Livre Comércio: CARICOM-Rep. Dominicana (1998); Acordos de Alcance Parcial: CARICOM-Venezuela (1992)
Uruguai	US\$ 54,67 bilhões (2012)	Agricultura (8,2%) - Principais: soja, arroz, trigo, carne bovina, peixes, madeiras, celulose. Indústria (21,6%) - Produtos: comida processada, maquinário elétrico, equipamentos de transporte, têxteis, químicos, bebidas.	58,5% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Mercosul (1991); Acordos de Livre Comércio: Mercosul-Israel (2007), Mercosul-Peru (2005), México (2003), Mercosul-Bolívia (1996), Mercosul-Chile (1996); Acordos de Alcance Parcial: Mercosul-Colômbia-Ecuador-Venezuela (2004), Mercosul-Índia (2004), Argentina, setor automotor (2003), Mercosul-México, setor automotor (2002), Equador (1994), Brasil (1986)
Venezuela	US\$ 408,5 bilhões (2012)	Agricultura (3,7%) - Principais: milho, sorgo, açúcar de cana, arroz, banana, vegetais, café, carne bovina, carne suína, leite, ovos, peixes. Indústria (35,5%) - Principais: petróleo, materiais de construção, comida processada, têxteis, ferro, aço, alumínio, produtos químicos, papel e celulose.	26,8% (2012)	Acordos Multilaterais: OMC (1995); União Aduaneira: Mercosul (2005); Acordos de Alcance Parcial: Colômbia (2011), Mercosul-Colômbia-Ecuador (2004), Chile (1993), CARICOM-Venezuela (1992), Guiana (1990), Trinidad e Tobago (1989), Nicarágua (1986), Costa Rica (1986), El Salvador (1986), Honduras (1986), Guatemala (1985)

FONTE: PIERI, a partir de dados de *The World Factbook* (CIA) e do *Sistema de Información sobre Comercio Exterior* (Organização dos Estados Americanos – OEA, SEDI, DDECT), 2013.

Pode-se dizer que a dependência e a disputa pela atração de capital financeiro expressa na coluna da porcentagem do PIB frente à dívida pública; a similaridade nas pautas de exportação exposta na coluna referente ao tema; a dependência do mercado externo, em função da similaridade da pauta de exportação; as assimetrias entre as economias dos países sul-americanos indicada na coluna do Produto Interno Bruto; a diversidade de acordos comerciais sobrepostos como apresentado na coluna de acordos comerciais; a carência de infraestrutura e de investimentos em ciência tecnologia e inovação; e finalmente, a incipiente integração produtiva em razão de escassos mecanismos de financiamento, são os principais obstáculos, do ponto de vista da geoeconomia, à integração sul-americana, tornando-a, assim, uma região mais vulnerável à intervenção externa, quer seja do ponto de vista da presença política, quer seja por meio da presença comercial e financeiro-especulativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo feito nesta tese demonstrou que a integração sul-americana apresenta diversos dilemas, especialmente de ordem geo-histórica e geoeconômica e algumas potencialidades, principalmente no que tange à segurança e defesa das reservas de recursos naturais estratégicos, as quais surgem como vetores convergentes em todo o processo.

Percebeu-se que os países da América do Sul não foram capazes de chegar a soluções, a ponto de atender aos interesses da maioria dos atores envolvidos em conflitos intermésticos no subcontinente. Nesse sentido, as negociações que se estabeleceram não lograram, muitas vezes, impedir que os ressentimentos e as tensões persistissem. Desta forma, enfrentamentos como os da Guerra do Pacífico, a Guerra Peruano-Equatoriana e a Guerra Civil colombiana terminaram por desdobrar-se em uma série de outros conflitos e em relações hostis entre os atores envolvidos nos devidos contenciosos.

Outro agravante, em parte resultado de todo esse contexto da integração subcontinental, é que diferentes propostas de integração regional, muitas delas antagônicas do ponto de vista ideológico, ocorrem paralelamente e simultaneamente na América do Sul, evidenciando, assim, os mais diversos interesses geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos em disputa na região.

Nesse cenário de incertezas e de conflitividades, as potências centrais utilizam de diferentes estratégias para manterem o *status quo* da ordem internacional. Estas estratégias, na América do Sul, podem ser confirmadas, especialmente, pela presença física no subcontinente como no caso da Guiana Francesa, das ilhas Malvinas e do Plano Colômbia; pela busca do domínio e do controle sobre a bacia do Pacífico e do Atlântico, com a reativação da IV Frota; pela tentativa de isolar movimentos políticos insurgentes e antissistêmicos que se desenvolvem na região, a exemplo “de um programa secreto da CIA que ajudou o Governo colombiano a matar vinte líderes da FARC” (Editorial, La Nación, 23/12/2013, tn.); e por diversos acordos bilaterais em âmbito comercial, a exemplo

das Áreas de Livre Comércio entre os Estados Unidos com o Chile, com o Peru e com a Colômbia, que contribui significativamente com a implementação da Aliança do Pacífico, a qual cumpre um importante papel de fragmentar as forças políticas na região.

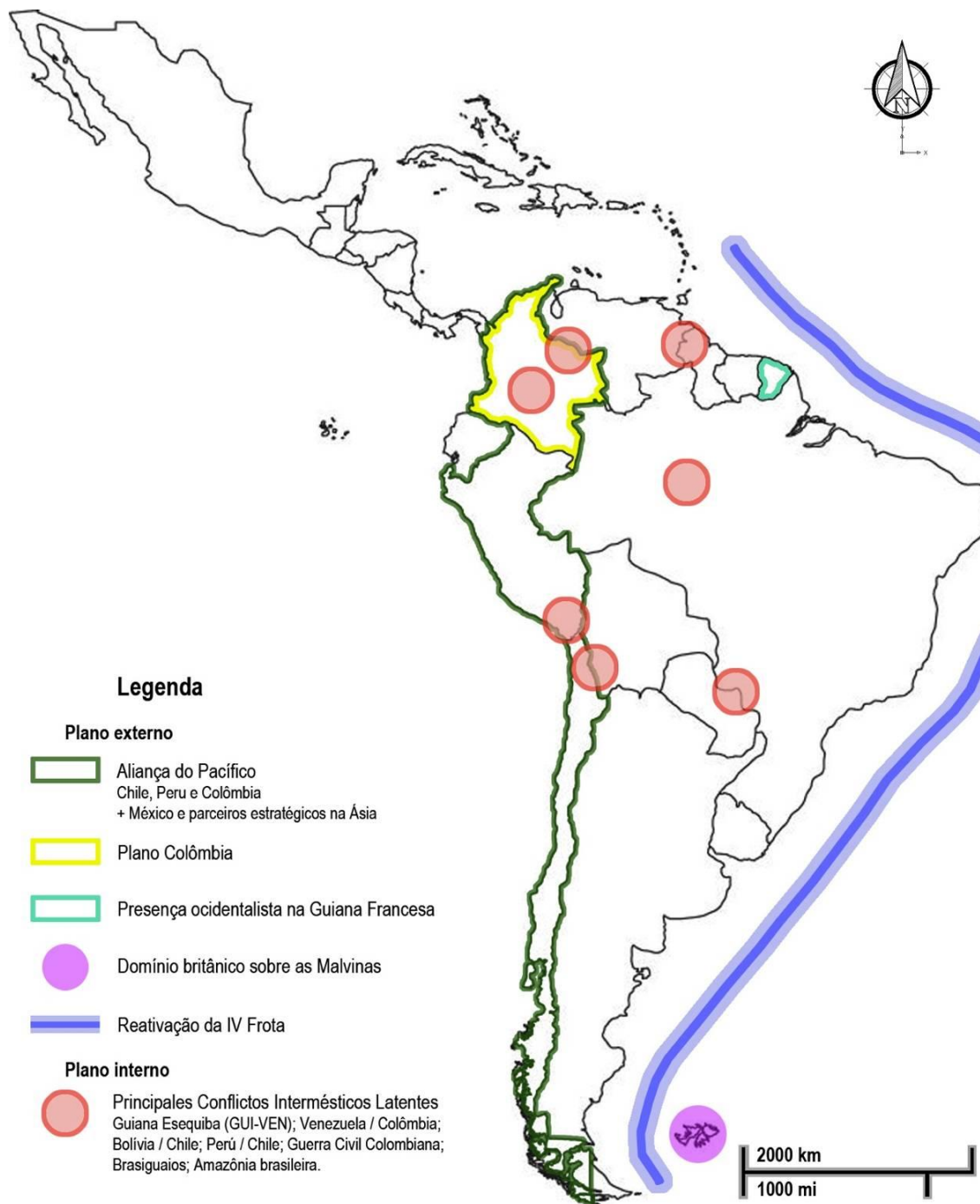
A reativação da IV Frota, a presença militar das grandes potências em território colombiano, nas Ilhas Malvinas e na Guiana Francesa representam um esforço para limitar a expansão de potências médias na região do Atlântico, tratando de conter o surgimento de novos atores capazes de alterar a correlação de forças que marca o cenário internacional.

Nesse contexto, é possível apontar no plano interno que os conflitos intermésticos latentes surgem como importantes obstáculos à integração regional. Por outro lado, no plano externo, a presença física ou por meio de acordos multilaterais, de atores Extrarregionais na América do Sul, ao mesmo tempo em que cria um clima de desconfiança entre os países sul-americanos, os unem em torno da defesa e segurança dos ativos estratégicos comuns. Nesse sentido, movimentos em torno da integração política em escala subcontinental saem favorecidos.

É, então, fundamental, para a ampliação e aprofundamento da integração sul-americana, além da busca da correção das assimetrias sócio-econômico-territoriais, o reconhecimento de que os conflitos intermésticos latentes criam um clima de desconfiança e inimizade com sérias repercussões nas relações bilaterais e multilaterais em âmbito regional. Esse cenário se torna ainda mais complexo e de difícil resolução, quando analisado a partir da ótica dos macrocenários geopolíticos da integração sul-americana, na figura a seguir, a qual, busca apontar, além dos contenciosos intermésticos na região, a influência geoeconômica e a presença física e ideológica de atores Extrarregionais ocidentalistas⁶⁷ no subcontinente.

⁶⁷ Segundo André Martin (2013), “nenhuma potência consegue se afirmar sem uma ideologia definidora de sua posição no mundo. As duas ideologias geopolíticas hoje dominantes são o “ocidentalismo” e o “eurasianismo” que expressam visões a partir do norte. Martin defende a opção do Brasil pelo “meridionalismo”, que ele defende como uma maneira de entender os problemas do mundo com os olhos do sul”.

Figura 31. Do Atlântico ao Pacífico: os macrocenários geopolíticos da integração sul-americana na atualidade



FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (PENHA, 2010; SERBIN, 2007; MELLO, 1996; TOKATLIAN & BARRERA, 1991; MARES, 2008; MEDEIROS&SARAIVA, 2009; ADENTE-BRUN, 2012; MOLINA, 2008; PERREAULT, 2006; BEBBINGTON, 2009; LAUERMANN, 2008; BATTAGLINO, 2009; DOMINGUEZ, 2012; PIERI&SENHORAS, 2010; BONILLA & MOREANO,

2007; BRUNO, 2011; CASTRO, 2007; LEMOINE, 2011; FRAGA, 2011; LONG, 2001; MITRE, 2011; MORA, 2008; PÉREZ YOMA, 1999; PINHEIRO, 2007; SERBÍN, 2007; TOKATLIAN, 2009).

No esforço em sistematizar a dinâmica regional a partir de três macro-conceitos basilares, pode-se resumir que a integração sul-americana, como apontado na tabela a seguir, se caracteriza por movimentos geopolíticos dissuasórios de origem exógena, a exemplo do Plano Colômbia, com agravantes no âmbito interno por meio dos conflitos intermésticos latentes; por movimentos geoestratégicos endógenos, caracterizados pela contenção da presença e influência de atores externos apoiados na questão da defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns, a exemplo da União das Nações Sul-Americanas e no Conselho de Defesa Sul-Americano e, finalmente, os movimentos geoeconômicos persuasivos e agregador em âmbito interno, como o MERCOSUL, e outros movimentos dissuasivos e fragmentadores, como a Aliança do Pacífico.

Quadro 2. Geopolítica, geoestratégia e geoeconomia da integração sul-americana na atualidade

Macro-conceitos basilares	Movimentos Estratégicos não coercivos	Efeitos em Acordos de Integração ou em bilaterais	Processos/Vetores convergentes e divergentes
Geopolítica	Dissuasão	Plano Colômbia (exógeno)	Conflitos Intermésticos Latentes
Geoestratégia	Contenção	UNASUL (CDS/Cosiplan)	Defesa Conjunta dos Ativos Estratégicos Comuns. Integração Física.
Geoeconomia	Persuasão Dissuasão	MERCOSUL. COMUNIDADE ANDINA. ALBA. ALIANÇA DO PACÍFICO.	(ALC) Livre Comércio com os EUA. Assimetrias Econômicas em âmbito subcontinental. Atração de Capital Financeiro. Similaridades nas pautas de exportação.

FONTE: PIERI, a partir de diversas fontes (EGLER, 2013; FIORI, 2013; MARTIN, 2012; MELLO, 1996).

Enfim, à guisa de conclusão, esta tese buscou apontar claramente alguns fenômenos geoestratégicos e geoeconômicos em torno da recente integração sul-americana. Devem ser ressaltados:

- 1) Há um paradoxo entre as eleições de governos progressistas no início dos anos 2000 e os conflitos resultantes desse novo cenário político regional;
- 2) A principal proposta da UNASUL foi dar uma resposta à ordem internacional configurada no início da década dos 2000 e à decadência do modelo neoliberal. Nessa perspectiva, a integração sul-americana é

realmente pautada, acima de tudo, na preocupação com securitização e consequente defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns;

- 3) Do ponto de vista geoeconômico, os países da região se caracterizam por similaridades nas pautas de exportação, por escassos mecanismos de financiamentos, por enormes assimetrias econômicas domésticas e em nível subcontinental, pela grande dependência do capital financeiro e pela sobreposição de acordos bilaterais e multilaterais, fatores esses que impactam no aprofundamento da integração sul-americana;
- 4) Existem fatores e modelos políticos, ideológicos, territoriais e econômicos endógenos e exógenos que competem entre si e surgem como vetores convergentes ou divergentes ao processo de integração regional;
- 5) A persistência de conflitos clássicos latentes na região demonstra que esses tipos de contenciosos continuam a existir, rompendo assim com a perspectiva liberal das relações internacionais, que defende a tese de que os conflitos clássicos no mundo foram superados com o limiar da globalização, como afirmado frequentemente por autores como Keohane, Nye e Monica Herz;
- 6) Os conflitos intermésticos latentes expressam os reais padrões históricos de amizade e inimizade entre os países da América do Sul, surgindo, assim, como um dos principais obstáculos à integração regional e consequentemente à segurança e a cooperação entre os países do subcontinente. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que existem relações diretas entre alguns dos contenciosos que acabam por se desdobrar em outros. Portanto, é impossível aprofundar a integração sem resolver os contenciosos intermésticos latentes;
- 7) A América do Sul não se caracteriza como uma comunidade regional de segurança, pois isso requer algumas prerrogativas inexistentes, tais como Multilateralismo a partir de personalidade jurídica; desmilitarização de fronteiras; planejamento estratégico; linguagem comunitária para

definições de ameaça; e identidade no tratamento das questões relacionadas à estabilidade regional.

Por fim, sem a pretensão de finalizar com uma perspectiva otimista ou pessimista sobre a integração sul-americana, pode-se dizer que as revelações apontadas nessa tese, contribuem fundamentalmente para o entendimento de alguns importantes processos e fenômenos decorrentes das relações geo-históricas internas e geo-ideológicas entre os países sul-americanos com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENTE-BRUN, D. Paraguay: crecimiento económico, conflicto social e incertidumbre política. *Revista de Ciencia Política*. Santiago: v-32, nº1, 2012.

ADAMS, G. *A look inside the Shinning Path*. Foreign Policy. 2 de setembro de 2011. In: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2008/02/18/>

Atlas de Le Monde Diplomatique. *Conflictos entre Estados y Guerras civiles*. Edición Cono Sur, 2006, p. 40-41.

ALEIXO, J. C. B. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 43, n. 2. Brasília, julho-dezembro, 2000.

AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construída hegemonia. São Paulo: Unesp, 2002.

AYOOB, M. *The third world securit predicament: State making, regional conflict, and the international system*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BATTAGLINO, J. O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. *Revista Nueva Sociedad*, dezembro de 2009. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-6_1.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

BEBBINGTON, A, & BEBBINGTON, D. H. *Actores y ambientalismos: conflictos socio-ambientales en Peru*. Íconos: Revista de Ciências Sociais. La Rioja: nº 35, 2009. p.117-128.

BETHELL, Leslie. História de América Latina - 1. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BONILLA, A.; MOREANO, H. Conflicto Internacional y prevención en los Andes. In: SERBÍN, A. (Org.), *Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe*. Barcelona: Icaria, 2007.

BRUNO, S. *Ignorados pelo governo Uribe, neoparamilitares ampliam domínio territorial e aterrorizam a Colômbia*, 2011. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/>. Acesso em 23 de outubro de 2011.

BUENO, G. España y América. Disponível em: <http://www.filosofia.org/aut/gbm/2001eya.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

BUZAN, B. *People, states & fears: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

_____; et al. *Security: a new framework for analysis*. Londres: Lynne Rienner publishers, 1998.

_____; WAEVER, O. *Regions and Powers: the structure of International security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 48, p. 178-213, 2005.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CALLE, F. *Entrevista con Fabián Calle, Centro Argentino de Estudios Internacionales*, 2010. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/entrevista/calle.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2011.

CASTRO, L. F. M. *Novos movimentos paramilitares na Colômbia*. Belo Horizonte: Cenário Internacional – PUC-MG, 2007.

CAVLAK, I. *A política externa brasileira e a Argentina peronista: 1946-1955*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

_____. A ALALC como auge da integração sul-americana no século XX. *Revista História: debates e tendências*. Vol. 12, n. 01, p. 38-59, 2012.

CENTENO, M. A. *Blood and Debt: War and the Nation-State en Latin America*. Pennsylvania State University, 2002.

CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: ONU, 2012.

CEPIK, M. *Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural*. Rio de Janeiro: OPSA/IUERJ, N° 9, 2005.

CERVO, A. L. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. *Revista São Paulo em perspectiva*. São Palo: v-15, nº4, outubro –dezembro, 2001.

CORREA, R. Entrevista a Rafael Correa por Ignacio Ramonet. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, ano 4, Nº 42, 2010.

COSTA, W.M. O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e o desafio da integração. In: OLIVEIRA, E. R. (ed.). *Segurança & Defesa Nacional: Da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial, 2007, pp. 101-128.

_____. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Revista Franco Brasileira de Geografia*. Nº 7, 2009. In: <http://confins.revues.org/6107>

DE PAULA, G. La Evolución del conflicto por recursos: un análisis desde los tiempos de la colonia hasta el presente en América del Sur. Programa de Estudios: Recursos Naturales & Desarrollo. Working Paper Nº 3. CAEI. Disponível em: www.caei.com.ar. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

DOMÍNGUEZ, J. I. Seguridad, paz y democracia en América Latina y el Caribe. In: *Seguridad Internacional, paz y democracia en el Cono Sur*. Santiago: Flacso-Chile, 1998.

_____. *Conflictos territoriales y democracia en América Latina*. Ed. Universidad de Belgrano. Buenos Aires, 2012

DONGHI, T. H. *História contemporânea de América Latina*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2008.

EGLER, C. O sonho da integração. São Paulo: SESC. Artigos Online 12/11/2013. In: http://www.sescsp.org.br/online/artigo/7153_O+SONHO+DA+INTEGRACAO.

_____. MERCOSUL: um território em construção? Revista Ciência e Cultura. V-58, nº 1. 2006

EISSA, S. G. *Hielos Continentales: Las variables internas en la política exterior argentina*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, FLACSO, Argentina, 2005.

ELIZONDO, S. *Una aproximación al debate sobre los modelos de seguridad: su importancia para la región*. Buenos Aires: Estado Mayor Conjunto de las FFAA Argentinas, 2006.

ESCORREGA, L. C. F. Da importância geopolítica e geoestratégica dos Açores no actual contexto estratégico. Lisboa: Revista Militar, fevereiro-março, 2010.

FAJARDO, J. M. C. Acordo Tripartite Itaipu-Corpus : ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2004.

FERREIRA, O. S. Nossa América: Indoamérica. São Paulo: Edusp, 1971.

_____. A crise na política externa: autonomia ou subordinação? Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

FLEMES, D.; NOLTE, D.; WEHNER, L. *Una comunidad de seguridad regional en formación: la UNASUR y su Consejo de Defensa*. Revista Estudios Internacionales (Universidad de Chile), n. 170, 2011, p. 105-127.

FRAGA, R. *Los conflictos fronterizos en América del Sur*, 2008. Disponível em: www.nuevamayoria.com. Acesso em 13 de julho de 2011.

FIORI, J. L. O Brasil e seu 'entorno estratégico' na primeira década do século XXI. Boletim Eletrônico Carta Maior, 24/05/2013. Em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Brasil-e-seu-%27entorno-estrategico%27-na-primeira-decada-do-seculo-XXI/4/28080>

FUENTES, C. *Fronteras Calientes. Foreign Affairs Latinoamérica*, vol. 8, Nº 3, 2008.

GARTEKE, E.; GLEDITSCH, K. *Balancing, Bandwagoning, Bargaining, and war, 2002*. Disponível em: www.essex.ac.uk. Acesso em 18 de outubro de 2011.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. São Paulo: Contraponto, 2005.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006.

HALL, D. C. *Goeconomic time and global warming: renewable energy and conservation policy*. *International Journal of Social Economics*, v. 23, n. 4/5/6, p. 64-87, 1996.

HARVEY, D. O novo imperialismo. Loyola,: São Paulo, 2012.

HAYA DE LA TORRE, V. R. *Obras Completas*, v.1. Lima: Mejia Baca, 1985.

HIRST, M. *Seguridad en América del Sur: Dimensión regional y sus desafíos políticos*. In: LAGOS, R. (Org.), *América Latina: ¿Integración o fragmentación?* Buenos Aires: Edhasa, 2008, pp. 419-458.

Informe Mundial sobre las drogas de la ONU, UNODC, 2009. Disponível em: <http://www.interpol.int/Public/Drugs/cocaine/defaultEs.asp>. Acesso em 03 de dezembro de 2011.

INGENIEROS, J. *Los tiempos nuevos*. Buenos Aires: Elmer, 1956.

KATZ, C. *El rediseño de América Latina: ALCA, Mercosur y ALBA*. Caracas: El Perro y la Rana, 2007.

KEOHANE, R. & NYE, J. *Power and interdependence*. Boston: Pearson, 2011.

KHALIL, S. M. & PIERI, V. S. G. Os acordos migratórios no MERCOSUL e os brasiguaios: solução para o problema? *Boletim Meridiano* 47. Brasília: v-10, nº109, 2009.

LEMOINE, M. *Les paysans des Andes, otages et victimes- Cultures illicites, narcotrafic et guerre en Colombie*. *Le Monde Diplomatique*, 2001. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2001/01/LEMOINE/14639>. Acesso em 03 de dezembro de 2011.

LIMA, M. R. S.; COUTINHO, M. V. *Integração Moderna. Análise de Conjuntura OPSA/IUPERJ*, Nº 1, 2006.

LONG, G. *Con el pretexto de la droga... la nueva cruzada de los EEUU en América Latina*. Quito: Sur Editores, 2001.

MAIEROVITCH, V. F. Lula e Lugo contra o crime organizado. *Revista Carta Capital*, Nº 12, 2010.

MANNING, B. *The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: Three Proposal*, Foreign Affairs, 1977. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/27035/bayless-manning/the-congress-the-executive-and-intermestic-affairs-three-proposals>. Acesso em 14 de novembro de 2011.

MARES, D. R. *Los temas tradicionales y la agenda latinoamericana*. *Foreign Affairs Latinoamérica*, vol. 8, Nº 3, 2008, pp.1-10.

MARQUES, A. A. Concepções Estratégicas Brasileiras no Contexto Internacional do Pós-Guerra Fria. *Revista de Sociologia e Política*, Nº 20, 2003.

MARTÍ, J. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.

MARTIN, A. Sopa de letrinhas: Alba, Alca, MERCOSUL, UNASUL, Can... Para onde vai a Integração Latino-americana?. In: Arroyo, M. & Zusman (ORG), P. Argentina e Brasil: Possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial. HUMANITAS / Capes – FILO, UBA, São Paulo, 2010.

_____. Entrevista à Revista Fórum, Fevereiro de 2012. In: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/uma-nova-estrategia-sul-sul-2/>

_____. Meridionalismo, Eurasianismo e Ocidentalismo. apud PESCE, E. O Brasil no contexto estratégico do Hemisfério Sul. Monitor Mercantil. In: <http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=125529&Categoria=OPINI%C3%83O>. 03/01/2013.

MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTINS, R. F. Geopolítica e geoestratégia : o que são e para que servem. In: *Revista Nação e Defesa*. Lisboa, Ano 21; Nº 78 (Abril-Junho 1996).

MEDEIROS FILHO, O. Entre a cooperação e a dissuasão: dilemas na construção de uma comunidade regional de segurança na América do Sul sob a perspectiva militar. In: SENHORAS, E. M.; GEHRE, T. *Novas Proposições em Relações Internacionais: Regiões em um mundo fragmentado*. Boa Vista: EdUFRR, 2010.

MEDEIROS, M. A.; SARAIVA, M. G. *Os atores subnacionais no MERCOSUL: o caso das Papeleras*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, N° 78, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300007&lang=pt. Disponível em 12 de julho de 2011.

MELLO, L. I. A. *Argentina-Brasil: balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Anna Blumme, 1996.

_____. *As várias faces da Amazônia em tempos de globalização*. São Paulo: Nossa América, 2008, pp. 39-46.

_____. Mapa produzido em 2007- Apresentado em conferência ministrada no IV *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa*. Brasília, 2010.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

MITRE, A. *Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina*. Disponível em: www.plataformademocratica.org. Acesso em 09 de julho de 2011.

MOLINA, F. *Bolívia: la geografía de un conflicto*. *Revista Nueva Sociedad*. Buenos Aires: n° 18, noviembre-diciembre, 2008.

MONIZ BANDEIRA, L. A. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio C. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORA, M. R. *La casa Gibbs y el monopolio salitrero peruano: 1876-1878*. Santiago: História, 2008.

MUHR, T. *Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a13v36n2.pdf>.

NYE JR. J. S. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Ed. Gente, 2009.

_____. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011.

ONUKEI, J. O Brasil e a construção do MERCOSUL. In: ALTEMANI, H; LESSA, A. C. (Org.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORTIZ, P. *Capitalismo extractivo, minería y derecho: pueden cohabitar?* Íconos: Revista de Ciências Sociais. La Rioja: n° 39, 2011. p.11-23.

PAGLIARI, G. C. Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-guerra fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.

_____. *O Brasil e a segurança na América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009.

PENNAFORTE, C. Movimentos Antissistêmicos no Sistema Mundo Contemporâneo: o caso venezuelano. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2013.

PENHA, E. A. Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. Salvador, EDUFBA, 2011.

PEREIRA, L. V. A nova ordem de regionalismo: uma reflexão sobre a agenda brasileira. Revista Mural Internacional. Rio de Janeiro: ano 4, n° 1, junho de 2013.

PÉREZ YOMA, E. La defensa nacional de Chile y la globalización. Fasoc, año XIV, N° 4, 1999.

PERREAULT, T. *From the Guerra del Agua to the Guerra del Gas: resource governance, neoliberalism and popular protest in Bolivia*. *Antipode: a radical journal of geography*. v-38, janeiro de 2006. p.150-172.

PIERI, V. S. G.; SENHORAS, E. O papel dos recursos naturais nos conflitos intermésticos da América do Sul. IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Brasília: UnB, 2010.

PIERI, V. S. G.; SANTOS, H. D. Inflação vs. Desenvolvimento Econômico. Málaga; *Observatório de La Economía Latinoamericana*, 2010. In: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/spds.htm>

PINHEIRO, F. L. Chile um país em movimento. Brasília: FUNAG, 2007.

PHILLIPS D.; DAOUDY, M. et al. *Transboundary Water Cooperation as a Tool for Conflict Prevention and Broader Benefit-Sharing*. Swedish Ministry for Foreign Affairs Expert Group on Development Issues (EGDI), 2006.

RANGEL, L.A.; ÁVILA, R.: *A Guerra e o direito internacional*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2009.

RASTELLO, L. *Io sono il mercato*. Chiarelettere, Milán, 2009.

REINA, E. Os laços do PCC e do CV com a cocaína na Bolívia. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em 15 de julho de 2010.

ROJAS A, F. La Celac y la integración latinoamericana y caribeña. Nueva Sociedad, n. 240. Julho-agosto de 2012.

ROUQUIÉ, A. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BERTHELL, L. História da América Latina. São Paulo: EDUSP, São Paulo: v-7, 2009.

ROYAS MIX, M. *Los cien nombres de América*. Barcelona: Lumen, 1992.

SANTORO, M.A. Outra volta do Bumerangue: estado, movimentos sociais, transformações e recursos naturais na Bolívia (1952-2006). Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Nação Território e Conflito. Todos os fogos, 18 de novembro de 2009. Disponível em: <http://todososfogos.blogspot.com>. Acesso em 17 de julho de 2011.

_____. As guerras na América Latina. Todos os fogos, 27 de agosto de 2010. Disponível em: <http://todososfogos.blogspot.com>. Acesso em 17 de julho de 2011.

SANTOS, Fabio L. B. Origens do pensamento e da política radical na América Latina: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, MILTON. O Espaço Dividido. Edusp: São Paulo, 2004.

SANTOS, T. (Coord.). Globalização: dimensões e alternativas. Hegemonia e contra-hegemonia. Vol.2. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

SANÍN, F. G. *Conflicto entre los países andinos*. In: SERBÍN, A. (Org.). *Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe*. Barcelona: Icaria, 2007, pp. 263-308.

SEGNINI, I. S. & MEJÍAS, L. & ALARCÓN, F. & MORALES, F. & HERNÁNDEZ, N. & MEJÍAS, I. & ALCÁNTARA, J. *La ocupación de los espacios fronterizos como medio para reafirmar la soberanía territorial. Caso: Espacios colidantes con la Guiana Esequiba*. Caracas: n° 102, julho-dezembro, 1985.

SENHORAS, E. M. Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul. Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2010.

SERBIN. A América do Sul em um mundo multipolar. A UNASUL é a alternativa? Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-1_1.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2013.

SERBÍN, A.; UGARTE, J.M. *Prevención de los conflictos armados y sociedad civil en America Latina y Caribe*. In: SERBÍN, A. (Org.), *Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe*. Barcelona: Icaria, 2007, pp. 11-48.

SHWARTZ, D.; SINGH, A. *Environmental Condictions, Resource, and Conflicts: An Introductory Overview and Data Collection*. Nairobi: UNEP, 1999.

SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H. *Historia Contemporánea de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1999.

STRAZZARI, F. *Nozze Balcaniche. Guerra, Crimine, Stati Falliti alle Soglie d'Europa*. Bolonia: Il Mulino, 2008.

TOKATLIAN, J. G. *Colombia: fronteras, Guerra y Paz*. *Revista latinoamericana de temas internacionales – Archivos del Presente*, año 13, N° 50, Buenos Aires, 2009.

_____. *Hacia una nueva estrategia internacional: El desafío de Néstor Kirchner*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.

TOKATLIAN, J. G. & BARRERA, C. *Geografía, desarrollo regional y política exterior: el caso de la frontera tripartita colombo-venezolana-brasileña en la intendencia de la Guainia: una perspectiva desde Colombia*. Revista Estudios Internacionales. Santiago: Año 24, n°93 Janeiro-Março, 1991. P.53-80.

TOVAR PINZÓN, H. *Colombia: droga, economía, guerra y paz*. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 1999.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Declaração de Bariloche. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/UNASUL/bariloche>

URT, J. N.; PINHO, A. F. Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea. *Meridiano* 47. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/01/26/secritizacao-e-dessecritizacao-da-amazonia-contemporanea-por-joao-nackle-urt-alexandre-felipe-pinho/>. Acesso em 12 de maio de 2013.

VASCONCELOS, J. U. *Criollo*. México: Galáxia Gutemberg, 2000.

VILLA, R. D. Avaliando o sistema de governança da OEA: capacidade de concertação inter-estatal e fragilidades inter-estatais. In: ROBERTS, Adam (Org.). *Governança Global*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2009.

VISACRO, A. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*, São Paulo: Contexto, 2009.

VITTE, C. C. S. Integração da infraestrutura produtiva na América do Sul: mudanças e permanências no modelo de integração com a institucionalização do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) In: VITTE, C.C.S. & PIERI, V. S. G. (ORGS). *A América Latina no século XXI: Estado Economia Território e Integração Regional*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2013.

WAISBERG, T. A crise armada na Colômbia-Ecuador no contexto da guerra contra o terrorismo internacional. *Meridiano* 47, vol. 9, N° 92, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/view/1058/722>. Acesso em 19 de agosto de 2011.

WALT, S. *Origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, K. N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

_____. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.

WIENKE, F.F. & LAUERMANN, R. T. O conflito de interesse no processo de demarcação na reserva indígena de Raposa Serra do Sol: análise dos discursos do STF. *Revista de direito culturais*; Santo Ângelo: v. 3, n.5, 2008.